



# IHGM EM REVISTA

EDIÇÃO ELETRÔNICA



**Número 7 – JANEIRO/MARÇO - 2024**  
**SÃO LUIS – MARANHÃO**

A presente obra está sendo publicada sob a forma de coletânea de textos fornecidos voluntariamente por seus autores, com as devidas revisões de forma e conteúdo. Estas colaborações são de exclusiva responsabilidade dos autores sem compensação financeira, mas mantendo seus direitos autorais, segundo a legislação em vigor.

EXPEDIENTE  
DIRETORIA DO IHGM GESTÃO 2023-2025  
*Chapa “Pe. João Dias Rezende Filho”*

**COMPONENTES DA CHAPA “PE. JOÃO DIAS REZENDE FILHO”**

NOME	CADEIRA	CARGO
DILERCY ARAGÃO ADLER	01	PRESIDENTE
JOSÉ AUGUSTO SILVA OLIVEIRA	21	VICE-PRESIDENTE
ELIZABETH SOUSA ABRANTES	24	1ª SECRETÁRIA
EDNA MARIA DE CARVALHO CHAVES	30	2ª SECRETÁRIA
JOSÉ RIBAMAR DE CASTRO RAMOS	03	1º TESOUREIRO
MADALENA MARTINS DE SOUSA NEVES	37	2ª TESOUREIRA
JOSÉ MARCELO DO ESPÍRITO SANTO	14	DIRETOR DE PATRIMÔNIO
RITA IVANA BARBOSA GOMES	53	DIRETORA SER. DIVULGAÇÃO
CRISTIANO DE LIMA VAZ SARDINHA	32	CONSELHO FISCAL – TITULAR
ABIANCI ALVES DE MELO	29	CONSELHO FISCAL – TITULAR
FRANCISCO ROBERTO BRANDÃO FERREIRA	38	CONSELHO FISCAL – TITULAR
FELIPE COSTA CAMARÃO	13	CONSELHO FISCAL – SUPLENTE
ANA LUIZA ALMEIDA FERRO	36	CONSELHO FISCAL – SUPLENTE
ANTÔNIO GUIMARÃES DE OLIVEIRA	09	CONSELHO FISCAL – SUPLENTE



**CONSELHO FISCAL**



**NOSSA CAPA: LUIS FIGUEIRA, FRAN PAXECO, MEDALHA ANTONIO LOPES, GRIZOSTE**

**Revista INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO MARANHÃO**  
**Rua de Santa Rita, 230, Centro**  
**65015-430 - São Luis – Maranhão**

O **Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão (IHGM)** é uma instituição da sociedade civil de estudos de caráter científico que tem como objetivos estudar, debater e divulgar questões sobre história, geografia e ciências afins, referentes ao Brasil e, especialmente, ao Maranhão, dentre outras finalidades.

Fundado em em 20 de novembro de 1925, na cidade de São Luís, em comemoração ao centenário do imperador D. Pedro II, sendo sócios fundadores da instituição: Antônio Lopes da Cunha, Justo Jansen, José Domingos da Silva, José Ribeiro do Amaral, Wilson da Silva Soares, Domingos de Castro Perdigão, Barros e Vasconcelos, Pe. Arias de Almeida Cruz, Pe. José Ferreira Gomes, José Pedro Ribeiro e José Eduardo de Abranches Moura.

Entre suas finalidades estão: estudar, debater e divulgar questões sobre história, geografia e ciências afins, referentes ao Brasil e, especialmente, ao Maranhão; cooperar com os poderes públicos em estudos que visem ao engrandecimento científico e cultural do Estado, colocando-se à disposição das autoridades para responder a consultas e emitir pareceres sobre assuntos pertinentes às suas finalidades; defender e velar pelo patrimônio histórico do Maranhão.

O IHGM possui um calendário cultural anual para comemoração das datas relevantes da história, promovendo palestras, seminários, conferências, simpósios, cursos, além de disponibilizar o acervo para consultas e promover visitas guiadas.

Atualmente o IHGM é composto por sessenta membros.

IHGM - Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão

## PALAVRA DA PRESIDENTE

Ao receber mais uma edição do "IHGM em Revista, Edição Eletrônica", nº 7, reafirmo a importância para esta Casa, desse trabalho, de responsabilidade do Sócio Efetivo e caro Confrade, Leopoldo Gil Dulcio Vaz.

A esse respeito, neste ano em que completa 99 anos de fundação (20 de novembro), este Instituto tem procurado cumprir a finalidade constante no seu Estatuto, no que diz respeito a "Editar revista periódica, em cujas páginas sejam insertos os trabalhos apresentados às reuniões, e registradas as atividades deste IHGM", mas não tem sido possível cumprir, na periodicidade regular e almejada, a publicação da revista impressa, a "Revista do IHGM", daí a importância desta modalidade de publicação, a Eletrônica, que, além de se manter trimestralmente, abrange um público que nem sempre tem acesso à edição impressa.

Assim, inicio estas minhas palavras com um agradecimento especial ao confrade Leopoldo e a todos os autores de textos, poemas e matérias em geral, que contam nesta publicação. Isso me remete à citação de Antônio Lopes (1973), utilizada na introdução da minha fala na "Abertura do Ano Cultural do IHGM": "Bendito culto, que evoca o passado para o brilho do presente e torna cada vez mais entranhado o amor à Terra maranhense e suas glórias. Guardamos um tesouro feito de recordações de fatos e ressurreição de vultos". E as matérias desta revista demonstram o quanto esta Casa tem investido na premissa de evocar e cultivar o passado, para o brilho do presente, assim como trabalhado em prol de tornar mais entranhado o amor à terra maranhense e suas glórias.

No tocante ao primeiro trimestre de 2024, vivemos um período de grande efervescência cultural, acentuadamente no mês de março, quando a mulher é comemorada pelo Dia Internacional da Mulher (dia 8) e o Dia da Mulher Maranhense, instituído por Lei, em homenagem a Maria Firmina dos Reis (dia 11, aniversário de nascimento). Mas, desde janeiro, mesmo antes da "Abertura (oficial) do Ano Cultural", o IHGM teve compromissos acadêmico-culturais; o primeiro, com o Sócio Correspondente Weberson Fernandes Grizoste e a cidade de Guimarães onde o Prof. Dr. Grizoste foi receber o título de "Cidadão Vimarense", acompanhado por esta Presidente.

Importante registrar a vinda a São Luís de um representante da *Library off Congress*, que é, de fato, a Biblioteca Nacional dos Estados Unidos e a instituição cultural mais antiga daquele país. A biblioteca possui expressivo quantitativo de livros catalogados, manuscritos, gravações de áudios, mapas, microformas e a maior coleção de livros raros da América do Norte. Para nosso contentamento, o IHGM já possui livros e revistas na referida Biblioteca, e nas palavras do Diretor do Escritório do Brasil, Paul Lorsch: "Apreciaríamos receber 1(um) exemplar dos livros e revistas que porventura foram publicados recentemente, a fim de encaminhá-los à sede da Biblioteca em Washington," o que estamos providenciando.

Nos últimos dias do mês de março, na Sessão Solene de Abertura do Ano Cultural (dia 25) foi realizado, pelo sócio efetivo Raimundo Nonato Serra Campos Filho (Cadeira nº 5), como parte da programação, o preito ao Padre Luiz Figueira, eleito o "Patrono do Ano", que, neste ano, completa 450 anos de nascimento. Ainda nessa oportunidade, foi entregue à Maria Rosa Pacheco Machado, neta de Fran Paxeco e Sócia Correspondente do IHGM, a Comenda Antônio Lopes, outorgada a Fran Pacheco (*in memoriam*), a mais alta honraria da Instituição.

Convém ressaltar que a vinda a São Luís, da Confreira Maria Rosa Pacheco Machado resultou do empenho do Dr. Carlos Gaspar, da Academia Maranhense de Letras, e Sócio Honorário do IHGM, que, na ocasião, doou à Biblioteca Hédel Ázar (IHGM) exemplares dos livros: "O Senhor Fran Paxeco" e "Quatro estudos de Fran Paxeco" de sua autoria.

Na mesma solenidade foi entregue a Comenda Antônio Lopes ao Prof. Dr. Yuri Alhadef Sampaio Mateus e à Profa. Dra. Luiza Moraes Silva Cotrim, vencedores do Concurso "Histórico-Literário do Bicentenário da Independência do Brasil no Maranhão" (2023).

Foram muitas as reuniões de Diretoria e Assembleias para a atualização do Plano de Gestão do ano de 2024, considerando que comumente existem novas demandas.

E por fim, neste número contamos com as notícias e produções dos sócios efetivos, correspondentes, honorários e também de escritores colaboradores da instituição.

Deixo com Carinho uma trova de minha autoria, com os meus votos de FELIZ PÁSCOA!

Que a Páscoa seja o amor,

como o de Jesus na cruz.

Deu a vida e Sua dor,

deixando exemplo de luz!

Boa Leitura!

## **PALAVRAS DA DIRETORA**

**Como Diretora de Serviços de Divulgação do IHGM e ocupante da cadeira de número 53, patroneada por José Nascimento de Moraes, sinto-me privilegiada por fazer parte desta instituição venerável, que há décadas tem sido um farol de conhecimento, cultura e preservação da história e geografia do nosso amado Maranhão.**

**Nesta edição, cada artigo, cada ensaio, cada imagem é um tributo à nossa terra, à sua história multifacetada e aos grandes homens e mulheres que a moldaram ao longo dos séculos. É com reverência que contemplamos os feitos dos que nos precederam, inspirando-nos a preservar e valorizar nossa identidade cultural única.**

**Ao folhear estas páginas, mergulhamos em uma jornada fascinante pelos recantos do Maranhão, explorando sua rica herança cultural, sua exuberante natureza e suas tradições ancestrais que resistem ao tempo. Cada palavra escrita é um convite para nos reconectarmos com nossas raízes e para celebrarmos a diversidade que nos torna únicos.**

**Neste espaço de reflexão e aprendizado, honramos não apenas o passado, mas também olhamos para o futuro com esperança e determinação. Que esta revista do IHGM continue a ser um elo entre as gerações, inspirando-nos a preservar e a enriquecer o legado que nos foi confiado.**

**Que cada leitor possa encontrar nesta obra um motivo para se orgulhar da nossa história e um estímulo para contribuir para o seu contínuo florescimento. Em nome de toda a equipe do IHGM, agradeço o apoio contínuo de nossos leitores e parceiros, e renovamos nosso compromisso de continuar a servir com excelência à causa da preservação e divulgação do patrimônio histórico e geográfico do Maranhão.**

## SUMÁRIO

EXPEDIENTE	
FALA DA PRESIDENTE	
FALA DA DIRETORA	
SUMÁRIO	
LUIZ TADEU	UM DEDO DE PROSA
PEDRO HENRIQUE MIRANDA FONSECA	LITERATURA E CIENCIA: DUAS POLEMICAS NA SÃO LUIS OITECENTISTA
YURI COSTA	QUEM É PARDO NO BRASIL?
SÔNIA AMARAL	JOVENS, ENVELHEÇAM!
LANÇAMENTO DO LIVRO DE WEBERSON SOBRE GONÇALVES DIAS	
GRIZOSTE EM GUIMARÃES	
À GUIMARÃES TERRA DE MARIA FIRMINA, MAR DE GONÇALVES DIAS	
DILERCY ARAGÃO ADLER	À GUIMARÃES “DE MARIA FIRMINA E GONÇALVES DIAS”: poesias juntando vidas - MEU AGRADECIMENTO
EUGES LIMA	ONDE FORAM PARAR OS DESPOJOS DE SILVÉRIO DOS REIS?
JEANE CARLA OLIVEIRA DE MELO; PEDRO HENRIQUE MIRANDA FONSECA	UM RETRATO-FANTASMA DA MESTRA HERCULANA VIEIRA: A SUA CERTIDÃO DE ÓBITO.
ERRATA: O VERDADEIRO GILMAR...	
PEDRO HENRIQUE MIRANDA FONSECA	O SILENCIO E OS SEUS SIGNIFICADOS
LUIZ TADEU	CHEGADAS E PARTIDAS
DILERCY ARAGÃO ADLER	VOZES DE MULHERES OITOCENTISTAS DO NORDESTE BRASILEIRO: histórias de resistência de Firmina, Laura Rosa e Alba Valdez
DILERCY ARAGÃO ADLER	CERIMÔNIA DE RECEBIMENTO DA MEDALHA DO MÉRITO “LAURA ROSA”: Louvor e Gratidão
PAULO KNAUSS	PARA PENSAR O BRASIL NO PLURAL: O IHGB E SUA REDE COLABORATIVA
ANTONIO GUIMARÃES DE OLIVEIRA GUIMARÃES	LITERATURA & LINGUAGEM
LUIZ TADEU	A MÁGOA SECRETA DE ENVELHECER SEM SENTIDO
PEDRO HENRIQUE MIRANDA FONSECA	ACHILLES LISBOA: UM PERFIL (1872 – 1951)
LUIZ THADEU NUNES E SILVA	D. RAIMUNDA MENDONÇA, UMA VIDA BEM VIVIDA
RENATA BARCELLOS	ESCOLA, DIVERSIDADE E DIREITOS HUMANOS
YURI COSTA; - MARCO ADRIANO FONSÊCA	PERFILAMENTO RACIAL. ATÉ QUANDO?
EUGES LIMA	LOCALIZAÇÃO DA CRUZ DOS FRANCESES
FREDERICO A. REBELO TORRES	O MENINO DO CANTO ESCURO, DE JOÃO BATISTA DO RÊGO
JORGE OLIMPIO BENTO	DO ENTRUDO OU CARNAVAL
RENATA BARCELLOS	"NOVO ENSINO MÉDIO: AVANÇOS OU RETROCESSOS?"
WASHINGTON LUIZ MACIEL CANTANHÊDE	NA REVOLTA DE BECKMAN, HÁ EXATOS 340 ANOS, A PRESENÇA DO MEARIM
MANOEL SANTOS	REVOLTA DE MANOEL BECKMAN COMPLETA 340 ANOS NESTE SÁBADO

**EDMILSON SANCHES**

**MARANHENSES SÃO DESTAQUE EM CONFERENCIA NO RIO DE JANEIRO**

**DIOGO GUAGLIARDO NEVES**

**ANIMAIS DO MARANHÃO NA ILHA DA COSTA NORTE DO BRASIL NA AMÉRICA DO SUL**

**LUIZ THADEU NUNES DE SILVA**

**29 DE FEVEREIRO, UM DIA A MAIS, APROVEITE**

**RAIMUNDO NONATO SERRA CAMPOS FILHO**

**SOBRE O PATRONO LUIS FIGUEIRA, 450 DE NASCIMENTO EM 2024**



**Olá, boa tarde! Parabéns. A Revista dos 98 anos do IHGM ficou bela.**

**Gostaria só de comunicar que a foto corresponde ao artigo de minha autoria “  
Personalidades da Independência do Maranhão não é minha, é de outro Gilmar tirada  
da Internet. Anexo minha foto pra ser trocada.**

**Obrigado pela compreensão. Gilmar.**

## 1ª REUNIÃO DE 2024.

A reunião foi muito produtiva e estavam presentes, além de mim, José Augusto, Abiancí, Roberto Brandão, Madalena e José Marcelo e, virtualmente, tendo inclusive aberto a sala, a profa. Elizabeth Abrantes.



AGE DE 31 DE JANEIRO DE 2024



**INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO MARANHÃO**

**I H G M**

Rua de Santa Rita, 230 – Centro, Edifício Prof. Antônio Lopes – CEP: 65.015-430 – São Luís - MA  
CNPJ: 06.407.860/0001-20 / Tel: (98) 3181-5239 / e-mail: ihgmma@gmail.com / Site: ihgm.org.br

**EDITAL N.º 02/2024**

**ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

A Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão - IHGM, Casa de Antônio Lopes, no uso de suas atribuições e em conformidade com o Artigo 19 do Estatuto, convoca os associados para participarem da **Assembleia Geral Extraordinária (AGE)**, no **dia 31 (trinta e um) de janeiro de 2024 (quarta-feira)**, que será realizada na sede do Instituto (Rua de Santa Rita, 230 - Centro), no Auditório Ribamar Seguins, com **primeira convocação às 16:00 e segunda e última convocação às 16:30**, para tratar da seguinte pauta:

- 1 - Plano de Gestão: atualização;
- 2 - Proposta de nomes do Patrono do ano (2024) submissão ao plenário para escolha e aprovação;
- 3 - Designação de Comissão para elaboração do Inventário dos bens materiais, documentais, publicações e similares existentes no IHGM;
- 4 - Complementação/atualização da Galeria de Fotos dos Sócios Efetivos do IHGM;
- 5 - Pendências financeiras;
- 6 - Receita/Cobranças;
- 7.- Site: envio de material dos sócios para alimentação;
- 8 - Nova sede: tratativas com a Secretaria de Estado das Cidades-SECID
- 9 - Outros assuntos;
  - Vinda a São Luís de Rosa Machado, para comemoração do aniversário de 150 anos de nascimento do seu avô, Fran Paxeco.

São Luís, 31 de janeiro de 2024

A handwritten signature in black ink that reads 'Dilercy Aragão Adler'.

**Profa. Dra. Dilercy Aragão Adler**  
Presidente





Como patrono homenageado para este ano de 2024, foi escolhido LUIS FIGUEIRA – CADEIRA 5

## Luís Figueira

[006919\\_COMPLETO.pdf \(usp.br\)](#)

Origem: Wikipédia, a enciclopédia livre.



**Luís Figueira** (1574 ou 1576, [Almodôvar](#), [Portugal](#) – outubro de 1643, Ilha de [Marajó](#) (na época chamada de Ilha de Joanes), Brasil Colônia), foi um padre [jesuíta](#) de destacada atuação no [Brasil](#) colonial. Foi autor de uma das primeiras gramáticas da [língua tupi](#), a partir do contato com [potiguaras](#), [tupinambás](#), [tabajaras](#) e [caetés](#), denominada *Arte da Língua Brasileira*<sup>[1]</sup>, impressa pela primeira vez em 1621.



Capa da 1ª Edição do Livro "A Arte da Língua Brasileira" de Luís Figueira

## Biografia

A vida de Luís Figueira foi primeiro estudada pelo historiador [Serafim Leite](#), que publicou sua biografia e seus escritos em 1940. <sup>[213]</sup> Nascido em [Almodôvar](#), no [Alentejo](#), em data imprecisa (1574 ou 1576), Figueira entrou como noviço jesuíta no [Colégio do Espírito Santo de Évora](#) em 22 de janeiro de 1592<sup>[4]</sup>, onde cursou Humanidades, [Filosofia](#) e [Teologia](#). Ordenado [padre](#), veio para o [Brasil](#) em 1602. Instalou-se no Colégio Jesuíta da Bahia, localizado em [Salvador](#). <sup>[3]</sup> Segundo o cronista [Jacinto de Carvalho](#), Figueira aprendeu a "língua dos índios" com o padre [Francisco Pinto](#), que conheceu no Colégio de Salvador. <sup>[3]</sup> Pouco tempos depois de sua chegada, foi escolhido para redigir a "Carta Bienal da Província", relativa aos anos de 1602 e 1603, um relatório enviado à sede da [Companhia de Jesus](#) em Roma, o que demonstra que suas qualidades literárias foram reconhecidas por seus superiores.

## Expedição com Francisco Pinto

---

Entre janeiro de 1607 e 1608, acompanhou Francisco Pinto e 60 índios numa trágica expedição ao [Maranhão](#). A expedição era liderada por Francisco Pinto, um especialista no contato com povos nativos, mas dela também participava Figueira, um jovem religioso de reconhecido talento literário capaz de fazer um bom registro da jornada e, ao mesmo tempo, aprender o "ofício missionário"<sup>[5]</sup>.

Em 20 de janeiro embarcou no [Recife](#) em uma embarcação que ia buscar sal coletado nas salinas na foz do [Rio Mossoró](#)<sup>[6]</sup>.

Em 2 de fevereiro do 1607, celebraram a primeira missa no território do atual [Estado do Ceará](#), na foz do [Rio Jaguaribe](#)<sup>[7]</sup>.

Chegaram a uma aldeia na [Chapada de Ibiapaba](#) (atual [Ceará](#)), e dali seguiram à aldeia de Jurupariçu, onde receberam notícias sobre a presença de franceses e índios hostis. <sup>[3]</sup> Dali partiram para o Maranhão, mas foram atacados por índios [tarairiús \(tapuias\)](#), instigados pelos franceses, na região onde hoje se encontra o município de [São Miguel do Tapuio](#), no estado do [Piauí](#). O padre Francisco Pinto foi morto pelos indígenas em 10 de janeiro de 1608; Luís Figueira conseguiu escapar e foi depois resgatado por outro jesuíta, [Gaspar de Samperes](#), regressando a [Pernambuco](#). Estes fatos são bem conhecidos pela *Relação do Maranhão*, escrita por Luís de Figueira em 1609, na qual são descritos em detalhe as peripécias da viagem. [3]<sup>[8]</sup>.

A análise de escritos de Luís Figueira, permite concluir que ele acreditava que os jesuítas teriam o dever de converter e conservar os povos nativos contra os abusos cometidos pelos colonos, sempre ávidos em obter a todo custo a mão-de-obra dos "negros da terra". Figueira acreditava que as agressões dos portugueses contra os nativos atrapalhavam a propagação do [catolicismo](#) entre os gentios. Trata-se da crença de por meio da preservação da liberdade dos povos nativos, juntamente com a sua conversão, seria possível assegurar a expansão e a preservação da colonização portuguesa<sup>[9]</sup>.

O quadro da época é analisado por Figueira na obra *Dificuldades da missão do Maranhão* (1609), em que discute a extensão do território, os índios e os franceses. <sup>[3]</sup> De fato, em 1614 os franceses fundam [São Luís](#), tomada pelos portugueses logo depois. Em 1616, foi fundada [Belém do Pará](#) pelos portugueses. <sup>[3]</sup>

Em 1610, Figueira foi nomeado como Prefeito dos estudos no Colégio [Jesuíta de Olinda](#) e, entre 1612 e 1616, foi reitor daquela instituição, após esse período continuou a trabalhar no Colégio até 1619, quando foi designado como Superior da Aldeia de Nossa Senhora da [Escada](#), onde moravam índios [caetés](#), onde escreveu sua famosa gramática da [língua tupi](#). Em 1621, voltou a trabalhar no Colégio, como mestre de [noviços](#), quando foi enviado para o [Estado do Maranhão](#)<sup>[5]</sup>.

Em agosto de 1614, após as tentativas frustradas de Luís Figueira de estabelecer missões no Estado do Maranhão sem apoio militar, e diante da necessidade da [União Ibérica](#) de afastar a [presença francesa na região](#), [Jerônimo de Albuquerque Maranhão](#) lideraria uma expedição que partiria de [Pernambuco](#) para tomar [São Luís](#) dos franceses. Porém, não havia jesuítas na comitiva, pois, a pedido do [Governador-Geral Gaspar de Sousa](#), foram designados para a jornada dois franciscanos [capuchos](#) da Província de Santo Antônio: frei [Cosme de São Damião](#) e frei [Manuel da Piedade](#). Os primeiros jesuítas a se instalarem por um tempo considerável na região, somente chegariam nos meses finais de 1615. Eram os padres [Manuel Gomes](#) e [Diogo Nunes](#), integrantes da armada de Alexandre de [Moura](#), que foi mandada como reforço para alcançar a vitória definitiva sobre os franceses de São Luís.

No entanto, Manuel Gomes e Diogo Nunes permaneceram em São Luís, visitando as aldeias e assistindo aos colonos, somente até março de 1618, quando deixaram a região<sup>[5]</sup>, devido, em parte, a conflitos gerados por sua oposição à forma como os moradores da cidade tratavam os nativos<sup>[9]</sup><sup>[10]</sup>.

## No Maranhão

---

A defesa dos territórios do norte, que agora estavam sob ameaça de invasão holandesa, dependia em grande parte do controle sobre os indígenas. Pensando nisso, o Governador-Geral [Diogo de Mendonça Furtado](#) solicitou a criação de uma missão no [Estado do Maranhão](#), sugerindo os nomes do padre Luís Figueira e do padre [siciliano Benedito Amodei](#). Assim, em 1621 os dois jesuítas chegaram a São Luís, onde fundariam uma missão. <sup>[3]</sup>

Apesar da chegada dos jesuítas ter sido chancelada pelo Governador-Geral, que designou Figueira como conselheiro de negócios e governo de [Antônio Muniz Barreiros](#), o novo capitão-mor do Maranhão, houve resistência por parte dos moradores, que conheciam a oposição dos jesuítas à escravização dos povos nativos. Naquele contexto, Luís Figueira seria aconselhado a firmar um termo no qual deixava claro que a sua vinda não atendia mais que à salvação, e bem das suas almas e à redução dos gentios, por meio da [pregação](#), [doutrinação](#) e [batismo](#), sem intrometer-se a libertar nativos submetidos ao cativo.

Na segunda metade da década de 1620, foi doada aos jesuítas uma légua de terra em [Anindiba](#), centro da Ilha de São Luís, onde seria fundada a primeira fazenda dos jesuítas na região, onde construíram uma casa, uma ermida, posteriormente, uma igreja, dedicada à [Nossa Senhora da Luz](#), que foi o primeiro edifício de pedra e cal de São Luís. Antes disso, os jesuítas já tinham organizado uma escola para ensinar letras aos filhos dos portugueses. No mesmo período chegariam os primeiros reforços da Missão, o padre [Lôpo de Couto](#), exímio na língua tupi, e o irmão [Antônio da Costa](#), oficial de carpintaria.

Em 1631, foi impressa em Lisboa a "*Relação de vários sucessos acontecidos no Maranhão e Grão Pará, assim de paz como de guerra, contra o rebelde Olandes Ingreses & Franceses & outras nações*", que foi uma pequena crônica, escrita por Luís Figueira, que descreveu os triunfos dos portugueses, sobretudo no tempo do governo de [Francisco Coelho de Carvalho](#), contra os estrangeiros que tentavam se instalar no Estado do Maranhão e Grão Pará. Nessa obra, Figueira também sustentou que somente através da presença missionária seria possível alcançar o controle sobre os nativos da região, domínio que seria uma condição primordial para que os estrangeiros fossem erradicados da Amazônia portuguesa. Em sua argumentação, Figueira mencionou o papel desempenhado pelos nativos mobilizados nos aldeamentos dirigidos pela Companhia de Jesus na resistência às [invasões realizadas pelos holandeses no Nordeste do Brasil](#). Essa obra foi publicada um ano após o abandono pelos [franciscanos](#) dos aldeamentos que administravam<sup>[6]</sup>.

Em 1636, os [franciscanos](#), que também sofriam oposição dos moradores, tiveram que deixar o Maranhão devido aos conflitos com os colonos.

Naquele ano, também foi publicado um relato deominado: "*Missão que fes o P. Luis Figueira da Companhia de Jesus, superior da Rezidência do Maranhão, indo ao Grão Pará, [Camutã](#) e [Curupã](#), capitancias do Rio das Amazonas, no anno de 1636*", que narrou os principais acontecimentos de sua jornada realizada ao Pará entre os meses de janeiro e junho de 1636, feita na companhia do Irmão [João de Avellar](#). Esse relato também teve o propósito de promover o apostolado jesuítico na Amazônia portuguesa, e buscava, sobretudo, convencer possíveis religiosos a se engajarem no trabalho missionário do Norte da Província do Brasil, em um momento no qual a Companhia de Jesus no Maranhão contava com apenas 5 religiosos, sendo 3 padres e 2 irmãos.

Em 1637, estava em Lisboa, quando foi publicado o: Memorial sobre as *terras e gente do Maranhão & Grao-Para & Rio das Amazonas*<sup>[11]</sup>, no qual, discorreu sobre as grandezas e potencialidades econômicas da Amazônia portuguesa e no qual também cobrou dos reis católicos a obrigação de promover a [evangelização](#) dos gentios, que seria a justificativa teológico-política para a expansão do [Império Português](#) sobre aquelas terras, além de reiterar a importância fundamental dos povos nativos para a conservação daquelas conquistas diante da constante ameaça imposta pelos [corsários](#) estrangeiros que exploravam a região. Nesse contexto, defendia o envio de religiosos para o Estado do Maranhão e Grão Pará<sup>[12]</sup>.

Esse Memorial foi utilizado para instruir decisão do Conselho de Estado nas suas sessões de 8 e 10 de agosto de 1637, sendo os resultados de tais sessões publicados no Alvará de 25 de julho de 1638 que, em suma, confiava, com todas as dotações reais necessárias, o cargo de Administrador Eclesiástico do Estado do Maranhão ao Superior da Residência da Companhia de Jesus em São Luís, também foi confiada aos jesuítas, a administração temporal e espiritual dos nativos em aldeamentos missionários<sup>[5]</sup>.

Figueira também tentou separar a Missão do Maranhão da Província do Brasil, uma vez que o território brasileiro [dominado pelos holandeses](#) encontrava-se entre o Maranhão e a Bahia. A petição, porém, foi negada pela Congregação em Roma <sup>[3]</sup> que, em 3 de junho de 1639, instituiu a Missão jesuítica do Maranhão como uma entidade administrativa sob a responsabilidade da Província do Brasil, tendo como seu primeiro Superior o padre Luís Figueira.

Durante o ano de 1639, Luís Figueira percorreu os Colégios Jesuítas de Portugal, nos quais recrutou 22 jesuítas para a nova Missão. Entretanto, o embarque demorou a ocorrer, devido, em parte às turbulências causadas pelo movimento da [Restauração Portuguesa](#) e à instabilidade na região causada pela [ocupação](#)

[holandesa de São Luís \(1640-1644\)](#)[13], e somente ocorreu em abril de <sup>1643</sup>. O barco que seguiu com Figueira acompanhado por quatorze jesuítas, Pedro de [Albuquerque](#), o novo governador do Estado, e demais tripulantes, naufragou, entre 29 e 30 de julho, nas proximidades da [Ilha de Marajó](#). Sobreviveram apenas 42 das 173 pessoas a bordo. Luís Figueira, juntamente com mais nove jesuítas preferiram não estar entre os primeiros a serem resgatados para prestar auxílio espiritual aos que ficaram para trás. Esses dez jesuítas conseguiram chegar por meio de uma jangada à Ilha de Marajó, mas morreram vítimas dos indígenas [aruans](#)[3][5]<sup>[14]</sup>.

## Referências

---

1. ↑ [Figueira, Luiz, 1573-1643, Arte de gramática da língua brasileira](#), Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin, com descarga de PDF
2. ↑ LEITE, Serafim. *Luís Figueira. A sua vida heroica e a sua obra literária*. Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1940.
3. ↑ *Ir para: um b c d e f g h i j* MAGALHÃES, Pablo Antônio Iglesias. *A palavra e o império: a Arte da Língua Brasileira e a conquista do Maranhão*. Revista de História, núm. 165, dezembro de 2011, pp. 367-401. Universidade de São Paulo.
4. ↑ [OS ESCRITOS DO PADRE LUIZ FIGUEIRA E A FUNDAÇÃO DE SÃO LUÍS NO MARANHÃO](#), ACESSO EM 1º DE NOVEMBRO DE 2016.
5. ↑ *Ir para: um b c d e f g* [Luís Figueira e a construção do projeto missionário jesuítico no Estado do Maranhão e Grão-Pará](#), acesso em 29 de outubro de 2016
6. ↑ [A RELAÇÃO DO MARANHÃO: A FÚRIA DE CONTRASTES ENTRE JESUÍTAS E NATIVOS NO CEARÁ DO SÉCULO XVII](#), ACESSO EM 03 DE NOVEMBRO DE 2016.
7. ↑ [Caravana celebrará martírio de jesuíta pioneiro no Ceará](#), acesso em 03 de novembro de 2016.
8. ↑ [Girão, Raimundo](#). *Três Documentos do Ceará Colonial*. Fortaleza, Departamento de Imprensa Oficial, 1967. Pag. De 34 a 44 anos
9. ↑ [OS PRIMEIROS MISSIONÁRIOS E DESCOBRIDORES DO MARANHÃO](#), ACESSO EM 04 DE NOVEMBRO DE 2016.
10. ↑ [OS JESUÍTAS](#), acesso em 06 de novembro de 1611.
11. ↑ [Luís Figueira, Memorial sobre as terras, e gentes do Maranhão, e Grão Pará, e Rio das Amazonas](#), Biblioteca Digital Curt Nimuendajú, descarga de PDF
12. ↑ Esse relato também fez denúncias contra abusos praticados por colonos contra nativos (cf. [Os Jesuítas no Maranhão e Grão-Pará Seiscentista: Uma Análise Sobre os Escritos dos Protagonistas da Missão](#), acesso em 11 de novembro de 2016.)
13. ↑ [Os jesuítas e as fronteiras do império. A Amazônia e a missão do Maranhão](#), acesso em 08 de novembro de 2016.
14. ↑ [Antropónimos FIGUEIRA, Luís, S.J. \(1574/6 1643\)](#), acesso em 1º de novembro de 2016.

## Referências bibliográficas

---

- Pablo Antonio Iglesias Magalhães. *A palavra e o império: a Arte da Língua Brasileira e a conquista do Maranhão*. Revista de História, núm. 165, dezembro de 2011, pp. 367–401. Universidade de São Paulo.

## Ligações Externas

---

- [Figueira, Luiz, 1573-1643, Arte de gramática da língua brasileira](#), Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin, descarga de PDF
- [Biblioteca Digital Curt Nimuendajú, Luís Figueira](#), descarga de obras
- [Obra de Luís Figueira na Biblioteca Nacional Digital](#)

[Redalyc.A palavra e o império: a arte da lingua brasilica e a conquista do Maranhão](#)

Pablo Antonio Iglesias MAGALHÃES. A palavra e o império... Revista de História, São Paulo, n. 165, p. 367-401, jul./dez. 2011

A vida e as ações do padre Figueira ficaram conhecidas por conta da biografia publicada pelo historiador Serafim Leite em 1940, que editou, em anexo à obra, todos os seus escritos conhecidos ou a ele atribuídos. Luís Figueira nasceu em Almodóvar, entre 1574 e 1576, entrou para a Companhia de Jesus a 22 de janeiro de 1592, como noviço,

no Colégio do Espírito Santo em Évora. Embarcou em 1602 para Salvador, residindo no Colégio da Bahia, centro intelectual da colônia, onde teve seu primeiro contato com as aldeias e a língua tupinambá. Conheceu, em seguida, o padre Francisco Pinto, “muito perito na língua brasílica e muito eloquente nela”. Afirma o padre Jacinto de Carvalho que foi Francisco Pinto o mestre de Figueira na língua dos povos indígenas: Havia pouco que [Figueira] tinha chegado ao Brasil, e principiava aprender a língua dos índios, em que depois, com as lições do padre Francisco, saiu tão consumado mestre, que compôs a Arte da lingua brasilica, obra que assim na disposição como na clareza das regras e preceitos, de todos os que sabem esta língua é julgada por perfeita, e os que a não sabem, por ela a aprendem com muita facilidade e perfeição.<sup>1</sup>

CARVALHO, Jacinto de. Crônica da Companhia de Jesus no Maranhão. São Luís: Alumar, 1995, p. 51 e 52. Um apógrafo manuscrito da Crônica de Jacinto de Carvalho está conservado na Biblioteca Pública de Évora. CXV/2-11, f. 346-63. O texto, de data incerta, foi escrito na primeira metade do século XVIII. Aliás, o fato de citar a Arte da língua brasilica com o nome primitivo indica que o padre Carvalho ainda conheceu a primeira edição do livro.

Luís Figueira aproveita habilmente a oportunidade, preparando a transferência dos poderes para si e o seu instituto. Apresenta, em 1637, um Memorial sobre as terras e gente do Maranhão & Grao-Para & Rio das Amazonas, com base no qual vem o rei a conceder aos jesuítas, por alvará de 25 de julho de 1638, o governo temporal e espiritual sobre os índios e os poderes sobre o ordinário, criando-se uma prelazia a cargo do superior da Companhia. Se a medida não chegou a concretizar-se quanto à alçada diocesana, por embargos do bispo do Brasil, d. Pedro da Silva de Sampaio, e da Mesa da Consciência e Ordens, motivou uma série de consultas nos tribunais do reino e em Madri, que se viram interrompidas e alteradas no contexto da Restauração de 1640. No campo missionário, contudo, representou a entrega da alçada aos jesuítas.<sup>19</sup> Figueira tentou separar os jesuítas do Maranhão da Província do Brasil “pelos impedimentos da Guerra de Pernambuco” que colocava o território do Brasil holandês entre São Luís e a Bahia, sede da Província. Sua petição foi negada pela Congregação em Roma.<sup>2</sup>

LEITE, Serafim (ed.). Novas cartas jesuíticas: de Nóbrega a Vieira. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940, p. 254. 21 ABREU João Capistrano de. Corre

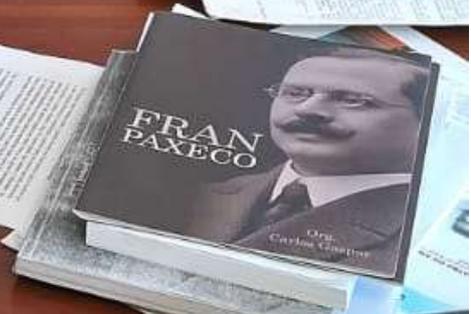
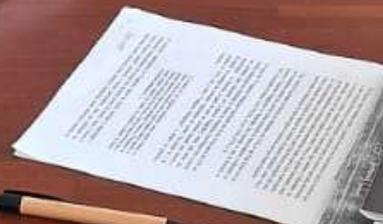
Achando-se no reino a negociar estas matérias e a recrutar missionários, partiu Luís Figueira para o Maranhão com amplos poderes e 16 religiosos em 1643. A ocasião era promissora em meios e em ânimos, apesar daquele território estar dominado pelos neerlandeses. O navio que os transportava afundou, de 29 para 30 de junho, salvando-se apenas 42 das 173 pessoas a bordo. Recusou Luís Figueira, com mais nove jesuítas, o convite do governador para entrar no barco em que se recolheram alguns naufragos, preferindo assistir espiritualmente aos que ficavam. Conforme o relato de um sobrevivente, Nicolau Teixeira, morreram uns no mar, outros às mãos dos índios; os dez jesuítas, chegando numa jangada à ilha do Marajó, foram mortos pelos aruáks. Luís Figueira representava, para o Maranhão, o projeto cosmopolita da Companhia de Jesus, alicerçado intelectualmente nas heranças da escola de Salamanca e colocado ao serviço do padroado. Figueira legou, não obstante, o instrumento que permitiu abrir as vias de comunicação entre os missionários e os índios do Maranhão: a Arte da lingua brasilica. A importância de conhecer a editio princeps desse livro foi ressaltada por João Capistrano de Abreu numa carta a Guilherme Studart em 1893: “Da obra de Figueira publicaram-se diversas edições. Que fim, porém, levou a primeira edição? Ora, é esse documento capital para a gramática histórica da língua tupi”.<sup>21</sup>

No dia de ontem (07/02), a Diretoria do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão - IHGM, esteve no escritório do Acadêmico Carlos Gaspar, Sócio Honorário do IHGM, onde foi recebida com muita cordialidade pelo Confrade.

Entre os assuntos tratados constava a vinda, no próximo mês de março, da Sócia Correspondente do IHGM, Maria Rosa Pacheco Machado, neta do intelectual Fran Paxeco, primeiro ocupante da Cadeira Nº. 14, Patronada por Antônio Bernardino Pereira do Lago, no IHGM.

Na oportunidade, o anfitrião fez a doação de livros de diversos títulos e autores, para a Biblioteca Hédel Àzar, do IHGM, no geral com abordagens sobre a História e a Geografia do Maranhão.







03 • Janeiro

*Parabéns!*



**Aline Carvalho do Nascimento**

Ocupante da Cadeira Nº 43 - Sócio Efetivo

Desejamos que você tenha sempre  
muita saúde, paz, harmonia e sucesso.



Aline Nascimento, nossos votos de muita felicidade, muita



07 • Janeiro

*Parabéns!*



**Antônio Agenor Gomes**

Ocupante da Cadeira Nº 57 - Sócio Efetivo

Desejamos que você tenha sempre  
muita saúde, paz, harmonia e sucesso.

01 • Fevereiro

Parabéns!



## Sálvio Dino de Castro e Costa Junior

Ocupante da Cadeira Nº 11 - Sócio Efetivo  
Patrono SEBASTIÃO GOMES DA SILVA BELFORT

Desejamos que você tenha sempre muita saúde, paz, harmonia e sucesso.



05 • Fevereiro

*Parabéns!*



**Terezinha de Jesus  
Almeida Silva Rêgo**

Sócia honorária

Desejamos que você tenha  
sempre muita saúde, paz,  
harmonia e sucesso.



10 • Fevereiro

*Parabéns!*



**Cleones Carvalho  
Cunha**

CAD 25 – 10.02.1958 – Sócio Efetivo  
Patrono CELSO TERTULIANO DA CUNHA MAGALHÃES.

Desejamos que você tenha  
sempre muita saúde, paz,  
harmonia e sucesso.



13 • Fevereiro

*Parabéns!*



**José Marcelo do  
Espírito Santo**

CAD 14 – 13.02.1964 – Sócio Efetivo, patrono  
ANTONIO BERNADINO PEREIRA DE LAGO.

Desejamos que você tenha  
sempre muita saúde, paz,  
harmonia e sucesso.



18 • Fevereiro

Parabéns!



**Dr. Gutemberg  
Fernandes de Araújo**

CAD 60 – 18.02.1956, Patrono CÔNEGO  
JOSÉ DE RIBAMAR CARVALHO

Desejamos que você tenha  
sempre muita saúde, paz,  
harmonia e sucesso.



29 • Fevereiro

*Parabéns!*



**Josiel Ribeiro  
Ferreira**

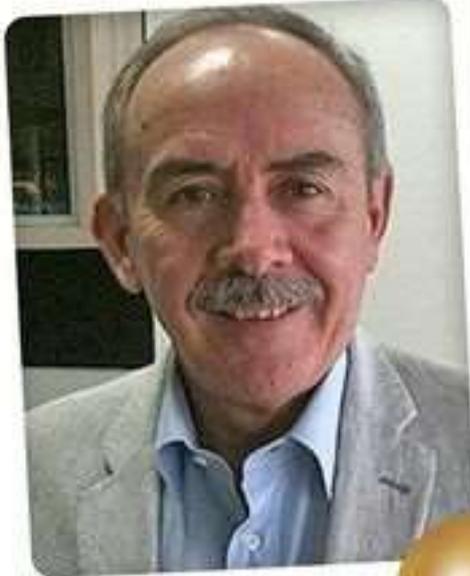
CAD 49 – 29.02.1964 – Sócio Efetivo, patrono  
JOÃO DA MATA DE MORAES.

Desejamos que você tenha  
sempre muita saúde, paz,  
harmonia e sucesso.



01 • Março

*Parabéns!*



**José Jorge  
Leite Soares**

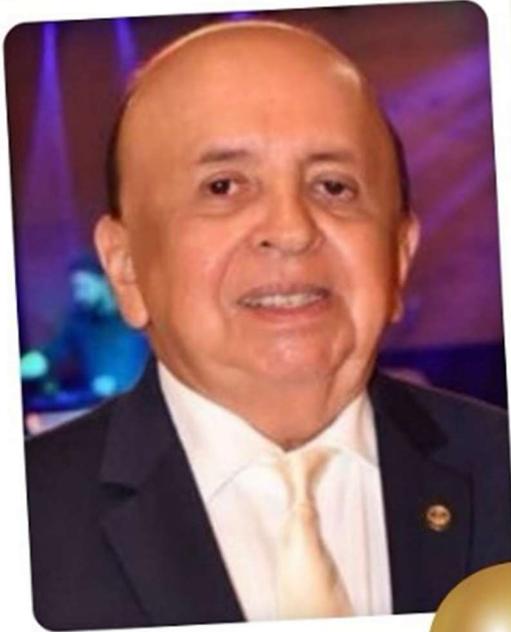
CAD 34 – 01.03.1950 – Sócio Efetivo, patrono  
WILSON DA SILVA SOARES.

Desejamos que você tenha  
sempre muita saúde, paz,  
harmonia e sucesso.



24 • Março

*Parabéns!*



**José Marcio  
Soares Leite**

CAD 15 – 24.03.1949 – Sócio Efetivo,  
patrono JOÃO ANTONIO GARCIA DE  
ABRANCHES

Desejamos que você tenha  
sempre muita saúde, paz,  
harmonia e sucesso.



27 • Março

*Parabéns!*



## Diomar das Graças Motta

CAD 02 – 27.03.1942 – Sócio Efetivo  
patrono Yves D' Evreux.

Desejamos que você tenha  
sempre muita saúde, paz,  
harmonia e sucesso.





FELIZ  
CARNAVAL





**Futuras instalações do  
Instituto Histórico e  
Geográfico do Maranhão -  
IHGM.**















# Sarau Maria...Maria

Em Homenagem ao Dia Internacional da  
Mulher e Dia da Mulher Maranhense

## 21º Aniversário do Linceo Poético de Benidorm



20 de março de 2024

às 17 horas

Galeria Trapiche

Avenida Dom Pedro II -

São Luís - MA

Apoio Cultural







# FALA DE ABERTURA DO ANO CULTURAL DO IHGM, CASA DE ANTÔNIO LOPES

## DILERCY ARAGÃO ADLER – PRESIDENTE- (25/03/2024)

Bendito culto, que evoca o passado para o brilho do presente e torna cada vez mais entranhado o amor  
à Terra maranhense e suas glórias.  
Guardamos um tesouro feito de recordações de fatos e ressurreição de vultos.  
Antônio Lopes (1973, p.103).

Com essas palavras do Patrono desta Casa, Antônio Lopes, desejo expressar a nossa saudação a todos os presentes à esta solenidade.

Nossos cumprimentos a Mesa (citar nome), a todas as autoridades aqui presentes, a todos os acadêmicos das diversas instituições culturais e, ainda, aos que atenderam amavelmente ao nosso convite.

Caríssimos confrades, caríssimas congreiras!

Minhas senhoras, meus senhores!

Esta sessão marca o início das atividades Culturais do IHGM, deste ano de 2024.

Faz-se pertinente memorar que Antônio Lopes tomou a iniciativa de reunir alguns intelectuais para expor a ideia da premente necessidade de criação de um Instituto de História e Geografia, considerando tentativas anteriores sem êxito. Com a fundação efetivada em 20 de novembro de 1925, envidou esforços para uma história institucional profícua. No entanto, nenhum transcurso de história é linear, como ele mesmo declara no seu texto “Instituto Histórico”, o qual se encontra no livro “Antônio Lopes: estudos diversos, 1973”, publicado pelo Departamento de Cultura, que à época tinha à frente a escritora Arlete Nogueira da Cruz. Essa foi a única obra póstuma editada no conjunto de vinte e uma publicações.

No capítulo "Instituto Histórico" ele afirma:

Quis o Instituto Histórico lembrar a passagem de mais um ano de vida. Vida cheia de vicissitudes e que por isto mesmo não lhe permitiu realizar muito do que incluiu no seu programa. Mas vida isenta de preocupações egoísticas e estranhas às intrigas, paixões e miséria da política, porque esta nunca penetrou no nosso grêmio (LOPES, 1973, p. 107).

Essa citação se refere ao aniversário de 21 anos do Instituto e nestes seus quase 99 anos de fundação houve momentos de adversidades e de glórias, graças ao empenho de vários confrades e congreiras. A Abertura deste Ano Cultural constitui-se um acontecimento memorável.

Portanto, esta é uma noite de comemoração e homenagens, porque estamos realizando nosso preito ao Padre Luís Figueira, o Patrono homenageado do Ano, personalidade de grande relevância na história do Maranhão, que completa este ano 450 anos de nascimento.

Além da homenagem ao Padre Luís Figueira, estamos fazendo, igualmente, outras importantes homenagens, a saber: a Fran Paxeco, que nas palavras de Antônio Lopes (1973, p. 110) : “apoiou calorosamente a ideia de fundação do Instituto e por isso considerado sócio fundador, embora ausente de São Luís na ocasião”. A ele, que neste mês completou 150 anos de nascimento (9 de março de 1874), será outorgada a Comenda “Antônio Lopes” (*in memoriam*), a mais alta honraria desta Casa, que será entregue à sua neta, Maria Rosa Pacheco Machado, também Sócia Correspondente do IHGM, que, mesmo residindo em Portugal, demonstra grande afeto ao Maranhão, como o seu avô, que viveu 23 anos (1900 a 1923) nesta terra e tornou-se um maranhense de coração.

Serão outorgadas também Comendas “Antônio Lopes” ao Prof. Dr Yuri Alhadeff Sampaio Mateus e Profª. Dra. Luísa Moraes Silva Cotrim, que galgaram os primeiros lugares no Concurso “Bicentenário da Independência do Brasil no Maranhão, promovido por este Instituto em 2023, em comemoração a essa importante efeméride na história do nosso Estado.

Homenageamos hoje, também, duas mulheres notáveis, por estarmos no mês de março, mês dedicado à Mulher: Laura Rosa, que completa este ano 140 anos de nascimento (1º de outubro de 1884), e Maria Firmina dos Reis, Patrona da Educação de São Luís (desde 30 de outubro de 2023), pelo dia da Mulher Maranhense (11 de março, data do seu aniversário de nascimento). Esta homenagem será prestada por cinco confradeiras: Abianci Alves de Melo, Ana Luiza Almeida Ferro, Diomar das Graças Motta, Edna Maria de Carvalho Chaves e Wanda Cristina da Cunha e Silva, que apresentarão poemas dessas duas eminentes figuras femininas das Letras do nosso Estado.

Por fim, mas não menos importante, é hora de agradecer. Prestamos um agradecimento especial ao Dr. Carlos Gaspar, Sócio Honorário desta Casa e Membro da Academia Maranhense de Letras, por seu empenho em viabilizar a vinda de Maria Rosa Pacheco Machado a São Luís, o que, sem sombra de dúvida, confere um brilho especial a esta noite comemorativa da Casa de Antônio Lopes!

Agradecer a todos que estiveram na condução dos destinos desta Casa, de modo a permitir que este Instituto continue a cumprir suas Finalidades ao longo destes quase 99 anos, assim como aos confrades e confradeiras, que têm prestigiado e trabalhado em prol da consolidação do sonho de Antônio Lopes: que o Instituto seja um “Formoso Templo”.

Por fim, a nossa gratidão a todos que atenderam a este convite, prestigiando, esta nossa amada Casa.

Façamos um brinde à vida, à paz, e à fraternidade!  
E como poeta, dedico-lhes este poema da minha lavra:

UNIÃO  
Eu, tu, ele, ela... nós  
desatando todos  
os nós...  
realizaremos grandes feitos...  
e seremos para sempre  
estrelas e sóis  
planetas  
galáxias  
universos...  
dentro e fora  
de nós...  
e sempre estaremos  
juntos  
e nunca estaremos sóis!

(ADLER, Dilercy. In: POESIA III Antologia Poética Pau Brasil, 2018)

Obrigada!

# UM DEDO DE PROSA

## RIO DE JANEIRO, CIDADE MARAVILHOSA

LUIZ THADEU NUNES E SILVA\*

**E**stou no Rio de Janeiro, vim para as bodas de Frederico e Isadora, que escolheram casar na Cidade Maravilhosa, no alto do Corcovado, tendo o Cristo Redentor como testemunha.

Tenho uma ligação próxima com o Rio. Foi aqui que casei, em janeiro de 1984, e também aqui nasceu meu primogênito, Rodrigo, aniversariante em 10 de agosto.

Ainda garoto, sem nunca ter visitado o Rio, já o conhecia através das páginas do "Jornal do Brasil". Assíduo leitor do maior e melhor jornal que o Brasil já teve, ler as crônicas de Carlos Drummond de Andrade no "JB", era respirar o frescor do Rio, lá em em minha "caliente" São Luís.

O Rio é a síntese do Brasil: aqui estão representadas todas as tribos, de todos os matizes políticos, manifestações culturais e outras "cositas más". Antiga capital federal, com a ida do poder para Brasília houve um esvaziamento e uma certa decadência. Após sucessivas administrações desastrosas, o poder paralelo se instalou no estado, fazendo parte de todas as esferas.

Mesmo assim, o Rio continua lindo, com alegria, irreverência e o gingado do carioca, suas marcas registradas.

Ao desembarcar no aeroporto, você já sente a energia da cidade. Até o bom dia do carioca é diferente.

Rio de Janeiro, nome próprio "Cidade Maravilhosa": assim o Rio foi chamado pela primeira vez pelo escritor, político e professor maranhense Henrique Maximiliano Coelho Neto, em 1908, nas páginas do jornal "A Notícia" e que, vinte anos depois, lançou o livro "Cidade Maravilhosa".

A obra reunia um conjunto de crônicas sobre a cidade, descrita como "Cidade



LUIZ THADEU COM OS AMIGOS TERESA TELES E PEDRO HENRIQUE, MARANHENSES RESIDENTE NO RIO

Maravilhosa! Cidade-sonho, cidade do amor".

A boemia é quase um sinônimo do Rio. A filosofia de vida alegre e despreocupada dos "malandros" é um dos atrativos para visitar a cidade, já que aqui tem samba, festas e música até na segunda-feira. A bossa nova nasceu nesta cidade, sendo uma de suas trilhas sonoras. A Lapa, famoso bairro da cidade, é considerada o grande berço da boemia carioca por sua agitada vida noturna e estilo alternativo.

Capital cultural do país, o Rio continua na vanguarda, lançando moda, copiada em todo o país.

Aqui encontro amigos diletos, que a vida me presenteou. No aeroporto Santos Dumont quem me recebe é o baiano André Serafim. André é funcionário da Infraero, que administra

o aeroporto. Foi através de André, que trabalhava no aeroporto Cunha Machado, em São Luís, que consegui colocar minha placa na entrada do aeroporto, minha porta de saída para o mundo. Tenho a honra de ser o único brasileiro que tem uma placa em um aeroporto brasileiro contando sua história em uma homenagem assim.

Encontro em um Café os amigos Maria Teresa Teles, amiga longeva, dos bancos escolares do Colégio Batista;

e Pedro Henrique Fonseca, amigo recente. Ambos médicos, moradores há anos da Cidade Maravilhosa, que tão bem os acolheu.

Encontrei pela primeira vez Pedro, nesta viagem, embora nos conhecemos há tempos pelos jornais. Ele, assim como eu, somos missivistas. Já tínhamos nos encontrado nas seções de cartas do jornal carioca "O GLOBO", e nas páginas do "Jornal Pequeno", onde publicamos artigos e crônicas. Pedro, com sua memória fabulosa, é um exímio conhecedor da história do Brasil.

Conhecê-lo pessoalmente foi um bálsamo. Juntamente com Teresa, a conversa fluiu por horas, sobre os mais variados temas. Passamos em revistas pessoais, histórias/estórias e alguns causos. Somos maranhenses, temos o dom de prosear.

Andar pelo centro do Rio antigo, passeio obrigatório para quem gosta de história, é um resgate de memórias.

Mesmo com a decadência que assola todo o país, o caos de um trânsito pesado, a violência de cada dia, o Rio continua com seu charme e beleza, tendo o Cristo Redentor de braços abertos a abençoar essa "Cidade Maravilhosa".

Nada como estar na orla, tomando um chopp com colarinho, ao entardecer, vendo o sol se pôr, e observar o doce balanço das cariocas a caminho do mar. O Rio com seu charme, continua lindo.

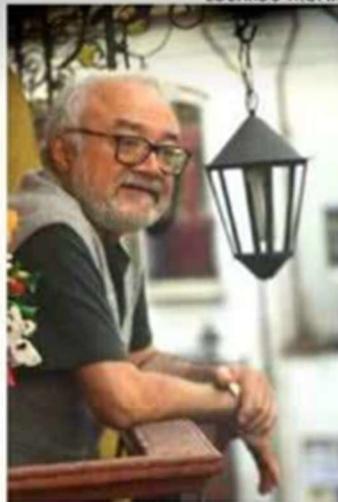
### Luiz Thadeu Nunes e Silva\*

Eng. Agrônomo, Palestrante, cronista e viajante: o latino americano mais viajado do mundo com mobilidade reduzida, visitou 151 países em todos os continentes da terra. Autor do livro "Das muletas fiz asas". Membro do IHGM, Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão



# Literatura e ciência: Duas polêmicas oitocentistas em São Luís - Maranhão

EDUARDO TROPPIA



Pedro Henrique Miranda Fonseca\*

Em 1881, mais precisamente no dia 14 de abril, é publicado em São Luís pela Tipografia "O País", o romance "O mulato" de autoria de Aluísio Azevedo, considerado o primeiro romance naturalista brasileiro. É calcado na vida e costumes da sociedade maranhense. Este romance projeta o seu nome por todo o país e, ao mesmo tempo, o incompatibiliza com a sua província natal, a qual teve que deixar. Neste romance ele colocou "... problemas que se evitavam abordar e que, no entanto, eram fundamentais: o racismo, os preconceitos contra os negros e os mulatos, a hipocrisia da sociedade dominada pelos comerciantes de origem portuguesa e a oligarquia fundiária nativa." (MERIAN, Jean-Yves - Aluísio Azevedo: vida e obra (1857 - 1913), 2ª edição, Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional/Editora Garamond, 2013, página 148). Segundo este autor a obra é, um "Romance profundamente anticlerical, "O mulato" surgia, de alguma forma, como uma contribuição à luta travada por Aluísio Azevedo contra o clero e a igreja." (Op. cit., página 156). Para o autor do romance os dois males mais graves que atingiam a sociedade maranhense eram o ócio e o conservadorismo. Os detratores de Aluísio Azevedo, encastelados no jornal católico ultramontano (defensores do Papa em matéria de fé e disciplina) "Civilização" viam nele apenas um imitador servil de Ramalho Ortigão. Nada mais falso. Aluísio estudou os problemas da criação literária no Maranhão e no Brasil segundo os princípios filosóficos de Auguste Comte. (MERIAN, Jean-Yves - Op. cit., página 180). Para este romance o estudo do meio urbano e rural maranhense forneceu ao seu autor a base para escrevê-lo. (Ibidem, página 193). A História do Maranhão e a observação criteriosa do meio em que

vivia forneceram a Aluísio Azevedo o essencial da matéria do "O mulato" (Ibidem, página 206). Pelo olhar de Raimundo o que transparece é o espírito crítico de Aluísio Azevedo, que denuncia o tédio reinante na burguesia ignorante e medíocre, os preconceitos contra os mulatos, a violência da escravidão, sendo os personagens verdadeiras caricaturas. Não nos esqueçamos que o escritor foi um exímio caricaturista, tendo publicado charges nos jornais da corte durante a sua primeira estadia na cidade entre os anos de 1876 a 1878, chegando a confessar que para compor um personagem, primeiro o desenhava. Segundo o seu biógrafo "o romance é fruto de uma observação atenta dos costumes, um estudo das mentalidades e do jogo dos determinismos sociais." (Op. cit., página 221).

Uma vez publicado o romance alguns jornais repercutiram a obra. O jornal "O País" criticou as ideias defendidas, mas reconheceu méritos. O "Diário do Maranhão" ressalta as ideias positivistas e abolicionista do livro. O "Pensador" e "A Pacotilha" defenderam a obra. Já o jornal "Civilização", clerical e ultramontano, atacou sistematicamente e intensamente o romance, pois este atacava o clero e a religião. (Op. cit., página 244). Já no Rio de Janeiro a obra começou a ser comentada apenas duas semanas após seu lançamento em São Luís. (Ibidem, página 297). O jornal abolicionista "Gazeta da Tarde" dedicou um grande espaço ao lançamento do romance, destacando sua contribuição à causa. Neste jornal Joaquim Serra saudou o autor como um "grande talento" e Urbano Duarte, como um acontecimento na vida literária do Brasil, cunhando a célebre frase: "Romancista ao Norte", embora fizesse também ressalvas e críticas ao romance, mas o considerou "um livro notável" e previu um futuro promissor ao romancista. (Op. cit., páginas 298, 299, 300). Suas críticas tinham três alvos: os portugueses (verdadeiros representantes da burguesia), a igreja e a escravidão. À boa recepção na Corte correspondeu a ataques violentos na Província, pois a sociedade maranhense não gostou de ver as suas mazelas expostas no livro e reagiu intensamente contra o autor, chegando a aconselhá-lo a largar a pena e pegar na enxada. Ainda bem que ele não seguiu o conselho. Ao invés disso, se mudou para o Rio de Janeiro, onde ia seguir com sucesso e brilhantismo sua carreira de escritor. A segunda polêmica é no campo da Medicina e envolve Nina Rodrigues (1862 - 1906) que uma vez formado estabeleceu-se em São Luís iniciando as suas atividades clínicas em consultório situado à rua do Sol em frente à praça João Lisboa. Sobrando-lhe tempo e faltando clientes, resolveu estudar o regime alimentar

do Maranhão, baseado na farinha de mandioca. Publicou os resultados deste estudo no jornal "A Pacotilha", edição de 5, 9 e 18 de junho e 6 e 9 de julho de 1888. Neste estudo ele se insurgiu contra o uso exclusivo da farinha de mandioca na alimentação da população, pois o seu valor nutricional é nulo. Advogou a substituição ou o acréscimo a esse alimento de outros cereais mais ricos e leguminosas como a fava ou o feijão. Para Adolpho Frederico Luna Freire (1864 - 1953), professor de Clínica Médica da Faculdade de Medicina da UFRJ, Membro titular da Academia Nacional de Medicina e secretário de redação do periódico Brasil Médico, neste estudo ele procura "... demonstrar a utilidade da propaganda contra o uso da farinha de mandioca, fazendo antever a insuficiência de tal alimentação e conferindo a prioridade no estudo a

demonstração do pouco valor do "pão dos trópicos." (Brasil Médico número 2, páginas 324, 325). Ressalta ainda o crítico que "... aconselha o autor associar à farinha de mandioca a das leguminosas, favas, feijões, ervilhas, etc". Neste estudo Nina Rodrigues responsabiliza o uso exclusivo da farinha de mandioca como alimentação, pelo abatimento moral, a astenia, o entorpecimento intelectual, a indolência, que caracterizam os habitantes do norte do país, e isenta de culpa a fertilidade do solo, o clima, a influência hereditária, sendo o verdadeiro culpado a insuficiência da alimentação. Luna Freire assim conclui as suas observações: "A importância da propaganda contra a alimentação (exclusiva) pela farinha de mandioca, é indiscutível e esperamos que, confiada ao talento e às habilitações do Dr. Nina Rodrigues, ela alcançará os resultados desejados e removerá uma das condições etiológicas das numerosas moléstias que afligem a população pouco abastada do norte." (Ibidem, página 325). Infelizmente o desejo do crítico não se concretizou. Ao contrário, o que o estudo trouxe foi a chacota dada ao seu autor por colega, que em porta de botica, o ridicularizou com a alcunha de "Dr. Farinha Seca", conforme se queixou o próprio Nina Rodrigues no mesmo jornal "A Pacotilha" de 1 de agosto de 1888. Este fato, que muito o magoou, fez com que se mudasse para Salvador - Bahia, onde desenvolveu sua brilhante carreira como médico, antropólogo e professor. Repetia-se com ele o que já havia ocorrido, sete anos antes, com Aluísio Azevedo. Literatura e ciência não constituíam valores para a sociedade burguesa e clerical de São Luís do Maranhão no final do século XIX. Seus valores estavam centrados em ganhar dinheiro e rezar.

\*Membro Fundador da Sociedade Brasileira de História da Medicina.

escritor confirmado

Antonio Guimarães de Oliveira

www.antologias.org @antologias.brasil

ANTOLOGIAS BRASIL

escritor confirmado

Antonio Guimarães de Oliveira

www.antologias.org @antologias.brasil

ANTOLOGIAS BRASIL

escritor confirmado

Antonio Guimarães de Oliveira

www.antologias.org @antologias.brasil

ANTOLOGIAS BRASIL

escritor confirmado

Antonio Guimarães de Oliveira

www.antologias.org @antologias.brasil

ANTOLOGIAS BRASIL

escritor confirmado

Antonio Guimarães de Oliveira

www.antologias.org @antologias.brasil

ANTOLOGIAS BRASIL

20 JAN

EXPEDIÇÃO

Prefácio

BRASILEIRO

Thaís Pessanha Medeiros

Luiz Thadeu Convidado

O sul-americano mais viajado do mundo com mobilidade reduzida.

T03#EP01: Das muletas ele fez asas

09:34

# Quem é pardo no Brasil?

YURI COSTA (\*) MARCO ADRIANO FONSÉCA (\*\*)

Defensor Público Federal e Professor UEMA (\*) e Juiz de Direito TJMA e Professor ENFAM e UEMA (\*\*)

Pela primeira vez em décadas, a população brasileira é de maioria parda. Essa foi a constatação que o Censo Demográfico de 2022 publicou recentemente. O Censo Demográfico é produzido pelo IBGE e consiste na principal referência estatística sobre as condições de vida da população em todos os municípios do país.

Segundo o Censo, cerca de 92,1 milhões de pessoas se declararam pardas em 2022, o que equivale a 45,3% da população brasileira. Desde 1991, os pardos não superavam a população branca, que chegou a 88,2 milhões (ou 43,5% da população). Outras 20,6 milhões de pessoas se declararam pretas (10,2%), enquanto 1,7 milhões se declararam indígenas (0,8%) e 850,1 mil se declararam amarelas (0,4%). Se comparado ao último Censo, de 2010, a população parda cresceu 11,9% e sua proporção na população do país subiu de 43,1% para os citados 45,3%.

O resultado está sendo justa e legitimamente comemorado por instituições engajadas no combate ao racismo. Tendo como critério a auto-atribuição, ou seja, a manifestação do próprio entrevistado quanto a sua raça ou etnia, os dados do IBGE possuem relação direta com um aumento de consciência da população negra do Brasil quanto a suas origens e a valorização da afrodescendência. Essa constatação, no entanto, está longe de significar a superação do racismo em nosso país.

Mas, afinal, quem é considerado pardo no Brasil? Segundo o IBGE, basicamente quem assim se declara. Isso se dá em respeito ao já mencionado critério da auto-atribuição e por entender o Instituto, acertadamente, que a identidade étnico-racial da pessoa é elemento de sua personalidade, não podendo, regra geral, ser influenciada pelo julgamento de outra pessoa. Por outro lado, a auto-atribuição da raça ou etnia se dá dentro de um universo definido. Hoje a classifica-

ção utilizada pelo IBGE trabalha com cinco grupos: pretos, pardos, brancos, amarelos e indígenas.

Independentemente dos critérios utilizados oficialmente pelo IBGE, é incontestável que a identificação de uma pessoa como parda se relaciona com elementos do senso comum, atrelando-se ao imaginário construído ao longo de nossa história a respeito do significado dessa categoria para a definição de raça ou etnia. Nesse sentido, é lugar comum entender o pardo como miscigenado, como resultado da mestiçagem das outras quatro raças ou etnias, tidas como mais "puras" (preta, branca, amarela e indígena). O pardo possuiria um caráter residual, servindo para designar quem não se enquadra nas demais classificações.

Como categoria que identifica e qualifica pessoas e grupos humanos, a denominação "pardo" possuiu desde sempre uma forte conotação política. Historicamente, foi objeto constante de disputas e, predominantemente, utilizada para discriminações negativas. Como exemplo, temos a segunda metade do século XIX, contexto marcado pela forte influência das chamadas teorias raciais e quando, num Brasil que consolidava sua independência política e construía suas instituições, a mestiçagem foi associada à

degeneração social e o termo pardo utilizado, como regra, para negar direitos de cidadania a libertos e a pessoas livres sem posses.

Por outro lado, ainda que fabricada e constantemente reinventada historicamente pelas elites brancas como critério de discriminação, a categoria "pardo" passou a ser apropriada pelos movimentos sociais que combatem o racismo. Negou-se a condição parda como hiato entre as raças e passou-se a atrelá-la à população negra, valorizando-a como afrodescendência e como resistência ao racismo estrutural em nosso país.

Não por outra razão, hoje há forte crítica dos movimentos sociais ao chamado colorismo, que pulveriza a ideia de categorias étnico-raciais a partir das tonalidades de pele. No entendimento da professora Alessandra Devulski, consiste o colorismo em

mais uma estratégia do racismo que reafirma privilégios das elites brancas, na medida em que, ao fim e ao cabo, segrega as pessoas negras. Além disso, o colorismo reinventa mitos que suavizam a miscigenação da população brasileira ao longo da história, sabidamente pautada em realidades brutais e violentas, como o estupro de mulheres negras por homens brancos ou políticas oficiais e eugênicas de embranquecimento da população.

Porém, foi a primeira década do atual século que elevou a disputa sobre o significado do "ser pardo" no Brasil a outro patamar. O início da implantação de políticas de cotas para negros em vestibulares e em concursos públicos aos poucos consolidou a noção de que os pardos não poderiam ser automaticamente excluídos dessa política. Os movimentos sociais, principais defensores das cotas, rapidamente perceberam os riscos de se tomar o pardo como uma espécie de resultado "desracializado" da miscigenação, sem os privilégios dos brancos e sem acesso a políticas de reparação voltadas à população negra.

No que toca ao conceito de pardo para as políticas de cotas para negros, após duas décadas de intenso debate e de políticas públicas bem e mal implementadas, alguns consensos emergiram. Para as cotas, a definição de pardo não é a do senso comum, ou seja, não corresponde a qualquer pessoa miscigenada. Há, hoje, uma noção mais tecnicamente construída sobre essa categoria, que reforça que as cotas raciais são destinadas aos pardos negros e não aos pardos socialmente brancos. O pardo, ainda para as cotas, não é um meio termo entre o branco e o negro, mas um negro de pele mais clara e que preserva fenotipicamente traços negróides.

De toda forma, para as cotas, o pardo é sempre um negro, ainda que não possua uma pele retinta. Nesse campo, o combate a fraudes nas políticas de cotas é fundamental e passa em boa medida pela implantação de um sistema de verificação (heteroidentificação) que possa excluir, sobretudo, pessoas brancas, mas também pardos não negros

## JOVENS, ENVELHEÇAM!

SÔNIA AMARAL

Como disse Nelson, com genialidade, sintetizando a diferença entre jovens e adultos: “O jovem tem todos os defeitos do adulto e mais um: o da inexperiência”.

O título deste artigo é um resumo do pensamento de Nelson Rodrigues, cuja fala completa é esta:

"Se o homem, de uma maneira geral, tem vocação para a escravidão, o jovem tem uma vocação ainda maior. O jovem, justamente por ser mais agressivo e ter uma potencialidade mais generosa, é muito suscetível ao totalitarismo. A vocação do jovem para o totalitarismo, para a intolerância é enorme. Eu recomendo aos jovens: envelheçam depressa, deixem de ser jovens o mais depressa possível, isto é um azar, uma infelicidade. Eu já fui jovem também e não me reconheço no jovem que fui. Eu só me acho parecido comigo aos dez anos e após os trinta. Eu já era o que sou quando criança. Na adolescência eu me considero um pobre diabo, uma paródia, uma falsificação de mim mesmo. Depois, a partir dos trinta, eu me reencontro. Por isso, digo aos jovens: não permaneçam muito tempo na juventude que isto compromete."

Nelson nos convida a refletir sobre a conduta imatura, típica daqueles que ainda “curtem” a adolescência, e que para alguns, infelizmente, não cessa nem mesmo com o avanço dos anos.

Isso não quer dizer que a juventude só tenha defeitos e a fase adulta seja o ápice dos acertos. Não, a juventude também tem qualidades. Todavia, não há dúvidas que a imaturidade da juventude é um problema em termos de tomada de decisões e que, quando amadurecemos, as deliberações tendem a ser mais acertadas, porque frutos de maior ponderação.

Ou como disse Nelson, com genialidade, sintetizando a diferença entre jovens e adultos: “O jovem tem todos os defeitos do adulto e mais um: o da inexperiência”.

Contudo, a maturidade não se adquire apenas com o passar dos anos, com a renovação de cada primavera, com a chegada dos trinta anos. A maturidade é um processo que envolve o tempo, mas, mais do que isso, envolve a aquisição do conhecimento.

E quando falo de conhecimento não estou me referindo somente ao formal, aquele adquirido nos bancos escolares e que representa apenas uma parcela do todo. O conhecimento ao qual me reporto é infundável e nunca pode ser adquirido por um só homem, mas permite a um só homem adquirir mais sabedoria – muito embora esse ganho de sabedoria ainda traduza uma minúscula parte do todo.

Sobre o conhecimento, Thomas Sowell, economista, filósofo e crítico social norte-americano, observa que há hoje em dia dois tipos de pessoas: os Ungidos e os Trágicos.

Segundo Sowell, os Ungidos, que se encontrariam em profusão entre os intelectuais e os formadores de opinião, seriam aqueles que se acham detentores de todo o conhecimento, final e absoluto, e que, com efeito, têm o direito de impor que os outros sigam seus passos sem questionar. Para estes, o ser humano, como pregava Jean-Jacques Rousseau, não teria pecado original, sendo a formação cultural a responsável pelos seus pecados. Como solução, estes sempre indicam uma mudança profunda na sociedade, uma revolução que descarte tudo que outrora foi construído e não apenas uma mudança gradual, mantendo aquilo que deu certo. E aí, defendem, por exemplo, a destruição de bustos e estátuas de homens e mulheres que, mesmo tendo contribuído para as artes, a literatura, as ciências etc, teriam sido, em seu tempo, escravocratas. Ou seja, destrói-se o homem e a sua obra.

Ao contrário, os Trágicos – e, de logo, declaro-me pertencer a este grupo – sabem das limitações dos seus conhecimentos e das imperfeições humanas desde sempre. Isso afasta aventuras revolucionárias, pois se sabe que esse novo homem perfeito não advirá de nenhum ato humano, por mais bem intencionado que

seja o proponente. A sociedade, formada por homens, e não por anjos, deverá avançar na busca por mais desenvolvimento, civilização e igualdade, com cautela, mantendo intacto o que deu certo e reformando, sem o uso de armas e barricadas, aquilo que precisa mudar. Ou seja, com mais Revolução Gloriosa e menos Revolução Francesa.

Como muito bem resume Sowell, ao criticar a visão dos Ungidos e sua tentativa eterna de construir uma nova sociedade a partir da destruição de tudo que a humanidade construiu até agora: “Grande parte da história social do mundo ocidental, nas últimas três décadas, foi uma história de substituição do que funcionou pelo que soa bem.”

Dito isso, registro a minha preocupação com a tendência crescente de formação de Ungidos na sociedade ocidental, em detrimento da formação de mentes Trágicas. E isso tem a ver justamente pela redução acentuada da inteligência, que, com a idade e algum conhecimento formal, pode se transformar em sabedoria.

Michel Desmurget, diretor de pesquisa do Instituto Nacional de Saúde da França, no livro “A fábrica de cretinos digitais”, traz dados de pesquisas realizadas que demonstram que a geração digital, essa que hoje usa intensamente as plataformas e programas digitais, tem QI inferior ao dos seus pais.

Isso é preocupante, pois como tão bem concluiu Sowell: “É preciso um conhecimento considerável apenas para perceber a extensão da sua própria ignorância”.

Portanto, se o QI do jovem atual é inferior ao do seu pai, coisa que antes nunca aconteceu na história, a conclusão possível é que teremos mais Ungidos, que se entendem detentores de grande sabedoria e uma vontade inabalável de promover uma revolução.

Jovens, por favor, envelheçam, e acrescento, larguem o Tik Tok e vão estudar, principalmente as obras clássicas.



IHGM - INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO MARANHÃO

Djalda Muniz · 7 min · 🌐



**II CONGRESSO INTERNACIONAL DE  
HUMANIDADES DIGITAIS, CULTURA E ENSINO**

&

**III SIMPÓSIO NACIONAL EM  
MÍDIAS, TECNOLOGIAS E HISTÓRIA**

**DE 29 DE ABRIL A 10 DE MAIO DE 2024**

**PORTO NACIONAL-TOCANTINS-BRASIL**



## **MINICURSOS**

**MINICURSO 6 - Comunicação no ciberespaço: navegando  
nas ondas da Liberdade de expressão**

**MINICURSO 7 - Explorando Narrativas Visuais: Oficina de Edição Audiovisual  
para Enriquecer o Ensino de História em Sala de Aula**

**MINICURSO 8 - Mineração, Modelagem de Tópicos e Análise  
Multivariada de Dados Textuais do YouTube**

**MINICURSO 9 - Proposta metodológica para pesquisa  
dos games/videogame como fonte históricas**



MITECHIS



MITECHIS



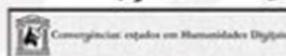
MITECHIS Gp



@MITECHIS1

APOIO

REALIZAÇÃO



E-mail: [cihdce.snmth@gmail.com](mailto:cihdce.snmth@gmail.com)

E com grande alegria que convidamos você para um evento especial! O Prof. Dr. Weber Fernandes Grizoste, renomado pesquisador da vida e obra de Gonçalves Dias, será agraciado em Guimarães com o Título de Cidadão Vimarense.

E para celebrar essa honra, o Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão e a Faculdade Florence convidam para o lançamento do livro de sua autoria **Otimismo & Pessimismo em Gonçalves Dias**.

# Convite

## Lançamento de Livro



É com grande alegria que convidamos você para um evento especial! O **Prof. Dr. Weberson Fernandes Grizoste**, renomado pesquisador da vida e obra de Gonçalves Dias, será agraciado em Guimarães com o **Título de Cidadão Vimarense**. E para celebrar essa honra, o **Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão e a Faculdade Florence** convidam para o lançamento do livro de sua autoria **Otimismo & Pessimismo em Gonçalves Dias**.



**Data:** 17 de janeiro  
**Horário:** 18h  
**Local:** Auditório da Faculdade Florence



### EDITAL N.º 01/2024

#### ASSEMBLEIA GERAL ODINÁRIA

A Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão - IHGM, Casa de Antônio Lopes, no uso de suas atribuições e em conformidade com o Artigo 19 do Estatuto, convoca os associados para participarem da **Assembleia Geral Ordinária (AGO)**, no **dia 17 (dezessete) de janeiro de 2024 (quarta-feira)**, que será realizada no auditório da Faculdade Florence, na Rua Rio Branco, 216 - Centro, São Luís - MA, para tratar da seguinte pauta:

1. Lançamento do livro “Otimismo e Pessimismo em Gonçalves Dias”, da autoria do Prof. Dr. Weberson Fernandes Grizoste, ainda como parte das comemorações do IHGM, relativas ao Bicentenário de Antônio Gonçalves Dias (2023).

São Luís, 15 de janeiro de 2024

**Profa. Dra. Dilercy Aragão Adler**

Presidente



# Convite



É com grande alegria que convidamos você para um evento especial! O Prof. Dr. Weberson Fernandes Grizoste, renomado pesquisador da vida e obra de Gonçalves Dias, será agraciado em Guimarães com o Título de Cidadão Vimarense. E para celebrar essa honra, o Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão e a Faculdade Florence convidam para o lançamento do livro de sua autoria *Otimismo & Pessimismo em Gonçalves Dias*.

**Data:** 17 de janeiro

**Horário:** 18h

**Local:** Auditório da Faculdade Florence, São Luís

Junte-se a nós para uma noite única, repleta de conhecimento e celebração. Sua presença será fundamental para tornar esse momento ainda mais especial. Contamos com você!





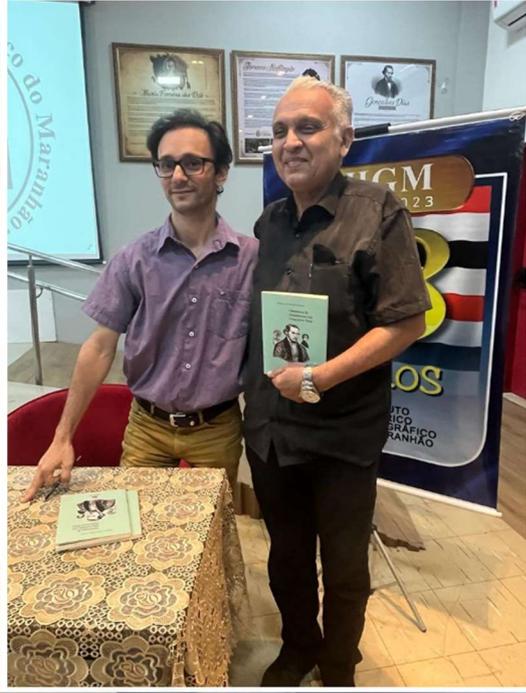


Foi realizado no dia 17 de janeiro de 2024, nesta última quarta-feira, o lançamento do livro “Otimismo e Pessimismo em Gonçalves Dias”, de autoria do Prof. Dr. Weberson Fernandes Grizoste, sócio correspondente do IHGM, ainda como parte das comemorações do IHGM, relativas ao Bicentenário de Antônio Gonçalves Dias (2023).

O evento aconteceu no auditório da Faculdade Florence, na Rua Rio Branco, Centro, São Luís. A solenidade contou com a presença de ilustres escritores e intelectuais, estavam presentes os associados do IHGM: Profa. Dra. Dilercy Aragão Adler, presidente do IHGM, Sr. José Ribamar de Castro Ramos (Baial), Prof. Célio Gitahy Vaz Sardinha, Sr. Agenor Gomes e Profa. Elizabeth Sousa Abrantes.









EM GUIMARÃES



## À GUIMARÃES TERRA DE MARIA FIRMINA, MAR DE GONÇALVES DIAS

Pertencimento.

Nasci em Jauru, um pequeno município de Mato Grosso fundado e colonizado por famílias mineiras. Entretanto, nas duas primeiras décadas de minha vida vivi em sete comunidades de seis municípios diferentes da bacia do alto Guaporé, numa região de anteparo entre as fronteiras da Bolívia e Rondônia. Aí mesmo iniciou-se a forja de uma identidade heterogênea. Sou filho de um capixaba e de uma mineira; minha sala de ensino primário dividia-se, sobretudo, entre filhos de mineiros e filhos de gaúchos. Fiz o ensino médio em Vila Bela da Santíssima Trindade, a “pequena África de Mato Grosso” e foi neste local que, realmente, tive acesso ao falar mato-grossense mais antigo.

No dia 23 de janeiro de 2008 saí de Mato Grosso para Portugal, para cursar o mestrado em Poética e Hermenêutica na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Foram seis longos anos. Nos primeiros, sofri com a sensação de perda de identidade, pois o exílio em Coimbra coincidia com a altura em que eu descobria em meu pertencimento este mosaico de culturas absorvidas na infância e na adolescência, ao mesmo tempo via crescer minha ligação com Portugal, sobretudo com Coimbra, e buscava resgatar as origens de um bisavô nascido em Verona, cujas histórias ouvia na infância. A par disso, a paixão pela obra gonçalvina e por seu autor imprimia, dia após dia, a sensação de pertencer, também, ao Maranhão de Gonçalves Dias. Para compreender o espírito das poesias americanas ingressei na leitura de todos os cronistas citados no “Brasil e Oceania”, e por esta via pude conhecer um bocado da história do Maranhão, contado por cronistas.

Quanto mais conhecia Gonçalves Dias mais queria acoçar seus passos, para compreender o homem e ver quanto ele viu para entender o que sentia quando escrevia. Em Coimbra, especificamente nos sítios em que viveu, resta pouco para ver. Não encontrei uma única placa que sinalizasse esses locais que por lá existiram. Resgatando algumas palavras do “Telemaquia Miarinense”, “Fui aos Palácios Confusos e a antiga Rua do Correio. Um conjunto de demolições projetadas e executadas a partir da década de 40 do século XX cooperou para apagar as marcas do poeta na Alta de Coimbra. Desiludido com Coimbra, fui ao Rio de Janeiro e nem o nome da rua Gonçalves Dias ou o bar *Onde Canta o Sabia* «agora fechado» na antiga Rua dos Latoeiros serviu para amenizar a minha angústia com o desaparecimento dos rastros do poeta. Já quase sem esperanças, cheguei em São Luís e ainda acreditava que em Caxias encontraria resquícios do poeta. Foi como um encontro marcado meio às pressas, mas esperado há muitos anos. Em Caxias perdi o último fio delgado de esperança. A casa onde vivera tornou-se objeto da cobiça individual provando que ele estava certo ao dizer que a nossa política é feita de coisas e não de ideias (*Med.* 3.12.12). Assim, cheguei em Guimarães apenas com o desejo de ver o mar que o engoliu, pois já sabia que os rastros do homem não poderiam ser encontrados lá.

Em Guimarães encontrei maranhenses dos mais entusiasmados com a cultura literária e tive os primeiros contatos com a história de Maria Firmina. Mais tarde, fui agraciado com a oportunidade de escrever o prefácio do livro “Sobre Maria Firmina”, organizados por Dilercy Adler e Leopoldo Vaz. A praia de Araoca tornou-se, para mim, um local místico. Eu não esperava encontrar Gonçalves Dias por lá, mas a forma como ele está presente faz parecer que o naufrágio aconteceu dezesseis dias atrás e não há 160 anos... Deve ser por isso que, todas as vezes que lá estive, em algum momento procurei me distanciar da turba para conectar-me com esta energia. É curioso, pois é uma energia que não senti nos outros locais em que procurei Gonçalves Dias. Noutros lugares a sensação que tive é de ele ter nascido, crescido, vivido ou passado por lá, mas sabe-se que em algum momento partiu... na praia de Araoca, não... nas águas dos Atins, dali nunca saiu, ali continua, a Baía do Cumã é a Baía de Gonçalves Dias.

A honra que neste dia Guimarães me concede, de me considerar um cidadão seu, dá-me uma alegria imensurável e torna este dia singular em minha vida. A partir de hoje, este pesquisador de Gonçalves Dias é um maranhense e para dizer no particular, vimarense, e se perguntarem em que ponto da cidade nasci, foi na Baía de Gonçalves Dias, se perguntarem quando nasci, foi na V Semana Literária Maria Firmina dos Reis.

E usando a frase para falar dele mesmo, João Silva de Moraes, a quem dediquei o livro “Otimismo e Pessimismo em Gonçalves Dias”, “falando em vida e não em morte”, como gostaria de dizer-

Ihe e como sei quanto se orgulharia este maranhense de Timon em saber que a minha paixão por Gonçalves Dias provocou a generosidade do povo de Guimarães que, por sua hospitalidade, hoje me fazem, por força da lei, o mais novo maranhense.

Aqui estou para somar aos filhos desta terra que muito generosamente me oferecem o privilégio de ser também o mais novo cidadão vimarense, desta cidade, berço de ilustres poetas como Sousândrade, Monsenhor Benedito Estrela, Urbano Santos, João Pedro Dias Vieira, Lopes Bogéa, Jomar Morais, Paulo Oliveira, Guerreiro Júnior, Celso Coutinho, que acolheu por toda vida, Maria Firmina dos Reis, aqui onde repousa, neste mar imenso o mausoléu eterno, Gonçalves Dias.

Bendigo este dia e a vida de todos os que possibilitaram esta alegria. E cabe citar o nome de alguns: o professor, hoje prefeito Osvaldo Gomes, que nos recebeu em Guimarães todas às vezes, por seu entusiasmo com a cultura e a literatura; a vereadora Ana Luiza Ramos por ter indicado meu nome para a apreciação desta Casa, para receber este título honorífico e assim como a todos que votaram a favor; e a Doutora Dilercy Aragão Adler, presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão – IHGM, que tem participação nisto tudo, nesta história toda – bendita a hora que o gosto pela literatura nos uniu.

Agradeço aos professores e aos alunos da Escola Nossa Senhora da Assunção, que sempre me abriu a porta para falar de Gonçalves Dias; agradeço a todos que se dispuseram a vir a esta Casa, tanto para comemorar os 266 anos de Guimarães quanto para participar deste ato que comprova a hospitalidade vimarense.

E encerro com versos da letra de música que me enviou o Dr. José Augusto:

Eu sou maranhense e não tenho medo de ser feliz

Agora pertença a Guimarães.

Guimarães, 19 de janeiro de 2024.

## À GUIMARÃES “DE MARIA FIRMINA E GONÇALVES DIAS”: poesias juntando vidas

### MEU AGRADECIMENTO

Neste outubro próximo passado, publiquei um livro de poesia intitulado “De Súbito... à Deriva”. A vida nos prega ou entrega peças que vamos juntando como um “quebra-cabeça...” Apesar de tudo isso queremos acreditar que somos donos do nosso destino. Também não creio que a nossa vida resulte de uma determinante predestinação. Prefiro acreditar no acaso, no aleatório, no sem intenção prévia, no “sem rumo”. É esse caso que me traz nesta tarde a esta cidade que abre as portas a oferecer a mim uma cidadania.

Não poderia deixar de sentir uma extrema felicidade! Afinal a cidade é o bem mais precioso que um cidadão pode ter. E, neste momento, sentir-me convidativamente acolhida me toma uma emoção ímpar, indescritível.

Por que escolhi iniciar com a minha crença no acaso? Porque acredito que este momento é a soma de várias pecinhas que me foram entregues, as quais fui carinhosa e teimosamente juntando.

No Diário de viagem que publicamos sobre o projeto Gonçalves Dias, inicio dizendo:

#### O COMEÇO DE TUDO...

Era uma vez no Chile... Uma casa de frente para o mar onde um poeta fazia poesias, muito poesia... E defendia a utopia de uma sociedade mais igualitária e assim se fez impar!...

Continuando o início da história... Nessa mesma casa onde muitas pessoas vão cultivar a memória de Pablo Neruda, tive a grande dádiva, de, ao atender à convocatória de Alfred Asis, para homenagear esse grande nome da poesia chilena, ser também intensamente provocada pela ideia de uma homenagem similar a um grande nome das letras brasileiras... Aí, nesse momento e lugar, foi gerada a ideia dos “Mil poemas para Gonçalves Dias”, claro que nas suas primeiras concepções. (ADLER;VAZ, 2013 p. 9).

E, assim, entre tantas pessoas que foram embarcando no Projeto/Sonho/Arca de Gonçalves Dias estava Osvaldo Gomes, à época ilustre Professor, Vereador e importante cidadão de Guimarães.

Naquele início de uma relação profícua o ilustre e querido amigo retrata no mesmo Diário de viagem, de uma forma que a mim muito agrada:

Tudo começou com um simples telefonema, uma pessoa desconhecida que buscava informações e possibilidades. E blá blá blá blá, do outro lado da “linha” escutava e respondia mansamente a uma Professora Doutora ansiosa e cheia de ideias. Dessa conversa veio a primeira visita na “V Semana Literária Maria Firmina dos Reis”, promovida pelo CE Nossa Senhora da Assunção, escola de ensino médio, com a presença de Dra. Dilercy Aragão Adler, Presidente da Sociedade de Cultura Latina do Brasil, e de Clores Holanda, Diretora do Palácio Cristo Rei, para conhecer o local onde faleceu Gonçalves Dias, em três de novembro de 1864, a bordo do navio *Ville de Boulogne* (ADLER;VAZ, 2013 p. 133).

Gosto muito de imaginar a cena porque me imagino no momento vivido tomada por intensa ansiedade e do outro lado a calma do meu interlocutor, o que não significa morosidade, já que o Prof. Osvaldo organizou, com a adesão de muitas pessoas, entre elas a Prefeita Nilce de Jesus Faria Ribeiro, um belo acontecimento aqui em Guimarães por ocasião da culminância do Projeto Mil poemas para Gonçalves Dias.

Contudo, o mais surpreendente é que na minha primeira visita a Guimarães por conta desse Projeto, com o objetivo de apresentá-lo, tive a oportunidade de entrar em Guimarães pelas mãos da cultura, da “V Semana Literária Maria Firmina dos Reis” realizada pelo “Centro de Ensino Médio Nossa Senhora da Assunção”, tendo à frente o seu Diretor à época, o Professor e Vereador Osvaldo Gomes, o qual atendeu a solicitação dos organizadores do Projeto, no sentido de incluir na Programação a homenagem a Gonçalves Dias.

Na ocasião, a meu pedido, a programação contou com a celebração de uma missa *in memoriam* de Gonçalves Dias (1823 a 1864), considerando o seu aniversário de morte, em 03 de novembro. Assim, na ocasião foi inserida nas atividades culturais e foi rezada uma missa especial, na Praia da Araoca. Essa praia no Atins/Guimarães é o marco do naufrágio do navio *Ville de Boulogne*, no qual se encontrava Gonçalves Dias.

A esse encontro seguiram-se outros. Todos marcados por muito desejo de reacender a chama do amor às artes, à cultura. Foi com alegria que testemunhei a criação do Instituto Histórico e Geográfico de Guimarães e da Academia Vimarense de Letras.

Todavia, o mais precioso achado por mim, em Guimarães, foi Maria Firmina. Confesso que não tinha maiores conhecimentos acerca da sua vida e obra até o momento de vê-la e senti-la através da sensibilidade e do talento dos alunos do “Centro de Ensino Médio Nossa Senhora da Assunção”. Nesse momento ela foi apresentada a mim de forma encantatória e implacável, ou seja, implacavelmente encantatória. Levei-a de volta para São Luís para dar-lhe um lugar que lhe cabe por direito: A Casa Maria Firmina dos Reis, que abriga os membros da Academia Ludovicense de Letras-ALL. É claro que a sua marca registrada jamais será apagada ou retirada de Guimarães porque seus filhos têm zelado por ela.

Esta terra de clima quente e úmido, com chuvas de dezembro a julho, sabe inspirar os seus filhos e todos aqueles que nela aportam para viver a sua vida, a exemplo de Maria Firmina, ou mesmo para dormir o sono eterno, a exemplo de Gonçalves Dias. Sem contar que é berço de nomes ilustres como Joaquim de Sousa Andrade, mais conhecido por Sousândrade, Monsenhor Benedito Estrela, Urbano Santos, João Pedro Dias Vieira, Lopes Bogéa, Jomar Moraes, Paulo Oliveira, Guerreiro Júnior, Celso Coutinho entre tantos outros, ainda os ilustres anônimos que constroem a história desta cidade.

Aqui estou, hoje, para somar aos filhos desta terra que muito generosamente me oferecem o privilégio de ser também mais uma cidadã vimarense.

Volto então a me perguntar o que me trouxe hoje até aqui: o destino já traçado, predestinado? O acaso aleatório sem rumo certo? Eu diria um acaso intencional porque, em parte, fruto das minhas ações dentro de um contexto possível e propício, embora com dificuldades, muitas vezes. Estas se juntaram às ações de muitas outras pessoas, muitas mesmo, com diferentes formas de participação.

Bendigo este momento e agradeço a todos que o possibilitaram. Mas não posso deixar de nomear o Vereador, Professor e Presidente Fundador do Instituto Histórico e Geográfico de Guimarães, por ter indicado o meu nome para submeter à aprovação desta Casa, para receber esta honraria, assim como a todos que votaram a favor.

Agradeço também à Prefeita Nilce de Jesus Faria Ribeiro, pelo constante apoio à cultura de Guimarães e às parcerias com São Luís, assim como a todos que se dispuseram a vir a esta Casa tanto para comemorar, neste mês de março, o dia Internacional da mulher quanto para participar deste ato que comprova a generosidade vimarense.

Quero também, neste momento, parabenizar todas as mulheres deste auditório, desta terra e do mundo inteiro, por seu agir em suas sociedades, e desejar também que cada dia tenhamos melhores inspirações para orientar os nossos filhos e filhas a fim de que, através dos nossos ensinamentos e exemplos, possamos mostrar a eles um caminho mais propício à felicidade, a sua própria e a de todos que estão ao seu redor ou bem distante. Afinal vivemos numa Aldeia Global.

Como poeta, não quero deixar de dedicar uma poesia que trata do espaço feminino, ao tratar dele também não deixamos de nos referir aos homens, seres igualmente importantes em nossas vidas.

## ESPAÇO FEMININO

Dilercy Adler

Espaço mulher  
mulher no espaço  
espaçonave  
  espaço cósmico  
    cômico espaço...  
      inusitado!  
das normas  
  do corpo  
    do sexo...  
do leite materno  
que eterno sangra  
do peito  
a jorrar a boca a dentro  
do homem!

(IN: Crônicas & Poemas Róseo-Gris, 1991).

Guimarães, 24 de março de 2015.

## ONDE FORAM PARAR OS DESPOJOS DE SILVÉRIO DOS REIS?

EUGES LIMA

Essa é uma pergunta que me vinha fazendo faz tempo. Porém parecia de difícil resolução, pois não havia vestígios dos seus restos mortais, mas acredito que agora surgiu uma luz.

Essa é uma pergunta que me vinha fazendo faz tempo. Porém parecia de difícil resolução, pois não havia vestígios dos seus restos mortais, mas acredito que agora surgiu uma luz.

Na última quinta-feira, estava nas imediações da Igreja de São João Batista, onde o delator foi sepultado originalmente, aos 63 anos, depois de dez anos morando na capital do Maranhão - para onde veio fugindo de sua má reputação de traidor - conforme seu assento de óbito: “aos dezessete dias do mês de fevereiro do ano de mil oitocentos e dezenove, nesta cidade do Maranhão, Freguesia de Nossa Sr.<sup>a</sup> da Vitória da Catedral, faleceu com todos os sacramentos o coronel de milícias Joaquim Silvério dos Reis Montenegro, natural da Freguesia da Sé da cidade de Leiria, Patriarcado de Lisboa [...], Cavaleiro professo na Ordem de Cristo [...], filho legítimo do Capitão José Antônio dos Reis Montenegro, e D. Teresa Jerônima Figueiredo Vidal, era casado com D. Bernardina Quitéria dos Reis Montenegro, foi armado cavaleiro envolto em o manto de sua mesma Ordem, e sepultado na Igreja de São João Batista (APEM, 1819, p. 292)”.

Aqui viveu com sua família como Coronel de Milícias do Regimento da Capitania (foi comandante de 1812/1816) e ainda teve dois filhos ludovicenses com sua esposa. O Luiz, em 1811 e o José, em 1814.

Sabia que o seu corpo foi sepultado na primeira coluna do lado esquerdo, em frente à sacristia, lá ficava seu ossuário. Localizei a coluna, embora depois das várias reformas pelas quais a igreja passou, acredito que o local ainda seja o mesmo. Parei em frente a ela e refleti se seria possível os seus restos mortais de alguma forma ainda estarem por lá, embutidos naquela coluna, mesmo depois da reforma de 1934 - período em que possivelmente a identificação (lápide) do seu túmulo desapareceu - Isso me fez retornar ao tema e a esse verdadeiro enigma da nossa história.

Então, fui (re) ler alguns velhos poucos livros e alfarrábios raros que citam a estada de Silvério dos Reis em São Luís. Até já tinha lido essas passagens, mas não tinha dado tanta importância como agora. Dessa vez, o entendimento foi outro, até porque encontrei duas citações de dois autores, renomados historiadores maranhenses, que convergem para o mesmo local.

Pois bem, chega de suspense. Há uma possibilidade plausível de os remanescentes mortais de Joaquim Silvério dos Reis, terem sido removidos após a referida reforma acima para outro templo. Podem estar em algum lugar na Igreja de São José do Desterro, no bairro de mesmo nome.

Em artigo “O traidor da Inconfidência mineira”, na coluna “Quadros da vida maranhense”, publicado no Jornal O Imparcial (1954), diz Jerônimo de Viveiros a respeito do local do sepultamento: “Afirma Assis Garrido ter-lhe visto o jazigo na igreja de São José do Desterro. Por lá andamos um domingo, e nada encontramos. Não temos, porém, o direito de duvidar do poder visual do poeta, por isso dizemos com ele: o traidor jaz na igreja do nosso amigo cônego Artur Gonçalves (Viveiros, 2019, p. 189).”

Ruben Almeida, em outro artigo, de 1949, no Diário de São Luís, sob o título de “Arruamentos de São Luís...” Se referindo à igreja do Desterro, afirma o seguinte: a “[...] ermida de São José, em honra ao seu reedificador, o preto velho José Lé, guardando os despojos do coronel Silvério dos Reis, aqui refugiado, até findar os amargurados dias, a 17-2-1819[...]”(Almeida, 1955, p. 64).”

Ainda segundo Jomar Moraes no seu “Guia de São Luís do Maranhão”, embora destacando a reforma de 1934, “entre as reformas por que passou a Igreja de São João Batista [...], que resultou em sua completa reconstrução”, não obstante, para ele, foi na reforma de 1958 que fizeram “a remoção do ossuário, no qual se incluíam os restos mortais de Silvério dos Reis. (Moraes, 1995, p.51)”. Porém, é mais provável que a

transferência dos remanescentes mortais de Silvério, tenham se dado mesmo durante a reforma de 1934, já que os respectivos artigos de Ruben Almeida e Viveiros são anteriores a 58 - e já falam em sepultamento na Igreja do Desterro - enfraquecendo assim essa tese.

## Onde foram parar os despojos de Silvério dos Reis?

EUGES LIMA

Historiador, professor, bibliófilo e palestrante



Essa é uma pergunta que me vinha fazendo faz tempo. Porém parecia de difícil resolução, pois não havia vestígios dos seus restos mortais, mas acredito que agora surgiu uma luz.

Na última quinta-feira, estava nas imediações da Igreja de São João Batista, onde o delator foi sepultado originalmente, aos 63 anos, depois de dez anos morando na capital do Maranhão - para onde veio fugindo de sua má reputação de traidor - conforme seu assento de óbito: "aos dezesseis dias do mês de fevereiro do ano de mil oitocentos e dezanove, nesta cidade do Maranhão, Freguesia de Nossa Sr.ª da Vitória da Catedral, faleceu com todos os sacramentos o coronel de milícias Joaquim Silvério dos Reis Montenegro, natural da Freguesia da Sé da cidade de Leiria, Patriarcado de Lisboa [...]. Cavaleiro professo na Ordem de Cristo [...], filho legítimo do Capitão José Antônio dos Reis Montenegro, e D. Teresa Jerônimo Figueiredo Vidal, era casado com D. Bernardina Quitéria dos Reis Montenegro, foi

armado cavaleiro envolto em o manto de sua mesma Ordem, e sepultado na Igreja de São João Batista (APEM, 1819, p. 292)".



Aqui viveu com sua família como Coronel de Milícias do Regimento da Capitania (foi comandante de 1812/1816) e ainda teve dois filhos ludovicenses com sua esposa. O Luiz, em 1811 e o José, em 1814.

Sabia que o seu corpo foi sepultado na primeira coluna do lado esquerdo, em frente à sacristia, lá ficava seu osuário. Localizei a coluna, embora depois das várias reformas pelas quais a igreja passou, acredito que o local ainda seja o mesmo. Parei em frente a ela e refleti se seria possível os seus restos mortais de alguma forma ainda estarem por lá, embutidos naquela coluna, mesmo depois da reforma de 1934 - período em que possivelmente a identificação (lápide) do seu túmulo desapareceu - Isso me fez retornar ao tema e a esse verdadeiro enigma da nossa história.

Então, fui (re) ler alguns velhos poucos livros e alfarrábios raros que citam a estada de Silvério dos Reis em São Luís. Até já tinha lido essas passagens, mas não tinha dado tanta importância como agora. Dessa vez, o entendimento foi outro, até porque encontrei duas citações de dois auto-

res, renomados historiadores maranhenses, que convergem para o mesmo local.

Pois bem, chega de suspense. Há uma possibilidade plausível de os remanescentes mortais de Joaquim Silvério dos Reis, terem sido removidos após a referida reforma acima para outro templo. Podem estar em algum lugar na Igreja de São José do Desterro, no bairro de mesmo nome.

Em artigo "O traidor da Inconfidência mineira", na coluna "Quadros da vida maranhense", publicado no jornal O Imparcial (1954), diz Jerônimo de Viveiros a respeito do local de sepultamento: "Afirma Assis Garrido ter-lhe visto o jazigo na igreja de São José do Desterro. Por lá andamos um domingo, e nada encontramos. Não temos, porém, o direito de duvidar do poder visual do poeta, por isso dizemos com ele: o traidor jaz na igrejazinha do nosso amigo cônego Artur Gonçalves (Viveiros, 2019, p. 189)."

Ruben Almeida, em outro artigo, de 1949, no Diário de São Luís, sob o título de "Arruamentos de São Luís..." Se referindo à igreja do Desterro, afirma o seguinte: a "[...] ermida de São José, em honra ao seu reedificador, o preto velho José Lé, guardando os despojos do coronel Silvério dos Reis, aqui refugiado, até findar os amargurados dias, a 17-2-1819[...] (Almeida, 1955, p. 64)."

Ainda segundo Jomar Moraes no seu "Guia de São Luís do Maranhão", embora destacando a reforma de 1934, "entre as reformas por que passou a Igreja de São João Batista [...], que resultou em sua completa reconstrução", não obstante, para ele, foi na reforma de 1958 que fizeram "a remoção do osuário, no qual se incluíam os restos mortais de Silvério dos Reis. (Moraes, 1995, p.51)". Porém, é mais provável que a transferência dos remanescentes mortais de Silvério, tenham se dado mesmo durante a reforma de 1934, já que os respectivos artigos de Ruben Almeida e Viveiros são anteriores a 58 - e já falam em sepultamento na Igreja do Desterro - enfraquecendo assim essa tese

## UM RETRATO-FANTASMA DA MESTRA HERCULANA VIEIRA: a sua certidão de óbito.



Jeane Carla Oliveira de Melo  
(professora do IFMA e Doutora em  
História Social / UFMG)



Pedro Henrique Miranda Fonseca (médico,  
escritor e membro fundador da Sociedade  
Brasileira de História da Medicina). Foto:  
Eduardo Tropaia.

Falemos um pouco sobre Herculana Vieira, uma mestra primária desconhecida de boa parte dos maranhenses. Nascida em 1815 e morta em 1903, além de professora de primeiras letras, se destacou como diretora de colégios e autora do que parece ser a primeira síntese de História do Brasil escrita por uma mulher nestas plagas. O Resumo da História do Brasil, publicado em 1868, em São Luís, pela tipografia de Belarmino de Mattos, inaugurou mais do que uma obra didática; o manual serviu também para forjar uma das nossas primeiras historiadoras “brasileiras”. As aspas são justificadas. Apesar de publicar no Brasil um epítome da história nacional, as fontes revelam que Herculana foi uma senhora lusitana. E afirmamos plenamente isto, pois, ao final de longos anos de uma pesquisa de doutorado, voltada para recuperar a trajetória da mestra, finalmente a sua certidão de óbito foi localizada. E lá constava o seu país de origem: Portugal.

E só. A certidão de óbito não informa a respeito de qual região lusitana ela viera. Mas temos pistas bem quentes. No livro Panorama da Literatura Maranhense, publicado em 1955 pelo historiador Mário Meirelles, ele afirma que Herculana era oriunda dos Açores, da Ilha Terceira. A informação faz muito sentido, se considerarmos o trânsito significativo da comunidade açoriana para o Maranhão, ao longo do século XIX. Mas voltemos ao seu óbito. As outras informações trazidas pelo documento revelam o nome dos pais de Herculana (Francisco Vieira de Sousa e Maria Joanna de Sousa), o nome de sua irmã e declarante do óbito (Carolina Amélia Vieira de Sousa), a data da morte (14 de dezembro de 1903) e o local onde fora sepultada, no Cemitério de Cururupu. A causa do falecimento é dada como ignorada, haja vista que provavelmente inexistiam médicos na Vila que pudessem aferir acerca da enfermidade que a vitimara. O certo é que, à época, Herculana estava bastante idosa, possuindo entre 87 a 88 anos. Uma vida bastante longa e que ultrapassava e muito a média expectativa de vida daquelas primeiras décadas do século XX.

E aqui, um breve adendo: embora a certidão registre o óbito no dia 14/12/1903, outras fontes, como o jornal Diário do Maranhão (1903, ed. 9116) afirmem o dia 15/11/1903, o que achamos mais provável, apesar da certidão de óbito ser um documento oficial, sempre há a possibilidade de algum erro, um “cochilo” do funcionário do cartório, que pode ter contribuído para a divergência das datas.

Herculana Firmina Vieira de Sousa. Era este o seu nome completo. Provavelmente uma brasileira adotiva, a mestra, por volta da década de 1840, iniciou na docência ministrando aulas para meninas em São Luís, nos dois endereços que residira, na Freguesia de Nossa Senhora da Vitória: Rua da Estrela e Rua da Palma. Em 1855 se submete ao concurso público para a cadeira de primeiras letras na Vila de Cururupu. Única inscrita, ela foi aprovada com louvor. Nesta Vila, Herculana inicia uma nova etapa de trabalho, ministrando aulas públicas para meninas e aulas particulares para meninos, em turnos distintos. Pela legislação da instrução imperial, os sexos não poderiam se misturar em sala de aula. Abraçada pelas famílias influentes da “cidade-fazenda”, tal qual os Faria Lisboa, não é exagero afirmar que a mestra organizou a

instrução primária naquela localidade. Achilles Lisboa, um de seus alunos mais conhecidos, nutria um imenso carinho por ela e a chamava de “didata de bela cultura”.

São frequentes as notícias dos impressos relatando as homenagens e bailes realizados para exaltar a sua competência como professora. Herculana se misturava à vida da Vila, pois também organizava festejos cívicos locais em homenagem aos imperadores – brasileiro e português – denotando, assim, tanto os seus afetos políticos monarquistas quanto a sua dupla postura como “brasileira” e súdita portuguesa. Ela abraçou Cururupu e foi abraçada pela modesta cidade, na mesma medida. Não que a mestra não tenha recebido convites para trabalhar em outras instituições. Mais precisamente em 1859, Herculana recebera uma proposta para ser a regente da Casa de Órfãos, situada na capital Belém, província paraense. Seus vencimentos seriam maiores do que os ordenados mesquinhos pagos na instrução primária. Contudo, apesar de ter inicialmente demonstrado interesse, mas, não possuindo as suas reivindicações acatadas, a professora abandona a ideia e opta por permanecer em Cururupu, onde ficaria pelo resto da sua movimentada vida.

A sua importância não reside apenas na história da educação de Cururupu e do Maranhão. Herculana Vieira, foi uma das nossas historiadoras pioneiras, em uma época anterior à profissionalização do campo e em um cenário intelectual dominado por homens. Sem sombra de dúvida, ela foi um monumento nacional, ao empunhar a pena para narrar o passado da nação. Herculana integrou, ao lado de nomes como o de Maria Firmina dos Reis e Eponina de Oliveira Serra Condurú, um trio de professoras-publicistas que atuaram no Maranhão oitocentista à revelia do preconceito existente contra as mulheres de letras que não temiam trazer à público o produto de seus escritos, sejam eles, ficcionais ou com finalidades didáticas.

É importante dizer que uma pesquisa histórica nunca se faz sozinha e conta com a colaboração de várias pessoas e instituições. Dito isto, o levantamento e identificação desta importantíssima fonte, se deu através do interesse da gentil Marilu da Graça Silva Costa Moreira. Sem os esforços da Marilu, a certidão de óbito da mestra e historiadora ainda jazeria na grossa poeira dos arquivos e no atávico silêncio tão comum à história das mulheres. Fica aqui o agradecimento dos autores deste texto.

### CERTIDÃO DE ÓBITO DE HERCULANA VIEIRA:

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO  
COMARCA DE CURURUPU  
Luís Henrique Chaves  
Escrivão  
Cláudia Suelma Chaves  
Substituta

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

**CERTIDÃO de ÓBITO**  
Nome: **HERCULANA FIRMINA VIEIRA DE SOUSA**

CPF: \_\_\_\_\_

Matrícula:  
**031559 01 55 1903 4 00003 085 0000050 12**

SEXO: FEMININO      COR: \_\_\_\_\_      ESTADO CIVIL E IDADE: SOLTEIRA

NACIONALIDADE: PORTUGUESA      DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO: \_\_\_\_\_      ELEITOR: NÃO

FILIAÇÃO E RESIDÊNCIA: filha de FRANCISCO VIEIRA DE SOUZA e de MARIA JOANNA DE SOUSA, VILA, Cururupu/MA

DATA E HORA DE FALLECIMENTO: \_\_\_\_\_      DIA: 14      MÊS: 12      ANO: 1903  
Quatorze de dezembro de mil novecentos e três, às cinco horas (05:00).

LOCAL DE FALLECIMENTO: EM SUA RESIDÊNCIA, CURURUPU-MA Cururupu/MA

CAUSA DA MORTE: \_\_\_\_\_

SEPULTAMENTO/CREMAÇÃO (MUNICÍPIO E CEMITÉRIO SE CONCORDADO): CEMITÉRIO DE CURURUPU-MA      DECLARANTE: CAROLINA AMÉLIA VIEIRA DE SOUZA

NOME E NÚMERO DO DOCUMENTO DO MÉDICO QUE ATESTOU O ÓBITO: \_\_\_\_\_

IGNORADOS: \_\_\_\_\_

AVERBAÇÕES/ANOTAÇÕES A ADICIONAR: Registro de óbito lavrado em quatorze de dezembro de mil novecentos e três (13/12/1903).

TIPO DOCUMENTO	NÚMERO	DATA EXPEDIÇÃO	ÓRGÃO EMISSOR	DATA DE VALIDADE
RG				
PSELNES				
PASSAPORTE				
CARTÃO NACIONAL DE SAÚDE				
TÍTULO DE ELEITOR				

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO EXTRAJUDICIAL DE CURURUPU-MA  
LUÍS HENRIQUE CHAVES  
Rua Herculana Vieira, nº 508, Centro  
Cururupu/MA  
Telefone: (98) 30483-1079  
e-mail: luishenrichaves@uol.com.br

O conteúdo de certidão é verdadeiro. Desse Pá Cururupu/MA, 13 de dezembro de 2023.

*Cláudia Suelma Chaves*  
Cláudia Suelma Chaves  
Escrivã Substituta  
C.R. nº 77.867

Podar: João Roberto      TEMA: Selo:  
CERTIDÃO DE ÓBITO (CPV0280)  
12/12/2023 15:35:51, Ato: 14.5.1, Part(x):  
HERCULANA FIRMINA VIEIRA DE SOUSA, TOME  
R\$ 49,80 Emul R\$ 42,18 PERC R\$ 1,26 PADEP  
R\$ 1,98 FOM R\$ 1,98 Consulte: ver  
https://selo.igpm.jus.br

Jeane Carla Oliveira de Melo

Doutoranda em História pelo Programa de Pós-Graduação de História da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), na linha de História Social da Cultura. Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal do Maranhão (2012). Desde 2011 é professora de História do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA) - Campus Alcântara, ministrando as disciplinas de História para todas as séries do Ensino Médio e História Aplicada ao Turismo para os cursos técnicos e superiores do Instituto Federal do Maranhão. Atuou como professora de História do Ensino Fundamental e Médio na rede privada em São Luís -MA e também como Supervisora Escolar da rede pública estadual maranhense (2006-2010). Tem experiência no campo da pesquisa em Ensino de História, História da Educação, Historiografia e Memória. Possui interesse nos seguintes temas: História das Mulheres, historiografia brasileira, epistemologia feminista, história intelectual, história amadora e escrita feminina oitocentista.

Informações coletadas do Lattes em 08/04/2022

## VOZES DE MULHERES OITOCENTISTAS DO NORDESTE BRASILEIRO:

histórias de resistência de Firmina, Laura Rosa e Alba Valdez

### DILERCY ARAGÃO ADLER

Em primeiro lugar, quero parabenizar os organizadores do “Congrès Cultive International Culture de la Femme”, na pessoa da Presidente da Cultive, Valquíria Imperiano, por esta iluminada iniciativa e, ao mesmo tempo, agradecer o gentil convite que tenho a honra de atender. Quero ainda dizer da minha alegria em estar nesta mesa com Algemira Mendes, Eugênia de Azevedo Neves, Kalil Guimarães, Matilde Conti e Rita Queiroz, mulheres que usam as suas vozes, principalmente por meio da literatura, para dar força e vigor a outras tantas mulheres.

Como nordestina, escolhi este tema, o qual muito me honra, por ser mulher e por entendê-lo como de extrema pertinência, se almejamos a existência de uma sociedade justa e igualitária, onde todos tenham os mesmos direitos, direitos de toda ordem.

Quanto à minha comunicação, propriamente dita, “**Vozes de mulheres oitocentistas do Nordeste brasileiro**: histórias de resistência de Firmina, Laura Rosa e Alba Valdez” trata de provas vivas, do enfrentamento do subjugo masculino, de algumas mulheres do Nordeste brasileiro, que fizeram a diferença no século XIX e que fazem eco até os dias atuais.

Prepare o seu coração pras coisas que eu vou contar  
eu venho lá do sertão  
eu venho lá do sertão  
eu venho lá do sertão  
e posso não lhe agradar  
aprendi a dizer não  
ver a morte sem chorar  
e a morte o destino tudo  
e a morte o destino tudo  
estava fora do lugar  
eu vivo para consertar...

Música “Disparada” de Geraldo Pedrosa de Araújo Dias  
(Geraldo Vandrê) João Pessoa PB

Como é do conhecimento geral, o Brasil é um país continental e o seu território com 8.516.000 quilômetros quadrados abrange cinco regiões: Norte, Nordeste, Centro-oeste Sul e Sudeste. A região Nordeste é a que apresenta maior quantidade de Estados, totalizando 09: Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia. O Nordeste é a segunda região mais populosa do país e a segunda em extensão territorial, além de ser a região que possui a maior costa litorânea, com paisagens paradisíacas.

Foi na região nordestina que ocorreu o início da colonização europeia no Brasil, visto que os portugueses desembarcaram, a primeira vez, na cidade de Porto Seguro, na Bahia. Igualmente na Bahia, na cidade de Salvador, em 29 de março de 1549, foi fundada a primeira capital para abrigar o Governo-Geral. O Nordeste, além disso, se apresentou como centro financeiro do Brasil, até meados do século XVIII.

Devido à variedade geográfica natural e à pluralidade de heranças de povos com matrizes indígena, africana e europeia, em especial a portuguesa, é que os nordestinos expressam ricas manifestações artísticas, que resultam, entre outras questões, em manifestações folclóricas, de artesanato, gastronomia, festividades e vestuário.

No tocante à literatura nordestina, essa região concedeu e concede ainda grandes contribuições para o cenário literário e artístico-cultural brasileiro, colocando em evidência grandes nomes, tanto em quantidade como em qualidade.

No específico à escrita feminina no Brasil, é constatado que, no fim do século XIX e começo do século XX, raramente a mulher apresentava denodo em colocar o próprio nome em suas obras. Maria Firmina dos Reis, maranhense, chegou a usar dois criptônimos antes de usar o próprio nome: “Uma Maranhense” e as iniciais “M.F.R.”; Laura Rosa, também maranhense, utilizava o pseudônimo de “Violeta do Campo” e Maria Rodrigues Peixe, cearense, assinava como “Alba Valdez”.

Por certo, a produção feminina do fim do século XIX e início do século XX se apresenta menos expressiva que a masculina, mas isso, podemos inferir, se deve principalmente às condições objetivas das sociedades em que viviam essas mulheres e não pela falta de vocação ou de desejo de terem seus trabalhos conhecidos e (re)conhecidos. Essas sociedades eram profundamente marcadas pela supremacia do homem, pautada em valores do modelo eurocêntrico, masculino, caucasiano e aristocrático.

Convém esclarecer que, apesar dessas condições exacerbadamente proibitivas, elas impediram, menos do que se imagina, a presença da mulher no âmbito literário. Essa assertiva é comprovada hoje, devido ao desenvolvimento de vários projetos de resgate de escritoras brasileiras do passado, os quais, operacionalizados, principalmente a partir da segunda metade do século passado, reúnem valiosas descobertas, tais como diários, cartas, testamentos e jornais do período.

Os jornais e revistas oitocentistas desempenhavam papel de fundamental importância no cenário político e cultural dessa época, exercendo influência sobre a opinião pública e o meio intelectual. Nesse âmbito, a atividade literária encontrou nesses meios de comunicação espaços de difusão e discussão. Raros eram os periódicos oitocentistas que não reservavam um lugar em suas páginas para os assuntos literários. Estes divulgavam textos de ficção, poemas, contos, romances, seriados, crítica literária, ensaios, resenhas. Destarte, se caracterizavam pela simbiose entre jornalismo e literatura, que levou à incorporação de características literárias ao gênero especificamente jornalístico, a exemplo, dos editoriais, artigos de fundo, reportagens, entre outros.

A missão desses jornais e revistas permite aos pesquisadores de hoje, que se dedicam à investigação da trajetória literária no Brasil, terem na imprensa oitocentista um rico acervo de fontes primárias, para o desenvolvimento dessa tarefa.

Convém lembrar que nem todos os romances mais anunciados em 1857 e 1858 são conhecidos do público em geral, na atualidade. Alguns deles, elogiados e recomendados por críticos que gozavam de prestígio na época, sendo por isso de grandes sucessos no século XIX, ficaram totalmente esquecidos posteriormente e, conseqüentemente, excluídos do cânone literário.

Apesar do cancelamento da expressão feminina, muitas conseguiram burlar, e mesmo tendo sido excluídas do cânone literário, deixaram marcas inapagáveis que nas últimas décadas, como já referido, progressivamente vêm sendo recuperadas.

Constância Duarte (2018) cita a experiência de um grupo de pesquisadores, sob a coordenação da professora Zahidé de Lupinacci Muzart, intitulado “Sonho projeto”. Esse projeto foi desenvolvido nas décadas de 1980 e 1990 com o objetivo precípuo de resgatar escritoras brasileiras do passado, inclusive por região, coletando os casos das nordestinas.

A professora Mozart afirma que o apagamento de escritoras do século XIX é sobretudo político, pois acentuadamente as mais atuantes, as feministas, não tiveram inserção do seu nome e obra no cânone literário brasileiro. Nessa perspectiva, afirma que o projeto de resgate é antes de tudo um projeto feminista, um projeto político. Desses trabalhos arrolei mais de cem nomes de escritoras em situação de apagamento, entre as quais, aquelas resgatadas com sucesso, outras em processo de ressurgimento mais avançado, outras ainda cujos processos necessitam ser aprofundados como objeto de estudo.

No âmbito da Universidade Federal do Maranhão-UFMA, mais especificamente do Curso de Doutorado em Educação, professoras e professores também vêm se alinhando ao trabalho de desconstrução do silenciamento secular da mulher.

Um trabalho que elegeu a relevância da “Mulher Professora” foi a Tese de Doutorado da Profa. Diomar Motta, “As mulheres Professoras na Política Educacional no Maranhão”, defendida no ano 2000 e publicada em 2003, pela EDUFMA, em São Luís. Esse estudo analisa a trajetória educacional das professoras: Laura Rosa (1894-1976), Rosa Castro (1891-1976), Zoé Cerveira (1894-1957) e Zuleide Fernandes Bogéa (1897-1984), egressas da Escola Normal do Maranhão, criada em 1890 (MOTTA, 2003).

Em decorrência dessa Tese, a Profa. Dra. Diomar Motta criou, em 15 de fevereiro de 2002, o Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Educação, Mulheres e Relações de Gênero (GEMGe).

O GEMGe é um veículo de intervenção epistemológica, por meio da produção e disseminação de conhecimentos a respeito de questões de gênero, mulheres, visões de feminismos, dentre outros aspectos relacionados à memória da exclusão, e estabelece relação com a Linha de Pesquisa “Instituições Escolares, Saberes e Práticas Educativas do Programa de Pós-Graduação em Educação (Mestrado) da Universidade Federal do Maranhão e, também, articulação com o Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Mulher, Cidadania e Relações de Gênero (NIEPEM), afiliado à Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero (REDOR).

O Programa de Pós-Graduação em Educação (Mestrado), desde 2003, por meio do GEMGe, com apoio do NIEPEM, afiliado à REDOR, vem promovendo na Universidade Federal do Maranhão o Encontro Maranhense sobre Educação, Mulheres e Relações de Gênero no Cotidiano Escolar (EMEMCE) e o Simpósio Maranhense de Pesquisadoras (es) sobre Mulher, Relações de Gênero e Educação (SIMPERGEN).

A partir de 2008, ano de realização do II EMEMCE e II SIMPERGEN, teve início a outorga da Medalha do Mérito “Professora Laura Rosa”, em reconhecimento às mulheres professoras, por suas atuações no magistério e na constituição da história das mulheres, sobretudo na política educacional maranhense. Ou seja, são mulheres homenageando mulheres com uma comenda instituída para homenagear uma ilustre mulher professora poeta.... a *Violeta do Campo*, Laura Rosa ...

Leopoldo Gil Dulcio Vaz, Membro Fundador e Efetivo da Academia Ludovicense de Letras-ALL, desenvolve um projeto "Em busca de escritoras maranhenses" desde 2017, coletando dados de escritoras do Estado, principalmente em jornais antigos. Nesses quatro anos já conseguiu arrolar cerca de 80 escritoras, dentre as quais, aproximadamente, 10% encontravam-se esquecidas. Já publicou artigos sobre algumas dessas mulheres.

Louvo todas as iniciativas de regaste e salvaguarda dos nomes ilustres da nossa terra, assim como as de todo o Brasil, em especial, os das muitas mulheres silenciadas ao longo da história.

Neste estudo trago como exemplo as imortais Maria Firmina dos Reis, Laura Rosa e Maria Rodrigues Peixe.

## **NO ÁLBUM DE UMA AMIGA**

Maria Firmina dos Reis

D'amiga a existência tão triste, e cansada,  
De dor tão eivada, não queiras provar;  
Se a custo um sorriso desliza aparente,  
Que máguas não sente, que busca ocultar!?...

Os crus dissabores que eu sofro são tantos,  
São tantos os prantos, que vivo a chorar,  
É tanta a agonia, tão lenta e sentida,  
Que rouba-me a vida, sem nunca acabar.

D'amiga a existência  
Não queiras provar,

Há nelas tais dores,  
Que podem matar.

O pranto é ventura,  
Que almejo gozar;  
A dor é tão funda,  
Que estanca o chorar.

Se intento um sorriso,  
Que duro penar!  
Que chagas não sinto  
No peito sangrar!...

Não queiras a vida  
Que eu sofro - levar,  
Resume tais dores  
Que podem matar.

E eu as sofro todas, e nem sei  
Como posso existir!  
Vaga sombra entre os vivos, - mal podendo  
Meus pesares sentir.

Talvez assim Deus queira o meu viver  
Tão cheio de amargura.  
P'ra que não ame a vida, e não me aterre  
A fria sepultura.

No caso de Maria Firmina, a primeira romancista brasileira, ao mesmo tempo que Horácio de Almeida, paraibano, em 1962, comprou um lote de livros usados e entre os quais estava o romance “Úrsula” da escritora Maria Firmina, em São Luís, José Nascimento Morais Filho, em 1973, pesquisando textos natalinos de autores maranhenses para sua obra “Esperando a Missa do Galo”, na Biblioteca Pública “Benedito Leite”, se deparou com vários textos da escritora em jornais literários. Ele cita em seu livro “Maria Firmina: fragmentos de uma vida” (1975), alguns desses jornais: Federalista, Pacotilha, Diário do Maranhão, A Revista Maranhense, O País, O Domingo, Porto Livre, O Jardim dos Maranhenses, Semanário Maranhense, Eco da Juventude, Almanaque de Lembranças Brasileira, A Verdadeira Marmota, Publicador Maranhense e A Imprensa.

Maria Firmina dos Reis nasceu no dia 11 de março de 1822, no bairro de São Pantaleão, nas imediações da igreja do mesmo nome, em São Luís do Maranhão. Segundo a certidão de batismo, filha natural de Leonor Felipa, “molata” forra, que foi escrava do comendador Caetano José Teixeira. Foram seus padrinhos o tenente de milícias João Nogueira de Souza e Nossa Senhora dos Remédios, com base nos documentos da Câmara Eclesiástica Episcopal, disponível atualmente no Arquivo Público do Estado do Maranhão-APEM. Como filha natural não tem registrado o nome do pai, no entanto, no seu atestado de óbito consta que é filha de João Pedro Esteves.

Embora tenha nascido em São Luís, viveu grande parte da sua vida em Guimarães onde produziu toda a sua obra e, ademais, assumiu a Cadeira de Primeiras Letras do Sexo Feminino da Vila de Guimarães, para qual foi nomeada, por ter sido aprovada em concurso público, com esse fim. Também na área da educação, segundo Morais Filho, fundou em 1880 a primeira escola mista em Maçaricó, Vila de Guimarães no Maranhão.

Maria Firmina é indubitavelmente grande intelectual e artista de múltiplos talentos, além de apresentar engajamento político em todas as suas atividades e trabalhos, em prol de uma sociedade mais fraterna e

justa. Entre as suas obras: “Úrsula”, a mais relevante obra literária (1859); escreveu o romance de temática indianista, “Gupeva” (1861, este ano completa 160 anos de publicação); conto antiescravista, intitulado “A escrava” (1887); “Cantos à beira-mar”, poemas (1871, este ano completa 150 anos de publicação). Participou da “Antologia Poética Parnaso Maranhense”, coleção de poesias, editada por Flávio Reimar e Antônio Marques Rodrigues (1861). Além do mais, é autora de charadas, incursionou pelo mundo da música compondo letras e melodias entre as quais: “Auto de bumba-meu-boi” (letra e música); “Valsa” (letra e música); “Hino à Mocidade” (letra e música); “Hino à Liberdade dos Escravos” (letra e música); “Rosinha”, valsa (letra e música); Pastor Estrela do Oriente (letra e música) e Canto de Recordação “à Praia de Cumã” (letra e música).

Vejo como uma denúncia velada acerca do subjugo da mulher e a escrita feminina que Firmina no Prólogo do Romance *Úrsula*, quando expressa:

**[...] mesquinho e humilde livro é este que vos apresento, leitor. Sei que passará entre o indiferentismo glacial de uns e o riso mofador de outros, e ainda assim o dou a lume.**

**Não é a vaidade de adquirir nome que me cega, nem o amor próprio de autor. Sei que pouco vale este romance, porque escrito por uma mulher, e mulher brasileira, de educação acanhada e sem o trato e conversação dos homens ilustrados, que aconselham, que discutem e que corrigem, com uma instrução misérrima, apenas conhecendo a língua de seus pais, e pouco lida, o seu cabedal intelectual é quase nulo (REIS,1988, p.10) (grifos meus).**

José Nascimento Morais Filho declara que, apesar de ter sido bem recepcionada pela crítica, com palavras de entusiasmo e estímulo, Maria Firmina foi vítima posteriormente de uma amnésia coletiva, ficando totalmente esquecidos o seu nome e a sua obra, mas, como a Fênix ressurgiu também das cinzas.

Costumo dizer que Morais Filho, como um Sankofa, pássaro africano de duas cabeças, uma voltada para o passado e outra para o futuro, que segundo a filosofia africana significa a volta ao passado para ressignificar o presente, dedicou-se incansavelmente para dar novo significado à Maria Firmina como mulher, escritora e professora, dando a ela o lugar que lhe é devido na historiografia literária feminina no Maranhão e no Brasil.

Hoje mais estudiosos se agregam a essa missão, e a Academia Ludovicense de Letras-ALL, Casa de Maria Firmina dos Reis, o Instituto Histórico e Geográfico de Guimarães-HGG, que a tem também como patrona, procuram consolidar o trabalho de Nascimento Morais Filho e, mais recentemente, a Academia João-lisboense de Letras-AJL, também Casa de Maria Firmina dos Reis.

Convém lembrar que Maria Firmina, dos 95 prodígios anos que viveu neste plano físico, conviveu 66 anos com a escravidão, tendo falecido em 11 de novembro de 1917, na cidade de Guimarães, no Maranhão.

Em continuação, faz-se mister falar um pouco da grandiosidade da Mulher Professora, Poeta, Contista, Laura Rosa, a *Violeta do Campo*, outra maranhense, também escritora e professora como Maria Firmina.

### **ESQUELETO DA FOLHA**

*Laura Rosa, a Violeta do Campo.*

Vede, senhor, apodreceu na lama  
Eu a vi há muito tempo entre a folhagem  
Antes do vento lhe agitar a rama  
E do regato, sacudi-la à margem.

De virente e de verde tinha fama

Da folha mais famosa da ramagem  
Desceu nas águas e resta da viagem  
O labirinto capilar da tinta.

Ninguém pode fazer igual verdade  
Nem filigrama mais perfeito e lindo  
Nem presente melhor pode ser dado.

Guardai, Senhor, guardai este esqueleto  
Todo cuidado! É uma folha ainda  
Onde escrevo de leve este soneto.

Laura Rosa, segundo Jomar Moraes, “Uma rosa que era violeta”, nasceu em 1º de outubro de 1884 em São Luís do Maranhão e faleceu aos 92 anos, em 14 de novembro de 1976 em Caxias-Maranhão. Filha de Cecília da Conceição Rosa e de pai não declarado. Laura foi criada por padrinhos, que lhe proporcionaram uma boa educação.

Formou-se professora normalista em 12 de janeiro de 1910, pela Escola Normal do Estado do Maranhão e no dia 18 do mesmo mês foi nomeada professora de um distrito do município de Caxias. Ademais, foi a primeira mulher a ingressar na Academia Maranhense de Letras, eleita em 03 de abril de 1943 como Membro Fundador da Cadeira N° 26, Patroneada por Antônio Lobo, que foi seu professor.

Na Academia Caxiense de Letras, fundada no dia 1º de junho do ano de 1962, Laura Rosa é Patrona da Cadeira N° 12, no Instituto Histórico e Geográfico de Caxias, fundado em 12 de dezembro de 2003, é Patrona da Cadeira N° 10, e, em São Luís, na recém-fundada Academia Ludovicense de Letras-ALL é Patrona da Cadeira N° 25.

Acho pertinente ilustrar a situação da mulher do seu tempo, por meio de um pequeno excerto do seu Discurso de Posse, na Academia Maranhense de Letras, em 17 de abril de 1943:

“Manda a justiça que vos diga, em primeiro lugar, que me trouxeram para esta casa de sábios ilustres as mãos amigas de Corrêa de Araújo e Nascimento de Moraes com a benevolência de seus pares. Trouxeram-me, porque, de mim mesma, nunca imaginei suficientes os meus versos, para merecimento de tão honrosas credenciais”.

E continua: “Eis-me, portanto, aqui, Senhores, a primeira mulher que aqui entra, porque assim o quiseram os homens ilustrados desta agremiação, guardas fiéis de nossas tradições literárias” (Revista da AML, 1998, p. 15).

Até certo ponto dirige palavras elogiosas para os acadêmicos, enquanto para si, a mim me parecem, palavras apequenadas.

Firmina também coloca algo semelhante no Prólogo do seu romance Úrsula.

Por fim, a terceira escritora, tão importante quanto as anteriores, é Maria Rodrigues Peixe, pseudônimo Alba Valdez.

## NO MUCURIPE

(Alba Valdez, História Literária do Ceará, 1951)

O Mucuripe é uma visão Marinha,  
Fala ao senhor nas folhas dos coqueirais;  
Nas horas que proclama os jangadeiros  
Olham do mar, a plácida igrejinha.

Se a tarde vem, a multidão se apinha

Nessa rude alegria dos peixinhos;  
O sol golfeja sangue nos outeiros,  
Beijando a enseada, a vaga borbolenha.

Olhos no Azul, ao som d' Ave Maria  
Uma velhinha no portal sentada,  
Reza contrita e o neto acarecia...

Na retina, no pranto morejada,  
Retrata o filho que partira um dia,  
E em vão pergunta o mar pela jangada.

Filha de João Rodrigues Peixe e de Isabel Alves Rodrigues Peixe, nasceu em São Francisco de Uruburetama, atual Itapajé no Ceará, em 12 de dezembro de 1874, e faleceu em 05 de fevereiro de 1962, no Rio de Janeiro.

Diplomou-se pela Escola Normal do Ceará, dedicando-se ao Magistério, ao Jornalismo e aos Estudos Literários. Ela produziu diversos textos em periódicos, revistas e almanaques. Uma forte característica de suas obras consistia no engajamento em embates pelos direitos da mulher. Colaborou com vários jornais e revista aos quais fornecia trabalhos, contos e crônicas altamente apreciados. Dentre as publicações em periódicos de seu tempo, podem ser citados: Revista da Academia Cearense de Letras; Revista do Ceará (1905); Panóplia (1914); Diário do Ceará, 1917-1919; Correio do Ceará, 1921-1922; A Tribuna (1922); A Razão (1919); Unitário (1955); O Nordeste (1927); Jornal do Commercio (1930); Diário do Recife (1935); Iris de Porto Alegre (1920).

Feminista declarada, entre as lutas em defesa dos direitos das mulheres, defendeu o voto feminino e a igualdade entre os sexos. Criou a “Liga Feminista Cearense”, a Academia Feminina de Letras, ocupando a Cadeira Nº 16 que tinha como patrona Francisca Clotilde, integrou-se ao Instituto do Ceará (Histórico Geográfico e Antropológico). Foi ainda a primeira mulher a ingressar na Academia Cearense de Letras em 1922, assumindo a Cadeira Nº 8, que tinha Álvaro Martins, e posteriormente na mesma Academia ocupou a Cadeira de Nº 22, patroneada por Justiniano de Serpa.

Demonstro a seguir duas, dentre as várias evidências das situações vividas pelas mulheres na sociedade oitocentista, com a respectiva prova de resistência em Alba Valdez:

A primeira diz respeito ao discurso proferido, por ela, na sessão do Quinquagenário do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico) ao expressar: “A mulher é um ser fraco, propalam. Pois, da própria fraqueza, construirei a força necessária para comunicar as minhas emoções. (VALDEZ, 1937).

E a segunda, concerne ao diálogo que manteve com o seu pai, quando ele tomou conhecimento de que ela colaborava com a imprensa de Fortaleza, dez anos depois. Essa pequena mostra do diálogo retrata, em parte, os valores da sociedade de então:

- Minha filha, você escreve em jornal?

- Sim meu pai.

- Ganha alguma coisa com isso?

- Não.

- Você imagina que faz boa coisa? Pensa que não vai ter de desgosto?

- Já tenho experimentado aborrecimentos.

- Pois eu não a proíbo. Espero, apenas, que não se arrependa um dia.

Isso posto, podemos concluir que essas três mulheres oitocentistas são nomes importantes na história da literatura e da educação brasileira e, apesar do subjugo masculino vigente na sociedade, foram obstinadas, no sentido de lutar pelo rompimento da opressão e se firmaram como autoras de vasta obra, o que a nós

reafirma a necessidade de colocá-las como grandes escritoras representantes da cultura e educação brasileiras.

Por fim, reafirmo que urge persistir no trabalho de desconstrução do silenciamento secular das vozes femininas, mesmo reconhecendo que não é tarefa fácil a extinção de um condicionamento tão enraizado e hegemônico. No entanto, é incontestável que essa quebra está sendo feita, os grilhões como os de toda e qualquer escravidão estão sendo quebrados, paradigmas superando exclusão... numa viagem sem volta!

#### REFERÊNCIAS

DUARTE, Constância. Escritoras nordestinas do Século XIX: resgate e história. Revista dos Programas de Pós-Graduação do Instituto de Letras da UFBA- Estudos Linguísticos e Literários, 2018.

FANGUEIRO, Maria do Sameiro. *Alba Valdez*. Biblioteca Nacional Digital: Periódicos e Literatura. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/dossies/periodicos-literatura/personagens-periodicos-literatura/alba-valdez/>. Acesso em: 20 de julho de 2020.

MOTTA, Diomar das Graças. As mulheres professoras na política educacional no Maranhão. São Luís: EDUFMA, 2003.

MUZART, Zahidé. (Org.) *Escritoras brasileiras do século XIX: antologia*. Florianópolis: Editora Mulheres, v. 2, 2004.

MORAIS FILHO, José Nascimento. **MARIA FIRMINA FRAGMENTOS DE UMA VIDA**. São Luiz: COCSN, 1975.

REIS, Maria Firmina. (Organizadores: Adler Dilercy; Gomes Osvaldo). Cantos à beira-mar. 1ª edição atualizada conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa em vigor. São Luís: Academia Ludovicense de Letras, 2017

VASCONCELOS, Anna Heloisa de. Ipomeias: mulheres do século XIX na imprensa cearense. Monografia. Universidade Federal do Ceará, Instituto de Cultura e Arte – ICA, Curso de Comunicação Social – Jornalismo, Fortaleza, 2018.

# CERIMÔNIA DE RECEBIMENTO DA MEDALHA DO MÉRITO “LAURA ROSA”: Louvor e Gratidão

**Dilercy Aragão Adler**

ESQUELETO DA FOLHA Laura Rosa, a Violeta do Campo.

Vede, senhor, apodreceu na lama

Eu a vi há muito tempo entre a folhagem

Antes do vento lhe agitar a rama

E do regato, sacudi-la à margem.

De virente e de verde tinha fama

Da folha mais famosa da ramagem

Desceu nas águas e resta da viagem

O labirinto capilar da tinta.

Ninguém pode fazer igual verdade

Nem filigrama mais perfeito e lindo

Nem presente melhor pode ser dado.

Guardai, Senhor, guardai este esqueleto

Todo cuidado! É uma folha ainda

Onde escrevo de leve este soneto. (Professora, Poeta, Contista e Conferencista Maranhense).

É alentador, em tempos sombrios permeados por pandemia e discursos de ódio, ver mulheres homenageando mulheres com uma comenda instituída para homenagear uma ilustre mulher professora poeta.... a Violeta do Campo, Laura Rosa ...

Sinto-me honrada com a deferência de agradecer essa grande honraria, em meu próprio nome e em nome de mais quatro notáveis maranhenses, mas ao mesmo tempo tenho a clareza do peso da responsabilidade que é falar também em nome da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Adelaide Coutinho, Prof.<sup>a</sup> Esp.<sup>a</sup> Denise Albuquerque, Sr.<sup>a</sup> Enide Jorge Dino e Prof.<sup>a</sup> Hortência Gago Araújo.

Assim, agradecemos a indicação dos nossos nomes para a outorga desta Comenda, ao COMITÊ DE ORGANIZAÇÃO e à Coordenação Geral deste evento, na pessoa da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Diomar das Graças Motta.

Entendemos o significado deste VIII Encontro Maranhense sobre Educação, Mulheres e Relações de Gênero no Cotidiano Escolar – EMEMCE e, VIII Simpósio Maranhense de Pesquisadoras (es) sobre Mulher, Relações de Gênero e Educação – SIMPERGEN, como também o nome cunhado na Comenda: "Laura Rosa", a Violeta do Campo, o que de fato simboliza justa homenagem à ilustre professora, poeta, contista, ativista cultural e defensora das causas populares.

Apesar de ainda vivermos tempos difíceis, no que diz respeito à igualdade e à fraternidade em toda e qualquer relação das várias instâncias e grupos sociais, não podemos deixar de registrar avanços que vêm se construindo, retratados em movimentos mais lentos inicialmente, mas que se fortalecem a cada dia, tornando-se mais palpáveis,

por meio de iniciativas que objetivam enfatizar a mulher como protagonista da sua história.

Louvo as iniciativas de regaste e salvaguarda dos nomes ilustres da nossa terra, assim como os de todo o Brasil, em especial, os das muitas mulheres silenciadas ao longo da história.

Quero declarar o meu orgulho em constatar que o Maranhão está antenado com essa missão, principalmente por termos importantes iniciativas no interior da nossa Universidade Federal e ainda em seu Programa de Pós-Graduação em Educação da UFMA.

Observamos, nas últimas décadas do século XX, iniciativas que se dedicam à desconstrução do silenciamento secular da mulher, e o Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Educação, Mulheres e Relações de Gênero (GEMGe) foi criado no início deste século, mais precisamente, em 15 de fevereiro de 2002, pela

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Diomar das Graças Motta. O GEMGe estabeleceu relação com a Linha de Pesquisa “Instituições Escolares, Saberes e Práticas Educativas do Programa de Pós-Graduação em Educação (Mestrado) da Universidade Federal do Maranhão e, também, articulação com o Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Mulher, Cidadania e Relações de Gênero (NIEPEM), afiliado à Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero (REDOR).

A relevância da “Mulher Professora” tem seu pioneirismo, na UFMA, com a obra “As mulheres professoras na política educacional no Maranhão”, Tese de Doutorado da Profa. Diomar Motta, que analisou a trajetória educacional das professoras: Laura Rosa (1894-1976), Rosa Castro (1891-1976), Zoé Cerveira (1894-1957) e Zuleide Fernandes Bogéa (1897-1984), egressas da Escola Normal do Maranhão, criada em 1890 (MOTTA, 2003; 2008).

O destaque da memória dessas Mulheres Professoras e de outras possibilita o acesso a uma prática docente que leva em conta o contexto social que passa pela cultura, política, ecologia, que se imbricam aos conteúdos curriculares, numa experiência rica e totalizante.

A outorga da Medalha do Mérito “Professora Laura Rosa” em reconhecimento às mulheres professoras por suas atuações no magistério e na constituição da história das mulheres, sobretudo na política educacional maranhense, vem ocorrendo desde 2008, ano de realização do II EMEMCE. As homenageadas foram as professoras: Eneida Vieira da Silva Ostria de Canedo, Joseth Coutinho de Martins Freitas, Ceres Costa Fernandes, Lia Varela e Iramari Queiroz.

A segunda condecoração data de 2013, por ocasião do IV EMEMCE, e foram homenageadas as professoras Maria Angélica dos Reis Cordeiro, Diana Brito Diniz, Kilza Fernanda Moreira de Viveiros, Tatiane Maria Portela e Kátia Regina Pinto.

A terceira Cerimônia deu-se por ocasião do V EMEMCE, tendo sido homenageadas as professoras: Conceição de Maria Ribeiro Quadros, Eulina Gomes Duarte Ferreira, Eunice Cutrim Lauande, Francisca da Silva Gomes e Silvandira Soares de Almeida.

Na quarta condecoração, foi instituída a Outorga da Comenda “Mulheres Griôs” para as edições realizadas no Continente. Em Grajaú foram homenageadas as

mulheres professoras: Ana de Sousa Carvalho; Carmelita Lopes Guajajara; Maria Eugênia Guajajara; Maria do Socorro da Silva Oliveira e Rita de Cassia Lima Sarmento.

Faz-se mister falar um pouco da grandiosidade da Mulher Professora, Poeta, Contista, Laura Rosa, nossa Violeta do Campo.

Laura Rosa, “Uma rosa que era violeta”, segundo Jomar Moraes, nasceu em 1º de outubro de 1884 em São Luís do Maranhão e faleceu aos 92 anos, em 14 de novembro de 1976 em Caxias- Maranhão. Neste ano de 2021, Laura Rosa completa 137 anos de nascimento e 45 anos de falecimento.

Filha de Cecília da Conceição Rosa e de pai não declarado, Laura foi criada por padrinhos, que lhe proporcionaram uma boa educação.

Formou-se professora normalista em 12 de janeiro de 1910, pela Escola Normal do Estado do Maranhão e no dia 18 do mesmo mês foi nomeada professora de um distrito do município de Caxias.

Laura Rosa, foi a primeira mulher a ingressar na Academia Maranhense de Letras, eleita em 03 de abril de 1943. Também Fundadora da cadeira nº 26, patroneada por Antônio Lobo, que foi seu professor.

Mais recentemente foi indicada para patronear a Cadeira nº 12 da Academia Caxiense de Letras, a Cadeira nº 10 do Instituto Histórico e Geográfico de Caxias e, em São Luís, é Patrona da Cadeira 25 na recém-fundada Academia Ludovicense de Letras-ALL.

Acho pertinente ilustrar a situação da mulher do seu tempo, por meio de um pequeno trecho do seu Discurso de Posse, na Academia Maranhense de Letras, em 17 de abril de 1943:

“Manda a justiça que vos diga, em primeiro lugar, que me trouxeram para esta casa de sábios ilustres as mãos amigas de Corrêa de Araújo e Nascimento de Moraes com a benevolência de seus pares. Trouxeram-

me, porque, de mim mesma, nunca imaginei suficientes os meus versos, para merecimento de tão honrosas credenciais”.

E continua: “Eis-me, portanto, aqui, Senhores, a primeira mulher que aqui entra, porque assim o quiseram os homens ilustrados desta agremiação, guardas fíeis de nossas tradições literárias” (Revista da AML, 1998, p. 15).

Por fim, reafirmo que urge romper o silenciamento secular das vozes femininas, mesmo reconhecendo que não é tarefa fácil desconstruir um condicionamento tão enraizado e hegemônico. No entanto, é incontestável que essa quebra está sendo feita, os grilhões como os de toda e qualquer escravidão, estão sendo quebrados, paradigmas superando exclusão... numa viagem sem volta!

Laura Rosa Presente!!!

São Luís, 25 de outubro de 2021.

Profa. Dra. Dilercy Aragão Adler

# PARA PENSAR O BRASIL NO PLURAL: O IHGB E SUA REDE COLABORATIVA<sup>1</sup>

PAULO KNAUSS<sup>2</sup>

Em primeiro lugar, gostaria de registrar meus agradecimentos à organização do *I Encontro de Sócios Correspondentes do IHGM*, que por meio da profa. Dilercy Adler, presidente da instituição acadêmica maranhense, me fez o convite para essa apresentação. Aproveito ainda para parabenizar a direção do IHGM pela iniciativa original de realização deste encontro original. Tenho ainda a satisfação de cumprimentar às confeitarias e confrades do nosso IHGM reunidos nesta ocasião, assim como todos os amigos da Casa de Antonio Lopes, que em modo remoto nos honram com a sua assistência.

Ao lado dos agradecimentos e cumprimentos, não posso deixar ainda de felicitar o Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão (IHGM) pelo aniversário da instituição, que completou nestes dias 98 anos, desde sua fundação em 20 de novembro de 1925, e caminha logo para seu centenário.

Em sendo uma instituição da sociedade maranhense dedicada a pensar a história e a vida social no Maranhão, não há como negar que o IHGM e suas atividades acadêmicas contribuem para o fortalecimento da historiografia brasileira e do pensamento social nacional, assim como para a defesa do patrimônio cultural do Brasil. Arriscaria afirmar que a partir da perspectiva do Maranhão é possível pensar melhor o Brasil, considerando que todas as diferentes miradas regionais valorizam a diversidade e a pluralidade da experiência histórica e complexificam a compreensão sobre a construção da sociedade nacional. Na data de hoje, cabe desejar vida longa ao Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, certo de que uma academia vive e se fortalece pela mobilização de seu quadro social. Pessoalmente, fico feliz em pertencer ao quadro dos sócios correspondentes da casa e poder contribuir com algumas notas de reflexão.

Ditas estas palavras iniciais, destaco a iniciativa original do IHGM de mobilizar seu quadro de sócios correspondentes. Não tenho notícia de outra realização equivalente. Caso tenha havido, não há como deixar de ressaltar que se trata de uma prática incomum no universo dos nossos institutos históricos existentes pelo Brasil e que merece atenção. A rede de sócios-correspondentes do IHGM, assim como de outras entidades congêneres, mobiliza uma extensa rede colaborativa envolvida com a missão dos nossos institutos históricos.

Considerando que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), fundado em 1838, antecedeu e serviu de modelo a todas as entidades congêneres criadas pelo país, vale recordar que na proposta de referência que motivou a criação do IHGB, elaborada no seio da antiga Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, já previa, no seu artigo 4º, que a sociedade acadêmica em formação deveria ser integrada por sócios efetivos, honorários e correspondentes nacionais como estrangeiros.<sup>3</sup> Entre a proposta original e o estatuto inaugural, não se alterou a estrutura tripartite de sócios, apenas os números.

Vale acrescentar que, nos dias de hoje, a figura do sócio correspondente continua sendo uma categoria de membros do quadro social do IHGB, seguindo o modelo original da casa desde sua fundação, ainda que o sentido da correspondência tenha se alterado sensivelmente com a transformação em tempos recentes dos meios de comunicação e dos modos de acesso à informação. Não há dúvida de que o modelo de membros correspondentes se assentou na era em que a pesquisa dependia da colaboração de parceiros remotos e que fazia da troca de missivas uma das bases do processo de construção de conhecimento no campo das Humanidades em busca de fontes que só eram acessíveis *in loco*. A ordem da correspondência permitia

---

<sup>1</sup> Este texto é a versão revista de comunicação apresentada no do *I Encontro de Sócios Correspondentes do IHGM*, em sessão realizada no dia 21 de novembro de 2023, por ocasião dos 98 anos de fundação do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão (IHGM).

<sup>2</sup> Doutor em História. Professor do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, sócio titular, primeiro vice-presidente e diretor do Museu do IHGB. Sócio correspondente do IHGM.

<sup>3</sup> *Revista do IHGB*, n. 1, 1839, p. 6.

compartilhar informações dos mais diversos centros de documentação por meio postal. Na historiografia brasileira do início do século XX, é conhecido que devemos à colaboração entre Capistrano de Abreu, o Brasil, e João Lucio Azevedo, em Portugal, resultados importantes da pesquisa histórica.<sup>4</sup> Do mesmo modo, emociona como Câmara Cascudo, no apêndice de seu livro *Rede de dormir: uma pesquisa etnográfica*, publicado originalmente em 1959, registra como a construção da pesquisa que originou o livro se baseou em uma troca generosa de correspondência internacional mobilizando uma extensa rede de pesquisadores de várias partes do mundo que, na maioria dos casos, o intelectual potiguar nunca encontrou pessoalmente.<sup>5</sup> No arquivo de Gilberto Ferrez, é possível acompanhar igualmente como o mais conhecido pesquisador da iconografia do Brasil expandiu sua base de informações por meio da correspondência em escala internacional, considerando que alguns se tornaram seus colaboradores regulares.<sup>6</sup>

Contudo, cabe considerar que a figura do sócio correspondente constava no artigo 9º da proposta de criação do IHGB, em 1838, cuja redação deixava indicações sobre o sentido da correspondência institucional.<sup>7</sup> De um lado, tratava-se de cultivar a parceria internacional com outras entidades congêneres estrangeiras, com destaque para o Instituto Histórico de Paris (IHP), então existente. Contudo, ao se analisar a lista sócios eleitos no primeiro ano de funcionamento do IHGB, percebe-se que os estrangeiros representantes de academias científicas constam na lista de sócios honorários e não entre os nomes dos correspondentes. Assim, constata-se que entre nos nomes dos sócios honorários eleitos estavam os nomes do presidente e do vice-presidente do IHP, respectivamente Conde Le Peletier d'Aunay e Conde Arnaud d'Allonville, ao lado dos nomes do presidente e também do secretário perpétuo da Academia de Ciências de Nápoles, o presidente da Sociedade de Geografia da França e o Instituidor do Estabelecimento de Geográfico de Bruxelas, além de vários membros de sociedades científica europeias.<sup>8</sup> Definiu-se, assim, na prática institucional um certo critério de diferenciação entre honorários e correspondentes, caracterizando-se para o primeiro grupo a cooperação institucional internacional e para o segundo grupo a cooperação individual de estrangeiros.

Nesse segundo estatuto do IHGB do ano de 1851, o papel dos sócios correspondentes foi finalmente demarcado com clareza, conforme consta no Art. 6º ao anotar:

*Para ser Sócio correspondente é necessário que, além da suficiência literária do candidato, ele ofereça ao Instituto uma obra de valor sobre o Brasil ou outra parte da América; ou algum presente importante para o museu do mesmo Instituto.*<sup>9</sup>

Diante disso, fica evidente que cabia aos sócios correspondentes participar da prática de colecionar da instituição. Mais adiante, ao apresentar a estrutura de direção e a definição de suas tarefas, é mencionada a comissão de pesquisa de manuscritos e documentos, cuja tarefa seria complementada pela atividade de comissões correlatas em cada província do Império. Supõe-se que estas comissões provinciais fossem preferencialmente dinamizadas pela colaboração de sócios correspondentes. Na verdade, pode-se dizer que o segundo estatuto atualizava o estatuto original de 1838, que já indicava como objetivo da correspondência a busca do IHGB por “ramificar-se nas províncias”.<sup>10</sup> Essa ramificação decorria da definição da finalidade do IHGB: “coligir os documentos necessários à história e geografia do Brasil”, tal como constava no artigo 3º da proposta<sup>11</sup>; ou “coligir metodizar, publicar ou arquivar os documentos necessários para história e

<sup>4</sup> BATISTA, Paula Virgínia Pinheiro. *Bastidores da escrita da história: A amizade epistolar entre Capistrano de Abreu e João Lúcio de Azevedo (1916-1927)*; dissertação de Mestrado em História Social. Fortaleza, CE: UFC, 2008.

<sup>5</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. *Rede de dormir: uma pesquisa etnográfica*. São Paulo: Global, 2003.

<sup>6</sup> LENZI, Maria Isabel Ribeiro. *Para aprendermos a história sem nos fatigar: a tradição do antiquariado e a historiografia de Gilberto Ferrez*; tese de doutorado em História. Niterói: UFF-PPGH-2013.

<sup>7</sup> *Revista do IHGB*, n. 1, 1839, p. 7.

<sup>8</sup> *Revista do IHGB*, n. 1, 1839, p. 205 e 295-298.

<sup>9</sup> *Novos estatutos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Tipografia de F. Paula Brito, 1851. p. 4.

<sup>10</sup> *Revista do IHGB*, n. 1, 1839, p. 7.

<sup>11</sup> *Revista do IHGB*, n. 1, 1839, p. 6.

geografia do Império do Brasil”, tal como consta no artigo 1º do primeiro estatuto do IHGB<sup>12</sup>, cuja redação no estatuto de 1851 seria acrescida ainda da referência aos documentos da: “arqueologia, etnografia e línguas indígenas”.<sup>13</sup>

Essa caracterização geral vai se expressar na lista de sócios eleitos no primeiro ano de funcionamento do IHGB. Vale anotar, que o perfil dos primeiros sócios era muito semelhante independente de seu perfil, não havendo muito o que os distinguisse. Sua inserção social variava entre políticos, como ministros e senadores do Império, militares, clérigos, médicos. O que era próprio da lista de sócios honorários e correspondentes era a incorporação ao quadro social do IHGB nomes de residentes nas províncias brasileiras e residentes no exterior, principalmente europeus. A categoria de diplomatas, talvez, sirva para se perceber nuances que diferenciam os correspondentes das outras categorias de sócios. Observa-se que os presidentes de província constam do grupo de sócios correspondentes, entre os quais se incluíam os nomes do Pará, Minas Gerais, Bahia, Rio de Janeiro, Maranhão, Rio Grande do Norte. Na lista de sócios honorários, ao contrário, consta o nome de um proprietário e residente em Goiás do dinamarquês Peter Lund, formado em Medicina e Ciências Naturais, identificado igualmente como *residente* em Lago Santa, Minas Gerais.<sup>14</sup> Tudo indica, que no caso dos brasileiros, a lógica institucional se invertia em relação a caracterização dos sócios honorários eleitos. Seguramente, é possível considerar que a participação na prática de colecionar é que fazia a diferença e menos o caráter institucional ou individual do perfil de atuação do sócio eleito.

Outra indicação interessante de ser considerada é o fato de que na lista de honorários constam nomes de diplomatas estrangeiros sediados no Brasil, enquanto na lista de correspondentes se incluíam nomes de diplomatas a serviço do estado imperial no exterior. Na lista de sócios honorários do primeiro ano de funcionamento do IHGB, por exemplo, consta entre os honorários William Gore Ouseley, encarregado de negócios britânicos na corte do Rio de Janeiro. Por sua vez, na lista de correspondentes, inclui-se José Marques Lisboa, encarregado de negócios do Brasil em Londres, entre outros, representante na França, Portugal, Espanha, nos Estados Unidos da América, Roma e Cidades hanseáticas.<sup>15</sup>

Pode-se dizer que a formação dos primeiros institutos históricos estaduais tenham sido fruto dessa mobilização, começando pela criação do antigo Instituto Histórico da Bahia, que funcionou de 1856 a 1877, antecedendo o atual Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, criado somente em 1894, isso sem falar do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco (IHGP), estabelecido em 1862, o Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IHGAL), em 1869, e o Instituto do Ceará – Histórico, Geográfico e Antropológico, em 1887, para citar apenas os institutos criados no período imperial, antes das instituições congêneres estaduais criadas no ambiente do federalismo republicano. Na década de 1930, surgiram os primeiros institutos históricos municipais: Paranaguá / PR (IHGP), em 1931, Petrópolis / RJ (IHP) e Santos / SP (IHGS), em 1938. Desde então, em quase todas as unidades federativas foram instalados institutos históricos estaduais, à exceção de Roraima, Amapá e Tocantins, estados de criação recente. A novidade foi a criação, em 2012, do Instituto Histórico e Geográfico do Tapajós (IHGTap), com sede na cidade paraense de Santarém, que de modo original se caracteriza pelo foco no estudo do Oeste do estado do Pará.

No fim da década de 1990, desenvolveu-se a ideia da construção de um Sistema Nacional de Institutos Históricos, sob a liderança do IHGB promovendo o diálogo e a integração entre os institutos históricos estaduais, assim como com os institutos históricos municipais, além de entidades congêneres associadas. Desse modo, iniciou-se um ciclo de organização de *Colóquios de Institutos Históricos Brasileiros*, que, desde 1999, já resultou em sete edições, reunindo representantes de institutos históricos estaduais, sob determinada temática, e com a coordenação do IHGB. A última edição, por exemplo, foi realizada no ano de 2022, com tema dedicado às dimensões regionais da Independência do Brasil. Ao lado disso, houve estímulo para que fossem criados eventos com recortes regionais e estaduais. Assim, surgiram as edições do *Congresso dos Institutos Históricos do Nordeste*, iniciado com edição no estado da Paraíba, no ano de 2000,

---

<sup>12</sup> *Revista do IHGB*, n. 1, 1839, p. 18.

<sup>13</sup> *Revista do IHGB*, n. 1, 1839, p. 3.

<sup>14</sup> As listas de sócios analisadas constam em: *Revista do IHGB*, n. 1, 1839, p. 205 e 295-298.

<sup>15</sup> *Idem*.

e que resultou na 7ª edição realizada em modo remoto durante o período da pandemia, no ano de 2021, realizado pelo Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE). Nesse modelo, há a promoção do encontro de institutos históricos estaduais e municipais nordestinos, tendo abrangência regional. O modelo regional foi seguido igualmente na região sul com a realização, em 2017, do *I Fórum Sul-Brasileiro de Institutos Históricos*, realizado na cidade de Passo Fundo, com base na parceria entre o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRS) e os institutos dos municípios gaúchos de Passo Fundo e Getúlio Vargas. No Rio Grande do Sul, essa realização foi antecedida pelo *I Encontro de Institutos Históricos e Geográficos do Rio Grande do Sul*, realizado em 2010. Nos dois casos, não temos notícia de reedição da iniciativa. Vale citar ainda a realização do *Colóquio de Institutos Históricos Municipais do Estado do Rio de Janeiro*, realizado pelo IHGRJ há cinco edições, reunindo as 15 entidades associadas na rede de institutos históricos municipais fluminenses.

O que esse quadro evidencia é que, no âmbito dos institutos históricos, vive-se um ambiente contemporâneo de interlocução aberta e contínua que promove visões do Brasil por prismas variados no que se refere a abordagens e temas, mas igualmente definido por um jogo de escalas entre o nacional, o regional e o local, buscando uma compreensão em escala multidimensional da sociedade brasileira.

Caminhando para conclusão, diria que o *I Encontro de Sócios Correspondentes do IHGM*, promovido pelo Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, pode ser considerado uma iniciativa que se integra a esse movimento geral de reconhecimento de que pensar o Brasil não pode ser uma tarefa unidimensional e, por isso mesmo, necessita de um ambiente aberto à interlocução a partir de pontos de vista variados. Arrisco dizer que o IHGM propõe com o encontro de sócios correspondentes um novo movimento nesse ambiente que se propõe a promover perspectivas variadas de pensar o Brasil.

## DICIONÁRIO DE PERSONAGENS DA SAGA MARANHENSE DE JOSUÉ MONTELLO

Lançamento

Com um total de 1.802 verbetes, a obra resgata personagens que aparecem em 15 romances ambientados no Maranhão que é reconhecido pelos críticos literários como a Saga Maranhense do escritor Josué Montello.

A publicação foi viabilizada através do Edital N. 17/21 Literatura da Fundação de Amparo à Pesquisa do Maranhão (FAPEMA)

O projeto teve a coordenação do professor da UFMA, José Dino Costa Cavalcante com a colaboração da equipe formada por Mauro Cezar Vieira mestre em Letras e professor da UEMA; as Bibliotecárias Wanda França especialista em Gestão da Cultura e Joseane Souza, diretora da CCJM.



**23**  
**JAN**

TERÇA-FEIRA, ÀS 17H  
CASA DE CULTURA  
JOSUÉ MONTELLO

Contamos com a sua presença!

Casa  
de Cultura   
Josué Montello





governoma



GOVERNO DO  
**MARANHÃO**  
TRABALHANDO PARA TODOS



Curtido por marcionessbc e outras 4,516 pessoas

governoma 🤔 O Maranhão tem 217 municípios e alguns possuem nomes bem diferenciados, hein?!

👉 Arrasta aí pro lado para ver alguns.

🤔 Lembrou de outro lugar com o nome diferente? Diz aí 📌



Eu ia fazer um vídeo, mas confesso que o desgosto não me permite. Espantosa a capacidade de políticos, e agora de instituições oficiais, em produzir inutilidades em suas redes sociais. É uma vasta coleção de tristes futilidades.

Neste caso, o Governo do Maranhão achou por bem parecer engraçado fazendo piada como o nome dos municípios. Um dos eleitos foi Coelho Neto. Estou sorrindo da própria tragédia cultural em que nos encontramos. Haja desperdício de tempo, espaço e dinheiro público!

Quem tem a ideia de peças publicitárias torpes como essa? O perfil oficial maranhense deveria divulgar a biografia do escritor Henrique Maximiano COELHO NETO (1864-1934), um dos mais importantes da literatura nacional e fundador da Academia Brasileira de Letras nascido em Caxias!

Não é de se admirar que o Maranhão, um dos Estados com os piores índices de educação do país adote tão ridícula postura. O que estão fazendo com nossa identidade, a tão professada Atenas Brasileira de nossos ancestrais? Onde tanto erramos para merecermos isto?



## Mesa redonda da IAWJ para membros do Judiciário falantes de português

### Painelistas:



**Magistrada Rosa Elena  
González Tirado**  
Magistrada de Circuito, México e  
Diretora Regional da América  
Latina e Caribe da IAWJ



**Juíza de Direito  
Mirella Cezar**  
Tribunal de Justiça do Maranhão-  
Brasil e Coordenadora de Ações  
Estratégicas do Grupo Maria Firmina



**Desembargadora  
Sonia Amaral**  
Tribunal de Justiça do Maranhão-  
Brasil e Coordenadora de Ações  
Estratégicas do Grupo Maria Firmina

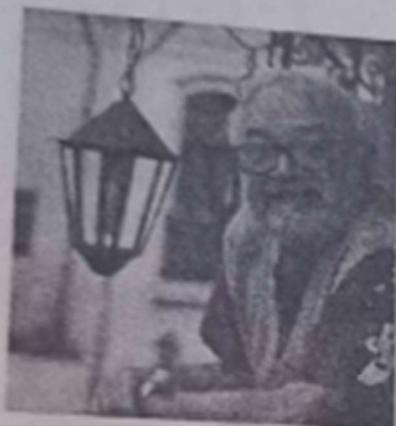
**05 de fevereiro de 2024**

10h EST, 12h Brasília, 15h Lisboa, 17h Maputo



16:15

# O silêncio e seus significados



**PEDRO HENRIQUE MIRANDA  
FONSECA**

O silêncio é, às vezes,  
eloquente; às vezes,  
poético; às vezes, oportuno;  
às vezes, indiferente; às

vezes, necessário; às vezes,  
externo; às vezes, interno  
indispensável para uma  
conversa conosco mesmo; às  
vezes, pedra bruta; às vezes,  
pedra lapidada; às vezes,  
ouro; às vezes, prata.

Sua padroeira é Nossa  
Senhora do Silêncio e o seu  
hino, a música "The sound of  
silence".

RIO DE JANEIRO, SEXTA-FEIRA, 22 DE  
DEZEMBRO DE 2023, ÀS 17H30.

## UM DEDO DE PROSA

# CHEGADAS & PARTIDAS

LUIZ THADEU NUNES E SILVA\*

Gosto de viajar. Após o acidente que sofri em 2003, que deixou marcas indeléveis em mim, e mudou minha vida para sempre, foi com as viagens pelo mundo que me reiventei. Me reposicionei no tempo. Por ter ficado cinco anos em tratamento, foi viajando pelo mundo que corrigir o tempo parado.

Desde garoto me fascinou viajar; primeiramente pelo interior do Maranhão. Meu pai, Luiz Magno, era agente de estatística, do IBGE.

Quando podia, ia com ele, em um Jeep Willys, cor azul, para os rincões desse enorme Maranhão. Conforto zero, um desafio para colunas boas, mas deslumbrante para um garoto que nasceu com o espírito irrequieto e aventureiro de andarilho. Viajar por estradas de piçarra e empoeiradas era uma festa. Quanto mais buracos, mais emocionante.

Na adolescência foi através dos livros, na Biblioteca Pública Benedito Leite, no centro de São Luís, que primeiro desbravei o mundo. Me transportava para os mais longínquos lugares através da leitura. Como sonhador incorrigível, fechava os olhos e atravessava mares e oceanos. Faço isso hoje em aeronaves.

Na faculdade, conheci parte do Brasil através dos programas federais: Projeto Rondon e Projeto Mauá. Com poucos recursos financeiros, me escrevi para todas as viagens. E, assim conheci estados do norte, nordeste e centro-oeste desse imenso país continental. Hoje, conheço todas capitais brasileiras. No ano passado estive em Boa Vista, capital de Roraima, 27º estado visitado.

Quando comecei a trabalhar como Engenheiro Agrônomo; com os primeiros salários, e no crediário, comprei a primeira passagem aérea internacional. Fui para Buenos Aires, depois Montevideu. Passado algum tempo conheci Lisboa, e a cidade espanhola de Vigo, na divisa com Portugal. Em seguida fui para os EUA: NY, Miami e Orlando. O circuito que todo viajante neófito



faz. Me fascina entrar em uma aeronave, acomodar-me na poltrona, afivelar o cinto, e ouvir o comandante dizer: "Tripulação, voo autorizado". Pronto, estou novamente nos ares.

Cheguei esta semana de uma longa viagem por três

continentes: América do Norte, Europa e Ásia. Voos muito longos. Atravessei o mundo e desembarquei em Shanghai, China. Esta é minha segunda ida à Shanghai. A primeira foi bem antes da pandemia do coronavírus, em 2016.

Ao desembarcar em Shanghai, chamou minha atenção, as pessoas não estarem usando máscaras. A vida segue seu curso normal como se a COVID não tivesse surgido na região de Wuhan, no interior da China, na última semana de dezembro de 2019, aterrorizando o mundo no começo de 2020.

A rotina dos chineses é normal, cada um com seus afazeres e rotinas. Em nada lembra as severas restrições do governo chinês para conter a COVID no país.

Uma viagem nunca acaba, após cruzar a soleira da porta de casa, a viagem continua em memórias, nas fotografias, nos apontamentos.

Em vinte dias cruzei céus e mares do mundo; estou na calma de casa na Ilha do Amor. Gosto de viajar, de estar em diferentes lugares, mas também gosto do sossego de minha casa. Sou caseiro. Na Ilha do Amor, passo a maior parte do tempo em casa, na companhia de Duck e Fiona, de livros e de Alexa, que obediente toca as músicas que lhe peço. Enquanto escrevo, Frank Sinatra e Tom Jobim interpretam "FLY ME TO THE MOON". Confesso que nunca pensei em voar para lua, como diz a letra da canção.....mas, quem sabe!

Luiz Thadeu Nunes e Silva\*

Eng. Agrônomo, Palestrante, cronista e viajante: o latino-americano mais viajado do mundo com mobilidade reduzida, visitou 151 países em todos os continentes. Autor do livro "Das muletas fiz asas", membro do IHGM e ABLA.

# SEMINÁRIO REGIONAL

NÚCLEO SÃO LUÍS

Projeto Inventário Participativo como  
Instrumento para Identificação e Gestão do  
Patrimônio Cultural



02/02/24  
8h30 às 12h

LOCAL: IESTI - RUA DA PALMA, 332, CENTRO HISTÓRICO  
BAIRRO DESTERRO



## PROGRAMAÇÃO

8h30

**Abertura:** Apresentação do Inventário Participativo do Patrimônio Cultural do Bairro Desterro e Socialização dos resultados parciais da pesquisa.

*Bianca Beatriz Roqué*

*José Arilson Xavier de Souza*

9h30

**Palestra:** O Desterro no contexto do Centro Histórico de São Luís: sobre Educação Patrimonial.

*César Roberto Castro Chaves (UFMA - São Bernardo)*

10h30

Merenda

11h

**Roda de Conversa:** Patrimônio Cultural e o Desterro: laços afetivos e resistências (moradores e frequentadores do Bairro, institutos e pesquisadores).

*Mediadora: Ana Rosa Marques*

12h

**Fala de Encerramento**

*Saulo Ribeiro dos Santos*





# MEMORIAL NA CARREIRA DO MAGISTÉRIO SUPERIOR

Resolução N° 297 - CONSAD - Professor Titular

Defesa em 31/01/2024 ■ 15H

Comissão examinadora



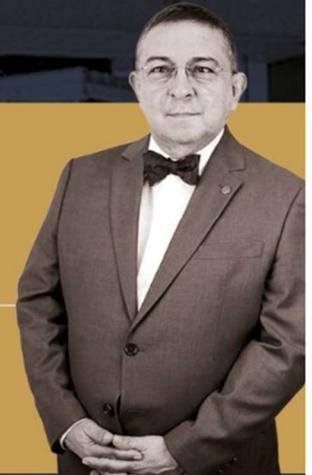
Prof. Dr. Francisco Meton Marques Lima (UFPI)



Prof. Dr. Robertônio Santos Pessoa (UFPI)



Prof. Dr. Marco Aurélio Lustosa Caminha (UFPI)



Prof. Dr. José Cláudio Pavão Santana

TEMPORADA 2ª TEMPORADA



**PROPACAST 21**

Psiquiatra, Empresário, Palestrante, Motoqueiro  
**Dr. Ruy Palhano**  
 sobre Ansiedade e Depressão no Janeiro Branco

**31/01**  
 QUARTA / WEDNESDAY  
 18H30 - EUA  
 19H30 - BRA



**LIVE**  
 RICARDO FONSECA

Graduado em Medicina (UFMA),  
 Doutor Honoris Causa em Health Science (University Emill Brunner),  
 Mestre em Ciências da Saúde (UFMA), Especialista em Psiquiatria (UERJ e AMB/ABP), Especialista em Dependência Química (UNIFESP),  
 Fundador e Presidente do Instituto Ruy Palhano, Professor de Psiquiatria (CEUMA),  
 Professor (aposentado) de Psiquiatria (UFMA),  
 II Vice-Presidente e Conselheiro Titular do CRM-MA.



**LIVE**  
 RUY PALHANO

AO VIVO NO INSTAGRAM  
 @blogpropagando

## LITERATURA & LINGUAGEM

### ANTONIO GUIMARÃES DE OLIVEIRA GUIMARÃES

A literatura é uma forma de arte que engloba vários gêneros ou manifestações artísticas. Homens e mulheres, em seus mais diversos segmentos, desenvolvem habilidades, têm ideias - enfim - geram obras, lavras, inspiradoras ou indelévels nas mais diversificadas áreas da letra. Como escreveu e descreveu um dos mais renomados dos escritores maranhenses, Alúcio Azevedo.

Com maestria, disse: "para que uma língua não seja obscura e sim ilustre, não lhe basta ser falada por muita gente, tem que ser igualmente lida".

Já o poeta Manoel Guimarães, autor de várias obras, como: Peregrino Contemporâneo; Apesar de tudo, Amargo; Memórias do Mel e do Fel; Poemas Cativos, e outras verbes, inclusive "criando" um novo estilo de poesias, onde são marcantes seus colchetes ladeados e encarceirando reticências, usando metáforas e outras figuras, fala: "...[...]...a língua portuguesa é rica, e repetir palavras é algo inculto.

E continua: "...[...]...devemos sim, brincar com as palavras e até inventá-las ou reinventá-las". Complementando, o poeta fala: "...[...]... é crucial o domínio da língua "mãe", tanto na fala como na escrita".

Eu, por vez colaboro e digo: embora existindo a máxima, "ninguém é tão ignorante que não tenha algo a ensinar; ninguém é tão sábio que não tenha algo a aprender". E ainda, particularmente, aos eruditos cartesianos de outras plagas ou mesmo de nossa nação que tentam explicar o inexplicável de nunca termos ganhado um prêmio Nobel de literatura, infiro: não há nada que possamos fazer ou dizer que fará com que venhamos nos tornar potencialmente merecedores, pois algo existe - a política - tendo em vista que sempre tivemos grandes literatos e notáveis bibliográficos, com total domínio de nossa língua pátria. Perderia-me no momento em números e injustiças de citações seriam inevitáveis. Mas tudo caminha até com ou sem obstáculos.

Quem sabe, um dia... Contemos, pois com tudo isso, inclusive com o tempo progressivo e infinito.

No entanto, é "tenebroso" assistirmos nossos vizinhos "faturando" tão precioso prêmio de reconhecimento através da forma, métrica e harmonia (caótica) da língua que formaliza ou concretiza o pensamento.

A política, essa sempre vai existir, pois é político o ser humano. A habilidade de lidar com ela e com os atores que a promovem devem ser conquistados com o próprio entendimento, sobretudo, amor "carnal" com o idioma que falamos e/ou escrevemos.

# A mágoa secreta de envelhecer sem sentido



**LUIZ THADEU NUNES E SILVA\***

O tempo passou e no ocaso da vida, descobriram que não fizeram aquela viagem que tanto planejaram. Não viveram nenhuma loucura juntos. Não foram ao cinema. Não perderam o sono por momentos únicos. Não se elogiaram mutuamente. Quicá, nunca se gostaram. O tempo passou, e ela não usou aquele lingerie novo para ele. Não mostrou sensualidade no ato. Não se perfumou com aquele perfume marcante. O tempo passou e ela não

desnudou a alma. Não desacelerou para aproveitar o caminho. Não saiu sem destino, a contemplar a natureza, um entardecer... Gastou o tempo apenas com ele.

Não teve um encontro com ela mesma.

O tempo passou e ela se perdeu de si.

Deixou-se tanto para depois, que perdeu as forças... Perdeu prazeres.

Viveu pra ele, sublimando a si mesma.

"Nada, jamais, substituirá um companheiro perdido.

Ninguém pode recriar velhos companheiros.

Nada vale o tesouro de tantas recordações comuns, de tantas horas más vividas juntos, de tantas desavenças, de tantas reconciliações, de tantos impulsos afetivos.

Não se reconstroem essas amizades.

Seria inútil plantar um carvalho na esperança de ter, em breve, o abrigo de suas folhas.

Assim vai a vida. A princípio

enriquecemos.

Plantamos durante anos, mas os anos chegam em que o tempo destrói esse trabalho, arranca essas árvores.

Um a um, os companheiros nos tiram suas sombras.

E aos nossos lutos mistura-se então a mágoa secreta de envelhecer... e olhar para trás e vê que não viveu nada", Antoine de Saint-Exupéry

Um dia, ela sentou e começou a imaginar qual o sentido naquilo tudo? Se a vida era sempre assim, ou se havia algo maior lá fora? Ou se ela estava destinada a ter algo melhor?

Após um tempo, sacudiu o pó do sofrimento que estava entranhado no corpo. Arranjou espaço para novos sentimentos. Abraçou a alma. Deu mais atenção aos pedidos do seu coração.

A vida é tão curta; viu quanto tempo perdido, vivendo quem não era. Arrependeu-se de tantas horas gastas a pensar no que não aconteceu e a lamentar-me dos sonhos que ficaram para trás.

A vida é tão imprevisível; e não a usou fazendo tudo o que a poderia ter feito feliz. Agora que envelheceu, e o passado ainda não partiu definitivamente, decidiu arrumar a vida.

Apeteceu-lhe (re)começar a viver.

Apeteceu-lhe (re)inventar amores que não viveu. Começou a pensar em voar para destinos que são só seus, e que ainda não sabe onde ficam.

Calada, pensou em fazer uma nova rota para uma viagem, para não se perder novamente de si.

Precisava, urgentemente, encontrar o norte da alma e aprender a plantar amor próprio no seu jardim. Tem pressa em embelezar os sentimentos e secar as lágrimas que fizeram a tempestade em sua existência.

\*Engenheiro agrônomo, palestrante, cronista e viajante: o latino-americano mais viajado do mundo com mobilidade reduzida, visitou 151 países em todos os continentes. Autor do livro "Das muletas fiz asas", membro do IHGM e ABLA.

**LIVE**

## ATENAS BRASILEIRA

ASCENSÃO E QUEDA CULTURAL  
EM SÃO LUÍS DO MARANHÃO

Live no Instagram nesta  
segunda, 29 de janeiro às 21h

@gualhardo

**Palestras históricas,  
educacionais, motivacionais  
entre outras!**

**Temas:**

- História do Brasil,  
Maranhão e de São Luís
- Lendas e Fundação de São Luís
- França Equinocial
- Batalha de Guaxenduba
- Curiosidades, Logradouros e  
Efemérides históricas
- Historias das capitais brasileiras  
e de todos os municípios  
do Maranhão

**Contato: (98) 991289570**  
**Insta: @eugeslima**

Contrate as nossas palestras

**Professor e historidor**

**EUGES LIMA**



## **ACHILLES LISBOA: UM PERFIL (1872 – 1951)**

**PEDRO HENRIQUE MIRANDA FONSECA**  
**Membro fundador da Sociedade Brasileira de História da Medicina**

Farmacêutico, médico, político (prefeito municipal de Cururupu e governador do Estado do Maranhão na década de vinte e trinta respectivamente), educador (um dos fundadores e primeiro diretor da Faculdade de Farmácia do Maranhão, fundou o Instituto Cururupuense, tendo como modelo a Ecoles de Roche, de Edmond Demolis de inspiração inglesa, preocupou-se com a divulgação do ensino fundamental no Brasil, tendo escrito a esse respeito um livro “Sobre o melhor meio de divulgação do ensino primário no Brasil” que recebeu menção honrosa da Academia Brasileira de Letras), botânico (foi diretor do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, introduziu o cultivo de cacau na sua Fazenda em Cururupu e plantou palmeiras imperiais na praça da Matriz desta cidade, aplicou seus conhecimentos botânicos na fitoterapia. Idealizou a mistura de várias plantas para ser usada no tratamento coadjuvante da malária. Essa fórmula foi apresentada na forma de pílula, a que deu o nome de Achilea, em homenagem a sua primeira filha com este nome que faleceu de malária em Cururupu com menos de um ano de nascida.

Ele fornecia as plantas que coletava em Cururupu para o farmacêutico Wenceslau Tadeu, de Caxias, que as fabricava e vendia. Jamais teve como objetivo ganhar dinheiro com essa atividade, era um médico humanitário), cientista, interessou-se por Doenças Infecciosas, principalmente hanseníase, estrogiloidíase e esquistossomose mansônica, da qual descreveu os primeiros casos no Maranhão em 1918, dez anos após a descoberta do *Schistosoma mansoni* por Manuel Augusto Pirajá da Silva; interessou-se por Genética, sua tese de doutoramento em Medicina no ano de 1913 versou sobre “Da mestiçagem vegetal e suas leis”, passando a ser conhecido como o “médico mandaeliano brasileiro”; ensaísta e poeta, com vasta produção, infelizmente, na sua maioria inédita.

Desta convém destacar uma composta após súbita inspiração ocorrida quando se dirigia para a sua Fazenda Santo Antônio em Cururupu. A tarde caía e na solidão daquelas paragens pré-amazônicas, ele ouve o canto da Inhambu chorona, tinamídeo muito comum naquela região, que por seu canto triste recebe esta designação. Tirando então do alforje, papel e lápis, compôs os versos a que deu o nome da ave que exalava o seu canto naquela hora finda do dia:

Canta a inhambu chorona (A mata é escura, escurece do dia a claridade):

Modulações de um hino de ternura,  
Dolências de uma elegia de saudade  
Tudo o que é doce, tudo o que a natura  
Tem de mais grato aqui – a amenidade  
Dos caminhos em for e na espessura  
Da floresta o sentir que nos invade

Tudo neste hino sensitivo canta

Num sonoro trinar que nos levanta  
Para um mundo de estranhas fantasias  
Ao ouvi-lo, revive-me a lembrança  
Dos meus saudosos tempos de criança  
Triste evocar de mortas alegrias.

Na sua infância em Cururupu teve a felicidade de ter como mestra Herculana Firmina Vieira de Sousa , que exercia o magistério na cidade desde 1855, e teve sobre o pupilo benéfica influência, tanto que, ele a reverenciou a vida toda, em sinal de reconhecimento e agradecimento. Só para citar um exemplo, em artigo publicado no jornal A Pacotilha, ele se refere a ela como “saudosíssima mestra.” (LISBOA, Achilles – Notas ligeiras, A Pacotilha, sexta-feira, 3 de julho de 1914) e em outras ocasiões a cita como “mestra de bela cultura.” A semente caiu em terreno fértil e ele tornou-se um símbolo do resultado que uma boa educação pode dar.

Rio de Janeiro, sábado, 18 de março de 2023, às 10: 00 horas

Nota:

**Aquiles de Faria Lisboa** ([Cururupu, 28 de setembro de 1872](#) — [São Luís, 18 de abril de 1951](#))<sup>[1]</sup> foi um [médico](#), [político](#) e cientista [brasileiro](#).<sup>[2]</sup>

Aquiles Lisboa foi [governador](#) do [Maranhão](#) e prefeito de Cururupu, além de médico e diretor do [Jardim Botânico do Rio de Janeiro](#).

Considerado o pioneiro no tratamento da [hanseníase](#) no Maranhão, foi condecorado pela [Assembleia Legislativa do Maranhão](#) com um selo comemorativo, a ser usado em toda correspondência oficial daquela casa legislativa.

## Obras

---

- *O Serviço do algodão e o seu insucesso* (1916)
- *Discursos* (1918)
- *O posto socorro médico aos ulcerados* (1919)
- *Em torno da questão da pesca no município de Cururupu* (1920)
- *Questão de Interesse Público* (1921)
- *A Nova Escola* (1922)
- *Pela Honra do Maranhão* (1925)
- *Em defesa do regime pervertido e do Maranhão arruinado* (1926)
- *Profilaxia da tuberculose* (1949)
- *A penúria dos sábios alemães e austríacos* (s/d)
- *Oswaldo Cruz* (s/d)
- *A lavoura e a guerra* (s/d)
- *Bilharziose ou esquistossomose* (s/d)
- *Da mestiçagem vegetal e suas leis* (s/d)

## Referências

---

- ↑ «[Dados biográficos de Aquiles Lisboa](#)». ACADEMIAMARANHENSE.ORG.BR. Consultado em 27 de dezembro de 2022
- ↑ «[Verbete: LISBOA, Aquiles de Faria](#)». WWW.FGV.BR. Consultado em 25 de fevereiro de 2021

## D. RAIMUNDA MENDONÇA, UMA VIDA BEM VIVIDA

LUIZ THADEU NUNES E SILVA

Em uma manhã de sábado quente, como são as manhãs na Ilha do Amor; sob a copa de árvores que remontavam à minha infância, em longa conversa com Nery, perguntei se ela já havia pensado em escrever um livro. De conversa calma, tranquila, voz baixa, inalterada, falou-me de vários fatos de sua vida. Dos pais, da infância, da ida para Brasília, de como conheceu Fernando, o eterno namorado e companheiro que o destino lhe presenteou, com quem construiu família.

Tenho ligações afetiva com o sítio Santo Antônio das Alegrias, conhecido como Sítio do Físico, localizado na região do Bacanga. O sítio pertenceu aos meus avós paternos, Joaquim e Olindina, até ser vendido para Fernando e Nery. Em férias escolares, era no Sítio do Físico que me refugiava. Minha infância foi marcada por muitas brincadeiras embaixo de árvores centenárias, e nas ruínas do sítio arqueológico, que remontam o século XVIII.

Após ouvir Nery percorrer por diversas histórias guardadas na memória, citei Clarice Lispector, escritora ucraniana naturalizada brasileira: “Há um livro dentro cada um de nós, basta tirá-lo”. Vi seus olhos claros faiscarem.

-Nery, você tem um livro pronto, agora é colocar no papel, disse-lhe.

O tempo seguiu seu curso, nos encontramos umas poucas vezes. Nery resolveu rebobinar a memória e colocar no papel seu primeiro livro, e escolheu para estreia a história de sua sogra, Raimunda Mendonça.

Embora conheça Fernando há anos, -ele era próximo do meu avô Joaquim, não conheci dona Raimunda, sua mãe. Vim conhecê-la através do livro “Tudo azul de bolinhas brancas”. Pela narrativa de Nery, sua nora, descobri D. Raimunda: mulher forte, decidida, empoderada, quando o termo não estava na moda. Uma mulher trabalhadora, personalidade forte, esteio da família.

O livro é sobre o amor, respeito e admiração de uma nora para sua sogra. Contrariando a máxima de que as relações entre noras e sogras são tumultuadas e, às vezes odiosas, a de Nery e Raimunda é uma ode à amizade, ao amor.

Segundo o livro, d. Raimunda, visionária, “fazia questão absoluta que os filhos estudassem, trabalhasse; que fossem pessoas honestas, unidas e solidárias. Não desamparava ninguém. Sua mesa era sempre compartilhada com as pessoas que chegassem, ou que os filhos levassem para refeições.....”.

Otimista, sempre que alguém perguntava como estava a vida, ela respondia:

-Tudo azul de bolinhas brancas.

-E, se não estiver?

-Se não estiver, eu pinto, respondia ela.

Tem pessoas que já chegam prontas ao mundo, e vão melhorando o seu entorno. Longeva, d. Raimunda, viveu até os 97 anos, e soube extrair o melhor da vida, com sabedoria, paciência e mansidão, tão em falta nos dias atuais.

“Tudo azul de bolinhas brancas” é um caminhar pela história de vida de Raimunda Mendonça de Sousa, mas também o registro de uma época nostálgica de São Luís, nossa querida Ilha do Amor. A pesquisa de Nery no preparo do livro foi trabalho de ourives, de grande acuidade.

Não pude ir ao lançamento do livro, estava em viagem pelo mundo, em Shanghai, China. Quando retornei, em um café na casa de Fernando e Nery, ela me contou da alegria em poder reunir amigos e familiares na livraria AMEI. Falou-me, feliz e orgulhosa, que deu um exemplar do livro para cada filho, devidamente autografado. Mas, uma filha fez questão de comprar mais um exemplar, este para seu filho, como forma de mostrar a rica história da matriarca da família Mendonça. A trajetória de vida de d. Raimunda é para ser mostrada para as novas gerações, realçando sempre que “Ter problemas na vida é inevitável, deixar-

se abater por eles é opcional”. D. Raimunda teve a sabedoria de viver uma vida bem vivida. Deixou um bonito legado.

A literatura nos eterniza, e este, certamente, é o primeiro livro que Nery tirou de dentro de si. Boas histórias não lhe faltam. No aguardo do próximo.

Luiz Thadeu Nunes e Silva

Eng. Agrônomo, Palestrante, cronista e viajante: o latino-americano mais viajado do mundo com mobilidade reduzida, visitou 151 países em todos os continentes. Autor do livro “Das muletas fiz asas”, membro do IHGM e ABLA.

## ESCOLA, DIVERSIDADE E DIREITOS HUMANOS



**RENATA BARCELLOS**

Pós-doutora em Língua Portuguesa e Literatura Brasileira. Apresentadora do Programa Pauta Nossa, fundadora do BarcellArtes, membro correspondente do IHGMA...

Esta matéria é uma breve reflexão sobre o papel da escola diante dos **direitos humanos dos diferentes povos e de pessoas com algum tipo de deficiência (africanos, autistas, ciganos, deficientes visuais, fraternas, judeus, maçons...)**. Estamos em pleno século XXI, ano 2024; e, presenciamos e ou vivenciamos tantas tragédias naturais e atrocidades cometidas pelo homem, onde ficam a dignidade humana e seus direitos iguais e inalienáveis, fundamentado na liberdade, na justiça e na paz no mundo? Vale lembrar que o desprezo e o desrespeito pelos direitos humanos resulta(ra)m em atos bárbaros que ultraja(ra)m a consciência da humanidade. A escola tem o dever de estimular a integração da diversidade realizando projetos integrados, bate-papo, leitura da História como ela é ou foi. Devemos conscientizar as crianças e os adolescentes que o diferente é tão igual, capaz quanto nós.

Assim, considerando ser essencial promover o desenvolvimento de relações harmônicas entre as nações, os povos das Nações Unidas reafirmaram os direitos fundamentais do ser humano, na dignidade e no valor da pessoa humana e na igualdade de direitos. Isso há 75 anos. Em 10 de dezembro de 1948, a Assembleia Geral das Nações Unidas proclamou a **Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH)**, um marco histórico na busca pela dignidade e igualdade de todas as pessoas.

A **Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH)** surgiu como uma resposta ao genocídio vivenciado e praticado pela humanidade com o advento das duas Grandes Guerras. Ela é constituída por 30 artigos. Em seu primeiro, é declarado ‘todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos’. A Revolução Francesa defendeu: Liberdade-Igualdade-Fraternidade Entretanto, infelizmente, as violações dos direitos humanos persistem em todos os países do mundo. Por exemplo: xenofobia, racismo, LGBTfobia, discriminação por gênero ou classe social são algumas violações contra pessoas, povos e comunidades. A fome, o trabalho infantil, a exploração sexual, a falta de direitos trabalhistas, a população de rua... são outras questões que desafiam a efetivação da DUDH.

A partir desse entendimento e pensando nas questões envolvendo a diversidade, propomos a um representante de cada povo e ou pessoa com alguma deficiência para um sucinto depoimento, a fim de refletirmos sobre como os direitos humanos não se aplicam (muitas vezes) na prática. Vejamos:

- **povos africanos:** Bernardo Sebastião Afonso (escritor angolano pseudônimo **Beni Dya Mbaxi**).

“Na verdade, são milhares de casos que contrariam os direitos humanos, mas, infelizmente, não é assim que África vê, porque a tradição está acima de muitas coisas. Poucos enxergam o caso dos direitos humanos. Existem vários casos que merecem serem abordados e serem revistos com maior seriedade, mas tristemente, é ignorado, por exemplo, em Angola, um país afetado pela guerra colonial e civil, que fez milhares de mortes, tem milhares de problemas ligados aos direitos humanos. E sobre os povos africanos, sabemos todos

que a África é preenchida pelos seus hábitos e costumes que vêm a milénios. Penso que a solução é a discussão entre a tradição e a modernidade. Para mim, a tradição não pode afetar o bem estar do ser humano, e a modernidade não pode invalidar a cultura de um determinado povo. Deve-se rever tudo isto com maior seriedade e com urgência para não existir mais este grande problema que assola o continente africano, e que invalida os direitos humanos, no continente berço”.

No Brasil, urge o ensino da História e das Literaturas Africanas de forma efetiva. Essas disciplinas propiciam a consciência e a reflexão acerca de injustiças cometidas no passado e no presente. Com a Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003, e, posteriormente, com a Lei 11 546, de 19 de novembro de 2007, cresceu a visibilidade em relação aos estudos sobre África, uma vez que foi instituída sua obrigatoriedade em todo o território brasileiro e em todos os níveis de ensino. Entretanto, atualmente, com a reforma nos currículos do Ensino Médio brasileiro, houve redução da carga horária das diversas áreas do conhecimento. Os temas tratados (abusos e injustiças) por Beni Dya Mbaxi precisam ser discutidos em sala de aula. Em um momento social tão tenso, mundialmente, é preciso refletir sobre o respeito ao outro, os direitos humanos... É tempo de nos repensarmos e de nos reinventarmos!!! Sejam resilientes!!!

- **autista:** depoimento de Márcia Wayna Kambeba (nasceu na aldeia indígena Belém do Solimões – AM – escritora – poeta – palestrante ...) mãe de **Carlos Augusto Vieira da Silva:** autista - nível 2 de suporte. Além disso, ele tem deficiência intelectual, o QI dele é baixo para o normal. Hoje, está com 15 anos e ainda não lê, mas escreve o que a professora põe no quadro.

“O que temos a pedir à sociedade é que precisamos ter respeito pelo outro, compreender o que o outro sente. Na escola como educadores devemos observar nossos alunos e não só cumprir nossa carga horária com conteúdos, mas, ouvir nossos alunos, criar um ambiente de afetividade porque sempre tem um aluno ou aluna que apresenta alguma deficiência. Estamos nos tornando uma sociedade muito individualista e egoísta. Precisamos nos humanizar nos vendo no outro. Como mãe de autista sofro quando meu filho sofre algum tipo de preconceito ou violência física ou verbal. Se ele chora eu choro junto, mas busco os direitos dele”.

- **cigano: Suely Saad:** poeta, escritora e palestrante da cultura Árabe- Cigana.

“Fico muito triste ao ver o tratamento dispensado ao povo de origem cigana. Em outros tempos, fomos perseguidos e até mortos por sermos ciganos. A lenda de povo nômade e que diziam que ciganos roubam crianças, os homens eram chamados de ladrões de cavalos e por aí afora. Fica meio difícil acabar com esses conceitos. Como qualquer povo precisamos do respeito e consideração das autoridades e dos nossos semelhantes para que haja uma união de todos para o bem geral. Faço a minha parte para que haja uma interação das raças sejam elas qual forem. Vamos amar nosso próximo como a nós mesmos e o mundo será fraterno e feliz”.

- **deficiente visual: Rosivan Pereira dos Reis:** deficiente visual de nascença – catarata congênita. Fundadora da Associação Maranhense dos Deficientes Visuais e membro da Academia de Deficientes Visuais e da AIAB.

“Cabe ao poder público fazer cumprir e efetivar os direitos essenciais da pessoa com deficiência nas diversas áreas (educação, saúde, trabalho...) e melhorar. Podemos tornar a sociedade mais acessível. Basta o poder público mudar a realidade da pessoa com deficiência visual. Por uma sociedade acessível!!!”

- **Glauco Mattoso: poeta:** “Na qualidade de escritor cego, particularmente como autor de literatura sadomasoquista e fetichista, posso afirmar que fui e sou mais discriminado como cego que como gay. Mas ambas as questões estão relacionadas, pois o que não se admite, mesmo entre progressistas, é que um deficiente visual não tenha "dignidade", não se "comporte" de maneira "edificante". Enfim, não dê exemplo de cego bem aceito. Fora do contexto artístico, sou maltratado em público como qualquer outro cego, já que a sociedade está despreparada para lidar com deficiências, para não falar no bullying propriamente dito do qual sempre fui vítima. Em summa, é o que tenho a dizer”.

- **Marcella Bastos:** especialista em Direito do Trabalho: “A inclusão da pessoa com deficiência (PCD) no mercado de trabalho é uma questão de direitos humanos, já que umbilicalmente ligada à consecução da dignidade da pessoa humana. Inclusão é um ato de amor ao próximo e, sem trabalho e sem educação, não existe inclusão. O trabalho é essencial para o exercício da cidadania, traz independência financeira, autoestima, além de ser fator de felicidade pessoal e de convívio social. Digamos não ao capacitismo!”.

- **fraternidade (das esposas dos cunhados do GOB - Grande Oriente do Brasil):** Nivia de Oliveira Felix  
- Presidente da FRAFEM do GOBRJ.

“A tríade que embalou a Revolução Francesa: Liberdade-Igualdade-Fraternidade, que também norteia a Maçonaria. **A Liberdade** é a primeira característica a ser conquistada pela humanidade, pois através dela, nos despimos do orgulho, da vaidade e das segregações imotivadas. Ao nos libertarmos de todos os vícios é que alcançamos a **Igualdade**. Livres da ignorância, conseguimos nos enxergarmos como iguais, sem distinção de qualquer natureza. Somente após alcançarmos a Liberdade e a Igualdade é que de fato, atingimos a **Fraternidade**! O panteão da fraternidade é o laurel daqueles que conseguem dominar a si mesmo, compreendendo que o mundo está conectado, que não há uma ação individual sem reação universal. Exatamente nesse liame se encontra também a Fraternidade Feminina Cruzeiro do Sul. Essa importante entidade paramaçônica, não iniciática é composta, em sua maioria, pelas esposas de maçons, que alcançaram a plenitude do amor. Essas mulheres valentes se unem pelo propósito de servir ao próximo, batalhando e agindo em prol da erradicação da pobreza, redução das desigualdades sociais, da segurança alimentar e do acolhimento da pessoa humana. A existência desta instituição por si só já se manifesta como um dos princípios instituídos pela Declaração dos Direitos Humanos: a igualdade de gênero! Assim, convidamos a todas as mulheres a se unirem nesse propósito de amor fraterno e de defesa dos direitos mais básicos de proteção e cuidado ao ser humano: vamos ‘fraternar’!”.

- **indígena: Porakê Munduruku:** indígena em contexto urbano em Ananindeua no Pará, escritor, educador popular, engenheiro agrônomo especialista em educação ambiental.

"Para nós, povos indígenas, os humanos não estão acima dos outros seres da natureza. Foi o colonizador quem, desde a antiguidade, instituiu a condição humana como superior às demais e inventou uma hierarquia que assegura a alguns humanos mais direitos que aos demais. Esta, aliás, é a origem do termo "bárbaro", que os antigos gregos usavam para discriminar aqueles humanos que não eram dignos de consideração, nem de direitos. Então, não é novidade para nós que quase seis décadas separem a declaração universal dos direitos humanos de 1948 da declaração dos direitos dos povos indígenas, assinada pela mesma ONU apenas em 2007. Tão pouco, nos surpreende que em 2024, ambas as declarações de boas intenções dos colonizadores encontrem tantas dificuldades para serem colocadas em prática, mesmo quando eles, com milhares de anos de atraso, começam a refletir sobre os direitos da natureza”.

A Lei nº 11.645, de 10 março de 2008 torna obrigatório o estudo da história e cultura indígena e afro-brasileira nos estabelecimentos de Ensino Fundamental e Médio. No Colégio Estadual José Leite Lopes (NAVE RJ), realizo atividades sobre as diversas culturas indígenas e afro-brasileiras. Em 2022, tivemos a presença do indígena Michael Baré Tikuna para um bate-papo com os alunos do 2 e 3 anos do Ensino Médio.

- **judeu: Luiz Benyosef:** presidente do \*Memorial Judaico de Vassouras\*, diretor de Pequenas Comunidades da \*FIERJ\* e diretor do \*Conselho Sefaradí\*.

“Durante séculos os judeus viveram na Alemanha e se sentiam verdadeiramente alemães. Contribuíam no desenvolvimento das artes, ciências, finanças, ..., Enfim, em todos os segmentos da vida nacional germânica se sentindo nativos que apenas professavam uma religião diferente. Antes do III Reich, muitos se orgulhavam de seus méritos e medalhas por bravura militar, conquistadas defendendo a bandeira alemã na I Guerra Mundial. A saudosa historiadora, nascida em Berlim e naturalizada brasileira, Frieda Wolff, conta no seu livro: \*Nossas Três Vidas\* que só percebeu que era diferente dos outros adolescentes alemães

quando na escola, ao responder corretamente uma pergunta que seus colegas não sabiam, a frase irônica do professor que dirigindo aos demais disse com deboche: - É uma vergonha que apenas a judia da classe saiba a resposta! A partir daí teve a triste consciência do final trágico que sua família, incluindo seu pai, o orgulhoso herói de guerra alemão teve. Foi exterminado por nazistas, como outros seis milhões de pessoas, incluindo crianças, mulheres, idosos, todos sem questionamentos, apenas por serem judeus. Na época não houve uma só nação que os recebesse ou os defendesse. Se hoje possa ser tão complicado entender as reivindicações e garantias de sobrevivência de todo judeu consciente, especialmente quando aborda sobre \*direitos humanos\* é porque a sorte do passado não lhe fora tão generosa. Isto inclui o forte antissemitismo sempre presente e o holocausto relativamente não tão distante”.

**Miriam Halfim:** Mestre pela UFRJ e dramaturga, cadeira número 33 da Academia Carioca de Letras e membro do Pen Clube do Brasil.

“Sobre direitos humanos e judeus, podemos falar dos Dez Mandamentos, para começar. Trouxeram ordem a um mundo ainda selvagem e primitivo e direitos aos homens, bem como deveres. A todo direito corresponde um dever. Através da História universal, encontramos guerras de grupos cristãos contra judeus e muçulmanos, destes últimos contra cristãos, mas não há exemplo de guerra iniciada por judeus. Sartre dizia serem os judeus o povo mais manso do mundo. Escravos no Egito e na Babilônia, odiados pelo imperador Adriano, que os proibiu de estudar os livros judaicos, até expulsar toda a comunidade de Jerusalém, os judeus não tiveram escolha senão viver na diáspora sem direitos inerentes ao ser humano, direitos que conheciam e praticavam desde Moisés. O nazismo foi a demonstração máxima da ausência de direitos humanos para com um povo. A criação de Israel pela ONU restaurou os direitos dos judeus viverem em sua terra, e lá progredirem. Também em Israel, sofreram com seus vizinhos, incapazes de coexistir e lhes garantir os direitos humanos. Em Entebbe, resgataram cada refém judeu (só os judeus do avião corriam perigo) do sequestro aéreo sofrido, cientes de que cada ser humano conta. Por esta mesma razão, resgataram milhares de judeus etíopes (ditos descendentes da rainha de Sabá), para uma vida digna e civilizada em Israel. Caso único na história em que negros foram trazidos para a liberdade e não para a escravidão. O filósofo Hillel, no século II d. C. ensinava que toda a Bíblia se reduzia a não fazer ao próximo o que não gostaria que lhe fizessem. Elias Wiesel, sobrevivente do Holocausto nazista, dizia que alguns judeus podem nos desapontar, mas não o judaísmo. O amor ao estudo e ao aprimoramento trouxe Einstein, Freud, vários nomes que lutaram por desenvolver a humanidade através da inteligência e do livro. Desde 1948, Israel já sobreviveu a várias guerras iniciadas por um ou vários vizinhos. Israel, que pensou os direitos humanos há milhares de anos, ainda não tem os seus próprios respeitados por várias nações. Os gregos já os odiavam por seu monoteísmo, depois uma bula papal jogou sobre os judeus a pecha mentirosa e ultrajante do deicídio, quando a Palestina era governada por Roma, e decidiu a morte do judeu Jesus na cruz (na época a morte na cruz era comum), a longa Inquisição, o Holocausto, as guerras em que teve de se defender, nada muda a natureza judaica de respeitar os direitos humanos, às vezes difíceis de efetivar. Sobretudo quando um Estado soberano deve lutar contra grupos terroristas que não seguem leis ou reconhecem direitos humanos a não ser os seus próprios. Apesar de vivermos um mundo onde imperam fake news, mentiras são propagadas como verdades, covardia e violência são copiadas, os judeus seguem fiéis aos direitos humanos, pois estes são a marca que diferencia o homem da barbárie”.

- **vítimas e sobreviventes do Holocausto:** **Sofia Débora Levy:** Psicóloga Clínica; Professora; Diretora Educacional do **Memorial às Vítimas do Holocausto**.

1- Qual a função do Memorial do Holocausto? **Sofia Débora Levy:** A função do Memorial às Vítimas do Holocausto é difundir e preservar a história e a memória do Holocausto de forma honrosa e, desse modo, contribuir culturalmente para a formação de cidadãos eticamente engajados para uma sociedade que respeite os Direitos Humanos Universais.

2- Como surgiu seu interesse pelos estudos do Holocausto? **Sofia Débora Levy:** Meu interesse pelos estudos do Holocausto surgiu a partir da necessidade de combater distorções historiográficas acerca das vítimas do nazismo, por exemplo, de que não reagiram, e contribuir para compreender quais eram as suas condições psicológicas após cada trauma subsequente e, sim, como conseguiram reagir apesar disso.

No Colégio Estadual José Leite Lopes (NAVE RJ), realizo atividades sobre a temática. Um dos livros sugeridos para o vestibular da UERJ 2024 “O menino do pijama listrado”, de John Boyne, para a prova de Redação, no Exame Discursivo. abordava o tema. O livro foi lido e produção textual elaborada.

- **literatura: Estella Cruzmel:** artista plástica, poeta, escritora, fundadora do projeto **Santa Leitura**

“A literatura é um direito Humano fundamental para todos, como moradia, educação, alimentação, liberdade etc. Mas isso é somente teoria; na prática, a realidade é completamente diferente: o direito à literatura caminha a passos de tartaruga. Para obtermos alguma solução, é necessário uma força conjunta de todos, começando pelas escolas que (muitas vezes) abrigam uma biblioteca sucateada. Em outras vezes, não levam as crianças até a biblioteca por simples comodismo para não ter trabalho. Precisa conscientização de que a literatura humaniza, esclarece, traz dignidade e emancipa cada cidadão. Somente por este caminho podemos diminuir esse distanciamento de classe social, onde um pode tudo e o outro não pode. Assim como o arroz e feijão é para o nosso físico, a literatura é para o espírito. Isso diz respeito a todos nós, sem exceção. Isso são os Direitos Humanos, e todos nós somos responsáveis”.

Como professora de literaturas (africanas, brasileiras e indígenas), entendemos a literatura como um direito humano, pelo seu papel de humanização do indivíduo e de emancipação dos sujeitos, permitindo que o ser humano exista em sua completude. Para tanto, apoiados em estudos de teoria literária e obras de literatura, em especial a obra de Antonio Candido, ratificamos as esferas de atuação da literatura nos indivíduos. Essa expressão artística é essencial para que se viva de forma digna e completa.

- **maçonaria: Jorge Eduardo Magalhães de Mendonça:** professor e maçom da ARLS BADEN POWELL VII 35: “A Maçonaria fomenta o exercício dos Direitos Humanos, na sua essência, lutando por um mundo melhor, livre do despotismo e das injustiças”.

**Zara Maria Paim de Assis:** professora de Patologia e Estomatologia, oradora da Loja Serapis e Primeiro Vigilante da Loja George Martin.

“Na Maçonaria Mista "Le Droit Humain" existem mulheres maçons com os mesmos direitos, deveres e qualificações que os exercidos pelos homens”.

- **surdo-mudo:** No projeto “**Quem sou eu?**” (proposto por mim nas turmas do segundo ano do Ensino Médio do CEJLL- NAVE RJ), um dos grupos escolheu como personagens o casal principal do livro: Dom Casmurro e Capitu. Duas alunas da turma 2002 (Maria Eduarda e Micaela) fizeram a interpretação: uma delas surda e a outra ouvinte, mas com conhecimento de LIBRAS, a Língua Brasileira de Sinais. Elas encenaram em LIBRAS enquanto o intérprete dizia para a turma o que elas queriam comunicar. Esse é um momento no qual ratificamos como nossas expectativas em relação às práticas sempre podem ser superadas. Assim, gostaríamos de acrescentar aqui um parágrafo sobre inclusão:

*“Você sabe o que é inclusão escolar? Para uma grande parte da sociedade é quando um(a) estudante deficiente frequenta a sala de aula junto com os não-deficientes, simplesmente para socializar. Entretanto, este(a) aluno(a) quer mais do que isso, quer aprender! E acredite ele(a) pode sim! Infelizmente nem todos os professores estão preparados, mas existe uma minoria que corre para fazer a diferença focando na adaptação. A adaptação de materiais didáticos é também uma releitura para a realização de uma nova abordagem pedagógica. Trata-se do mesmo conteúdo sendo tratado de forma lúdica e prazerosa. Isso é muito importante para os estudantes com deficiência auditiva que tem a L. Portuguesa como 2ª língua, a 1ª é a Libras, e também para os intérpretes de Libras que precisam ter uma parceria com os docentes das turmas. Além da L.P, existe ainda a Literatura, bicho-papão no E.M, com textos enormes e muitos com uma linguagem rebuscada etc. mas ela deixa de ser assustadora quando trabalhamos com histórias em quadrinhos, que fica muito mais próxima do mundo atual e globalizado em que vivemos. Trabalhar as grandes obras em forma deste gênero literário, ainda facilita a compreensão porque trabalha múltiplas linguagens, e é divertido!” - **Mônica A. M. d’Almenerly** (Pós-graduanda em Neuropsicopedagogia, - SEEDUC).*

A partir desse breve panorama do depoimento de representantes de povos e de pessoas com alguma deficiência, ratificamos o quando urge o respeito às diversidades e, conseqüentemente, aos direitos humanos. É preciso conscientização de todos de que só haverá um mundo melhor se houver diálogo e harmonia entre todos. A escola tem o dever de promover a integração entre os diferentes através de projetos

integrados pelas diversas áreas do conhecimento. Estudar a história devidamente e todos os genocídios já ocorridos é preciso. Precisamos desenvolver o hábito de leitura, da escuta e de ver o outro, se sensibilizar com as dores do outro. Sermos menos egoístas e mais solidários. Só teremos um mundo evoluído, se as novas gerações forem de seres melhores, eduquemos em casa, na escola... Abaixo à discriminação!!! Viva a diversidade!!!

## **PERFILAMENTO RACIAL. ATÉ QUANDO?**

**- YURI COSTA (DEFENSOR PÚBLICO FEDERAL E PROFESSOR UEMA)**

**- MARCO ADRIANO FONSÊCA (JUIZ DE DIREITO TJMA E PROFESSOR ENFAM E UEMA)**

Perfilar é construir perfis. Significa adotar estereótipos ou generalizações sobre pessoas e, de maneira preconcebida, as atribuir tendências ou suspeitas. Regra geral, o perfilamento tem como base a raça, o gênero, a origem, a classe social e a religião, assim como a interrelação entre esses elementos. Uma das principais dimensões na qual o perfilamento é cotidianamente utilizado é na aplicação da lei penal, mais especificamente na associação entre o cometimento de crimes e o conjunto de características físicas, comportamentais ou psicológicas atribuído a determinados grupos.

O perfilamento racial, também chamado de filtragem racial, consiste no uso de generalizações baseadas na raça, cor, descendência, etnicidade ou nacionalidade para associar o envolvimento de um indivíduo ou de um grupo de pessoas a atividades criminosas. É marcado pela tomada de decisões discriminatórias e que, por isso mesmo, se afastam de evidências objetivas e comprováveis na definição de procedimentos como buscas pessoais, verificações de identidade e investigações.

No Brasil, incide predominantemente sobre pessoas negras e, infelizmente, compõe parte substancial da prática de nossas instituições. Especificamente na atividade policial, a filtragem racial sustenta o argumento da “fundada suspeita” para selecionar aqueles que sofrem a investida das forças de segurança, não coincidentemente sendo direcionada a um grupo social específico, caracterizado pelo fenótipo negro, pela faixa etária jovem e pelo pertencimento territorial a regiões consideradas periféricas.

Embora o perfilamento racial não seja o único fator a influenciar o tratamento dado à criminalidade e seu combate, é importante ter uma ideia da relação entre raça e estatísticas de delitos no Brasil.

Segundo dados publicados no Atlas da Violência de 2023, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), em 2021 a violência letal matou, em média, 4,22 pessoas negras a cada hora no país. 77,1% das vítimas de homicídios foram negros e negras, sendo a proporção de assassinatos de pessoas negras de 31 para 100 mil habitantes, enquanto de pessoas não negras foi de 10,8. Ou seja, o risco de uma pessoa negra ser vítima letal é quase três vezes maior que a de pessoas não negras.

No contexto da violência doméstica contra a mulher, também se observa a alta letalidade, tendo sido as mulheres negras 67,4% das vítimas de feminicídio em 2021. Em outras palavras, para cada mulher não negra morta no Brasil temos mais de duas mulheres negras vítimas de feminicídio, escancarando as lastimáveis evidências da interação entre o racismo estrutural e a dinâmica do patriarcado.

Os efeitos da filtragem racial são inúmeros, todos eles atroz. Em primeiro lugar, consiste na violação de direitos básicos da população vitimada pelo perfilamento, dentre eles, as garantias da igualdade, de presunção de inocência e da não discriminação. Por outro lado, contribui para a estigmatização negativa de populações-alvo, o que, dentre outras consequências, resulta em menos oportunidades sociais e econômicas para quem pertence a tais grupos. Além disso, é fator central para o alto índice de letalidade policial em nosso país e para o não menos alarmante encarceramento em massa da população negra.

Do ponto de vista institucional, o perfilamento pela raça é demasiadamente prejudicial como ferramenta de policiamento, aplicação da lei e prevenção ao crime. Limita a eficácia das instituições de segurança e leva à perda de chance em adotar estratégias mais efetivas no combate à criminalidade.

Embora pautado em uma cultura racista e autoritária historicamente sedimentada no Brasil, o perfilamento racial se torna cada vez mais objeto de críticas no debate público. A luta da sociedade civil e o reconhecimento do problema por instituições policiais e pelo sistema de Justiça têm mudado um cenário até recentemente nada favorável. É o que ocorre atualmente no Supremo Tribunal Federal, levado a se manifestar sobre a validade de prova obtida em busca pessoal baseada na cor da pele.

.Em março de 2023, o STF iniciou o julgamento do Habeas Corpus (HC) 208240, proposto pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo em favor de um homem negro que teria sido preso e condenado com base no perfilamento racial. Alegando a prática de racismo pelo fato de, no caso, ter sido a abordagem policial infundada e discriminatória, a Defensoria pede o arquivamento de toda a ação criminal.

Diferentes e importantes entidades do movimento negro ingressaram no processo em trâmite na Suprema Corte brasileira, tido como paradigmático no reconhecimento e no combate ao perfilamento racial no Brasil. Para essas entidades, o que está em julgamento é a invalidação de prisões feitas com base tão somente na já referida “fundada suspeita” e sem critérios objetivos. Defende-se a inexistência de crime diante da ilegalidade de provas derivadas de busca pessoal realizada com base na filtragem racial.

Ao que tudo indica, o pronunciamento definitivo do STF sobre o tema, que ainda não tem data para ocorrer, contribuirá para a mudança de paradigma no tratamento do perfilamento racial no Brasil. Se somará a outros esforços institucionais, acadêmicos e da sociedade civil de enfrentamento ao racismo, especialmente da violência letal contra jovens negros perpetrada por agentes da segurança pública ou privada.

A mudança dessa realidade, no entanto, depende de medidas estruturais e que, por óbvio, ultrapassam a possível reprovação do perfilamento racial pelo STF. Além da proibição da filtragem pela raça, é preciso fortalecer o controle social das forças de segurança e do sistema de Justiça brasileiro, contribuindo para a construção de políticas institucionais eficazes. É importante reconhecer publicamente o racismo como um dos elementos que motivam a violência e a letalidade policial contra a população negra. É relevante investir na coleta de dados sobre o racismo institucional. É fundamental melhorar os critérios de recrutamento e a qualificação de agentes das forças de segurança. É necessário denunciar decisões administrativas e judiciais pautadas na discriminação, bem como facilitar e ampliar o acesso a autos processuais para fins de pesquisa. É essencial, enfim, mudar a cultura que historicamente legitima e naturaliza a permanência da filtragem racial no Brasil.



# Histórias de São Luís com Euges Lima

## Localização da cruz dos franceses



" Esse seria o local que os franceses no século XVII com a ajuda dos tupinambás, numa cerimônia de posse (católica), ficaram uma cruz no dia 8 de setembro de 1612 - atualmente, em frente a Igreja da Sé, nas proximidades do chafariz Mãe D'água, na Av. Pedro II. Em 1962, nas comemorações da grande festa de aniversário de 350 anos de São Luís, para demarcar o local, foi erigido um monumento pirâmidal que depois foi removido para uma outra área da cidade (próximo da Refesa). Observando as duas imagens em paralelo, a litogravura do séc XVII (@gualhardo) e a fotografia do séc XX (Meireles , 1964), percebe-se a grande semelhança entre as imagens e a possível correta localização da cruz, indicada pelos historiadores da época."



**ALEXANDRE MANUEL  
NOBRE DA SILVA PAIS**

Historiador com PhD em Teoria e História da Arte (2012) pela Universidade Católica de Portugal (UCP) e mestrado em História da Arte. É autor e coautor de estudos, livros e artigos sobre património cultural e azulejaria portuguesa, história da arte, história técnica da arte, iconologia, entre outros assuntos. É o diretor do Museu Nacional do Azulejo de Portugal.

É com imensa satisfação que convidamos V.Sa. para participar, no dia 21/02, da mesa redonda " O Lugar do Azulejo é no Museu?" As pesquisas sobre o património azulejar e o Museu do Azulejo de São Luís ". Inscrições:

<https://forms.gle/TonxUF6ngEUQJP7d8>

15:59



# Histórias de São Luís **COM EUGES LIMA**

## **CIRCUITO MOMESCO DA SÃO LUÍS DO SÉCULO XIX (1857)**



- 1 - CONCENTRAÇÃO: 14H,  
RUA DO SOL ( TEATRO SÃO  
LUÍS/ARTUR AZEVEDO)**
- 2 - INÍCIO: ÀS 16H (**  
**TEATRO)**
- 3-RUA DE NAZARÉ**
- 4-RUA DA PALMA**
- 5-RUA DE SANTANA**
- 6-RUA DO PASSEIO**
- 7-RUA GRANDE (RETORNA)**
- 8-LARGO DO CARMO**
- 9- RUA DA PAZ (SOBE)**
- 10- LARGO DO QUARTEL**  
**(BIBLIOTECA PBL/ PÇA DO**  
**PANTEON)**
- 11-RUA DOS REMÉDIOS**  
**(SEGUE/RETORNA)**
- 12- RUA DO SOL (DESCE**  
**ATÉO TEATRO E**  
**FINALIZA)**

# O MENINO DO CANTO ESCURO, DE JOÃO BATISTA DO RÊGO

FREDERICO A. REBELO TORRES

Em maio deste ano, tive a honra de receber um convite do próprio autor, o advogado Dr. João Batista do Rêgo, para prestigiar o lançamento de sua obra inaugural. Ao receber o livro autografado, junto com outros exemplares para a Academia Miguel-alvense de Letras e para compartilhar com amigos, tive a oportunidade de mergulhar na cativante história que ele nos apresenta.

Pág.20 “A localidade Canto Escuro fica no município de Barras, no Estado do Piauí. Segundo as informações, o Canto Escuro era um lugar de mata muito fechada, com terras boas para a agricultura, e que começaram a ser exploradas pelos moradores das localidades Santa Bárbara e Bosque a partir do ano de 1920, cultivando ali suas roças. E por ser uma região de matas virgens, como era chamada naquela época, o sol praticamente não clareava o solo que ficava encoberto pelas árvores e pouco iluminava o chão, deixando os lugares sempre escuros. Daí então, os agricultores passaram a denominar essa localidade de Canto Escuro, nome que perdura até hoje.”

Ao eleger o título 'O Menino do Canto Escuro', o autor recorre à figura de linguagem denominada 'metáfora', empregando o termo ou expressão em um sentido figurado, evocando outras ideias e imagens além de seu significado literal. Neste contexto, a metáfora se revela no emprego da expressão 'Canto Escuro', que vai além da mera indicação geográfica. A locução 'Canto Escuro' é empregada como metáfora que simboliza a condição de pobreza e obscuridade social vivenciada pelo menino. A figura de linguagem utilizada na narrativa exalta a atmosfera emocional do livro, estabelecendo vínculos entre o ambiente físico e o contexto social e emocional do protagonista. Deste modo, o título 'O Menino do Canto Escuro' se destaca como uma poderosa metáfora, convidando o leitor a explorar a história de um garoto que enfrentou desafios e adversidades em um cenário marcado por dificuldades.

O Canto Escuro era o lugar onde o menino se escondia (ou estava escondido) do mundo, também era um lugar onde ele podia sonhar e criar suas próprias fantasias. O título expressa que o menino ainda vive dentro do autor, pode ser uma referência ao fato de que o menino era uma pessoa única e especial. O Menino do Canto Escuro foi capaz de ver a beleza no mundo, mesmo nos lugares mais obscuros, e capaz de encontrar esperança, mesmo nos momentos mais difíceis.

Ao utilizar o nome do lugar onde nasceu no título do livro, o autor quis prestar homenagem ao nome do logradouro onde nascera, dando-lhe conotações de santuário, para ele, para família e para posteridade. Revelando o caráter predominantemente sentimental, bairrista e saudosista do autor.

O livro é um testemunho personalíssimo da história do protagonista, sem cortes ou aparas, trazendo para as páginas todas as frestas e gargalos da vida desde o menino pobre daquela época até o homem bem-sucedido de hoje. Página a página, sem demonstrar o ódio abrasivo ou a fresa da vontade de vingança, o autor ritmiza a narrativa, *pari passu*, de forma sincera, nos guia em sua Odisseia.

O livro começa com o autor contando sobre sua infância numa pequena cidade do interior do Nordeste. Ele descreve sua família e os conflitos internos, a bigamia do pai, a intolerância parental por parte de alguns irmãos, a condição de quase sem teto, numa casa insalubre, a dificuldade para alimentação e etc... seus primeiros anos de vida. O livro é cheio de memórias afetivas e também de momentos de tristeza e dificuldade. O autor fala sobre a pobreza, o preconceito e a violência que ele e sua família enfrentaram. Além disso celebra, hoje, as conquistas de uma família e todas suas vitórias, mostrando-se inclusive um cidadão do mundo.

João Batista nasceu em 1949, e o trecho mais marcante da história se passa entre a cidade de Barras e a capital Teresina, no Piauí. A narrativa autobiográfica 'O Menino do Canto Escuro' revela um olhar perspicaz sobre a jornada de vida de João Batista, desde sua infância em uma pequena cidade no interior do Nordeste do Brasil. O autor nos transporta para o cenário do Piauí dos anos 1950 e 1960,70 até os dias atuais, onde ele enfrentou inúmeras dificuldades, mas soube encontrar esperança mesmo nos lugares mais sombrios.

É importante considerar o contexto histórico local, nacional e regional para entender a realidade de João Batista e de milhares de outros "Meninos do Canto Escuro" que viviam naquela região e época.

O Brasil passava por um período de transição nos anos 1950, movendo-se de uma economia agrária-exportadora para uma urbana-industrial. Isso foi devido ao processo de industrialização que começou em 1930 e que criou condições específicas para o aumento do êxodo rural. Em 1940, poucas pessoas da população brasileira viviam em cidades. No entanto, a partir de 1950, o processo de urbanização se intensificou, pois, a industrialização promovida por Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek criou um mercado interno integrado que atraiu milhares de pessoas para o sudeste do país. Enquanto isso, boa parte da população rural do Piauí, que não tinha condições de migrar para o sudeste, região que possuía a maior infraestrutura e, conseqüentemente, concentrava o maior número de indústrias, migrava das cidades do interior para a capital piauiense, Teresina, em busca de melhores condições de vida e escolaridade e foi isso que aconteceu com nosso protagonista que em chegando à capital, deparou-se em ter que trabalhar em "Cantos" de caminhões, ambulante, empregado do comércio com e sem vínculo empregatício.

Enquanto João Batista tinha 21 anos e apenas lia e escrevia, os anos 1960, no Piauí, em especial em Teresina, foram marcados pela ascensão da geração CLIP, que significa "Círculo Literário Piauiense". Este grupo foi oficialmente fundado em 2 de abril de 1967, mas houve um período de preparação antes disso. O movimento começou com a associação dos escritores Herculano Moraes e Hardi Filho em meados de 1964. Eles eram jovens escritores e poetas que queriam divulgar seus livros.

Neste contexto, podemos afirmar que existiam dois "Piauí": o engajado econômica e culturalmente e o Piauí do obscurantismo. Nosso personagem desejoso a todo custo sair da obscuridade, fato que só aconteceu de forma efetiva em 1977, quando conseguiu seu primeiro trabalho na Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), conquistando a estabilidade econômica, uma vida digna para si e sua família e posteriormente com seu ingresso efetivo como advogado na ordem.

O autor, durante todo o percurso do livro, mostra uma memória espetacular, apontando com precisão datas, lugares, nomes, paisagens, sequências de acontecimentos e sensações sentidas desde tenra idade. É impressionante que o autor ainda preserve na memória alguns termos ou terminologias que já caíram em desuso, a exemplo de "franzino", para indicar indivíduo magro, além de outros termos e vocábulos do passado. Fato interessante que ainda nos anos de 1960, a figura do tropeiro ainda era viva e o próprio João Batista, fora tropeiro a transportar as bananas para "As Barras", na companhia do padrinho.

Uma extraordinária ferramenta de registro histórico, pois o mesmo narra toda a jornada da profissão rural, tornando-se um referencial para aqueles que se dedicam à nobre missão de contar histórias.

Na obra "Os Sertões", Euclides da Cunha afirma: "o nordestino antes de tudo é um forte". E podemos afirmar que João Batista é um desses nordestinos.

"Sou nordestino!

Sou do sertão, terra quente,

Que é bem difícil chover.

Nasci de um povo valente,

acostumado a sofrer.

Sou nordestino, oxente,

E tenho orgulho de ser.

Autor: Guibson Medeiros"

Sobre a obra "O Menino do Canto Escuro", diz o renomado Advogado e Historiador Piauiense, Imortal Reginaldo Miranda:

"Ler a presente autobiografia é viajar no tempo e no espaço, conduzido pela escrita do seu autor".

A literatura brasileira conta com muitas obras deste gênero, importantíssimas, seja ficção ou realidade. Cito Fernando Sabino e José Lins do Rêgo como exemplo nesse contexto.

Temos em "O Menino do Canto Escuro" uma obra que ultrapassa o simples relato de uma vida, representando um verdadeiro mergulho nas memórias do autor, Dr. João Batista do Rêgo. Ao longo das páginas, somos transportados para o interior do Piauí, para a pequena Barras, das décadas de 1950 e 1960, onde o cenário rico em detalhes nos permite vivenciar a infância e a juventude de um menino que enfrentou inúmeras dificuldades, mas soube encontrar luz mesmo nos lugares mais sombrios.

Essa autobiografia é um testemunho honesto e genuíno de uma vida repleta de desafios e superações. O autor não poupa detalhes ao retratar sua jornada, compartilhando tanto as alegrias quanto as dores que moldaram sua trajetória. A pobreza, o preconceito e a violência são abordados de forma corajosa, permitindo ao leitor vislumbrar a complexidade das experiências vividas.

Em meio aos desafios e oportunidades que a vida nos oferece, é essencial lembrar que todos nós somos protagonistas de nossa própria jornada. A trajetória de João Batista nos ensina que cada passo dado, cada escolha feita e cada sonho acalentado são peças fundamentais na construção do nosso destino. Sua obstinação pelo conhecimento.

Portanto, expresso minha admiração e gratidão a João Batista do Rêgo por compartilhar sua história com tanto vigor e profundidade. Sua obra é um verdadeiro legado, que nos inspira a enfrentar desafios e a valorizar cada passo dado em nossa própria jornada. Sua coragem em escrever sobre suas origens e suas lutas inspira a todos que buscam entender o verdadeiro significado da resiliência e da superação, para "As Barras do Marataúã" mais um filho desponta no cenário cultural do Piauí.

Frederico A. Rebelo Torres – Escritor

Academia Miguel-alvense de Letras - AML

Academia de Letras do Vale do Longá - ALVAL

Confraria Camões ALB, AMLH, AHMOC e SOIPO

## DO ENTRUDO OU CARNAVAL

### JORGE OLIMPIO BENTO

No nordeste transmontano, na minha infância, usava-se mais o termo ‘entrudo’ do que ‘carnaval’, embora ambos fossem correntes. O ‘entrudo’ (ou ‘entruido’ nalguns locais), oriundo do vocábulo latino ‘introitum’ (entrada), evoca um milenar folguedo galaico-português, realizado nos três dias que precedem o início da quaresma, uma continuação dos festejos solsticiais por volta do dia de Santo Estêvão. Conforme ao dito popular “no entrudo passa tudo”, era uma quadra aberta a excessos transgressores do comedimento habitual durante o resto do ano, porém recorrendo a disfarces, do que são exemplo as diversas figuras do careto. O termo entrou na gíria, sendo aplicado para designar um indivíduo desfigurado: “aquele sujeito tem cara de entrudo” ou “vem ali o entrudo” ou ainda “quem será aquele entrudo?”

Na altura consumia-se muita carne de porco. Talvez enraíze aqui o ‘carnaval’, originário da expressão latina ‘carne levare’ (levar ou retirar a carne); não sem razão, porque a partir de terça-feira e durante o período quaresmal a carne saía da frente dos olhos e só podia ser comida mediante o pagamento de bula ao pároco local. Diga-se que a bula perfaz a maior invenção financeira da história. Criada em meados da Idade Média, ela permitiu à Igreja Católica sustentar o fausto das suas obras e costumes.

Mas... regressemos ao entrudo. Lembro-me bem dele, lá em Bragada. Enquanto o Natal e a Páscoa celebravam o sagrado, o entrudo chocalheiro exaltava o profano. Começava depois do almoço e estendia-se para além do sol posto. Vestíamos-nos com máscaras e roupas estranhas para dificultar a identificação. Saíamos para a rua zoando chocalhos e fazendo travessuras a quem encontrávamos, tais como enfarruscar a cara com farinha e carvão. Após a vinda do crepúsculo e pela calada da noite, atirávamos para dentro das casas panelas de barro cheias de água, de cinza, lixo e dejetos malcheirosos. Uns mais, outros menos, todos participavam na folia. Constituíam uma catarse coletiva ou tentativa de compensação e sublimação do trabalho em demasia e da falta de festa. Os humildes e simples contentavam-se em brincar ao carnaval; ninguém se ofendia e levava a mal.



## "NOVO ENSINO MÉDIO: AVANÇOS OU RETROCESSOS?"

RENATA BARCELLOS

O que é o Novo Ensino Médio?

A Lei nº 13.415/2017 (de 16 de fevereiro de 2017) alterou a de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e estabeleceu uma mudança na estrutura do Ensino Médio. Esta proposta é composta da Formação Geral Básica, organizada a partir da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e dos Itinerários Formativos. Esses consistem em diferentes possibilidades de escolhas dos estudantes com foco nas áreas de conhecimento e na formação técnica e profissional. Avanços ou retrocessos?

O Novo Ensino Médio surgiu após a percepção de uma estagnação dos índices de desempenho dos estudantes brasileiros. Além disso, entre as etapas da Educação Básica, o Ensino Médio apresentava as maiores taxas de abandono, reprovação e distorção idade-série (atraso escolar de dois anos ou mais). "Uma tentativa de reverter esse quadro caótico?". O modelo implementado a partir de 2022 está revertendo esse cenário?

A mudança em vigor desde 2022 aumentou a carga horária total dos três anos: de 2400 horas para 3 mil horas. Dessas 3 mil horas, 1800 horas serão destinadas para as disciplinas obrigatórias da base Nacional Comum Curricular e 1200 horas para os itinerários formativos (flexíveis e ficarão reservados para a Formação Técnica e Profissional). São cinco que a escola pode ofertar – entre eles, o de formação técnica e profissional – e os alunos escolherão qual cursar de acordo com as áreas de seu interesse e projetos de vida e de carreira. Cada escola deverá oferecer pelo menos uma opção complementar a formação dos alunos. São elas: Linguagens e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias, Ciências Humanas e sociais aplicadas e Formação técnica e profissional.

Dessa forma, a mudança adotada desde 2022 tem como objetivo não só o aprofundamento de habilidades e competências da Formação Geral Básica, como também a consolidação da formação do estudante de acordo com seus diferentes projetos de vida. Isso a fim de garantir a oferta de educação de qualidade a todos os jovens brasileiros e de aproximar as escolas à realidade dos estudantes ao considerar as novas demandas e complexidades do mundo do trabalho e da vida em sociedade. Isso está ocorrendo?

A pergunta é a seguinte: esta proposta desde 2022 está desenvolvendo "diferentes habilidades" e "agregando mais conhecimento" do que o modelo encerrado em dezembro de 2023? Será este ano de 2024 a primeira saída do Ensino Médio. Alunos do terceiro ano farão exames externos: Enem, vestibulares isolados e de concurso público. Estarão os estudantes preparados para um bom desempenho nesses processos avaliativos? Disciplinas foram reduzidas, tiradas para outras serem propostas (dentro da "realidade" dos estudantes, a partir das novas demandas e complexidades do mundo do trabalho). Ao verificar a grade de horário, alunos estão assustados com determinados nomes de disciplinas, por exemplo: "O que há por aí", "O que rola por aí". "Ação!" e "Relicário de heranças". Quais serão os conteúdos a serem trabalhados? Informações da SEEDUC RJ em: <https://novoensinomedio.educacao.rj.gov.br>

Números							
Nº de Turmas:	76	Nº de Salas:	24	Total de Alunos:	1252	Total de Servidores:	113
Início / Término	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado	
12:45 as 13:35	EDUCAÇÃO FÍSICA	PROJETO DE VIDA	LÍNGUA PORTUGUESA/LITERATURA	DE OLHO NA REDE DIGITAL!	MATEMÁTICA		
13:35 as 14:25	EDUCAÇÃO FÍSICA	PROJETO DE VIDA	LÍNGUA PORTUGUESA/LITERATURA	DE OLHO NA REDE DIGITAL!	MATEMÁTICA		
14:25 as 15:15	SOCIOLOGIA	DE OLHO NA REDE DIGITAL!	LÍNGUA PORTUGUESA/LITERATURA	LÍNGUA INGLESA	AÇÃO! ESTÁ EM SUAS MÃOS!		
15:15 as 16:05	SOCIOLOGIA	DE OLHO NA REDE DIGITAL!	ELETIVA 1	LÍNGUA INGLESA	AÇÃO! ESTÁ EM SUAS MÃOS!		
16:20 as 17:10	AÇÃO! ESTÁ EM SUAS MÃOS!	O QUE ROLA POR AÍ ?	ELETIVA 2	O QUE ROLA POR AÍ ?	ELETIVA 2		
17:10 as 18:00	AÇÃO! ESTÁ EM SUAS MÃOS!	O QUE ROLA POR AÍ ?	ELETIVA 3	O QUE ROLA POR AÍ ?	MATEMÁTICA		

Informação original do texto da profa. Barcellos.

Até 2023, o Ensino Médio era composto por 12 disciplinas, as quais os estudantes cursavam ao longo dos três anos, independentemente de seus interesses e necessidades de aprofundamento. Muitas vezes, o modelo do currículo acabava por promover baixo engajamento, aprendizagem e altos níveis de evasão escolar na etapa. E a porcentagem de jovens brasileiros de 19 anos que concluíram o Ensino Médio em 2020, por exemplo, foi de apenas 69,4%, de acordo com o Todos pela Educação. Pergunto: este novo modelo implantado desde 2022 já alterou esse quadro? Professor, seus alunos do Novo Ensino Médio estão motivados, participativos, assíduos...? Abaixo o relato de alguns professores do 1 e 2 anos:

Helton Timoteo da Silva - Língua Portuguesa e Literatura: “Pouca motivação. Evasão nem tanto. Meu colégio faz um trabalho eficiente de busca ativa. Mas não acredito que esses dois fatores sejam consequências diretas do Novo Ensino Médio. De qualquer modo, a redução da carga horária de matérias básicas, como Português e Matemática, no 2o. Ano, por exemplo, me parece prejudicial”.

Martha Francescutti – Geografia: “o ano passado já tivemos que dar o conteúdo do 3o e 2o ano em 1 ano, porque o 2o ano hoje não terá Geografia no 3o ano. Foi muito ruim. Muito corrido. Imagina! Se antes já era corrido, imagina agora. A estratégia que eu sugiro para enfrentar esse descalabro enquanto ele permanecer é que os professores ignorem esses títulos (nomes das disciplinas) e deem os conteúdos de suas disciplinas. Mas esse é uma face do problema que explica o baixo desempenho dos alunos. A causa principal é um conjunto de fatores:

- 1- professores desmotivados por salários baixíssimos. O professor hoje não é mais classe média!
- 2- alunos que não são cobrados pelos professores, diretores, pais, política de aprovação automática etc.
- 3- ideias pseudomodernas de educação que desvaloriza o conhecimento, o conteúdo. A forma sem conteúdo é vazia!!! O que vemos é alunos que estão no ensino médio com buracos enormes de conteúdo, comprometendo as habilidades e competências de raciocínio e expressão absurdas. Alunos quase analfabetos. Quando o aluno não usa mais a escrita manual certamente estará imobilizado uma parte do cérebro que faz isso. Podemos fazer uma comparação entre o corpo e o computador onde a mão é um mouse. Além disso, ele não fará os movimentos de musculação é coordenação fina de precisão. Ele é cada vez mais um espectador ao invés de produtor o que os leva a cada vez mais a alienação e letargia. Não há mais desafios a superar. Basta apertar botões. Já vimos esse filme, né?”

A partir desses depoimentos, ratificamos o retrocesso neste novo modelo. Dessa forma, como melhorar os índices se com a implementação do Novo Ensino Médio não serão oferecidas as disciplinas de História, Geografia, Biologia, Química e Física no terceiro ano? Se nos três anos já não se conseguia trabalhar todos os conteúdos dessas disciplinas, agora, como está sendo ministrados? Uma boa redação Enem requer conhecimento das diversas áreas do conhecimento. Como ter bons argumentos sem a oferta devida?

Um dos comprometimentos desta nova proposta é o desenvolvimento das habilidades de escrita e de leitura. Segundo a pesquisa Retratos da Leitura do Brasil, os dados estatísticos sobre prática de incentivo à leitura são estonteantes. A pesquisa revela que houve uma queda de cerca de 4,6 milhões de leitores, entre 2015 e 2019. No Brasil, existem cerca de 100 milhões de leitores, que compõem 52% da população. Esses leitores são, em números absolutos, não estudantes (61,2 milhões), da classe C, D e E (70 milhões) e de renda familiar entre um e cinco salários mínimos (76,3 milhões). A falta de tempo (47%) é o principal fator indicado pelos leitores pela não-leitura. Entre os não-leitores, as principais causas são a falta de tempo (34%) e o fato de não gostarem de ler (28%). Houve queda de leitores (de 8 pontos percentuais) nas faixas etárias 14 a 17 anos e de 18 a 24 anos. Justamente a idade na qual deveria estar havendo o incentivo à leitura ao longo da Educação Básica. E nessa faixa etária o aluno se tornar um leitor. Ao menos ler um livro por bimestre. A pesquisa mostra também que o tempo livre tem sido destinado para assistir à televisão, aos filmes ou aos vídeos em casa, escutar música ou rádio, usar a Internet, WhatsApp e redes sociais. Como reverter esse quadro e estimular a leitura na Educação Básica?

Mesmo com o ensino de Língua Portuguesa e Matemática ser obrigatório nos três anos do Ensino Médio, a carga horária foi reduzida. No caso da língua materna, como ministrar aulas de gramática, literaturas, interpretação, compreensão e produção textual haja vista a realidade: chegam muitas vezes, ao Ensino Médio, analfabetos funcionais? Além dessas disciplinas, há a obrigatoriedade de estudos e práticas de Educação Física, Arte, Sociologia e Filosofia (Art. 35-A, § 2º). Também importantes para a formação do cidadão crítico.

A partir deste ano de 2024, é possível o Novo Ensino Médio ser repensado. Tramita no Congresso um projeto para fazer correções no formato da proposta implementada em 2022. Mas, se for revogado... a esperança de avanços na educação... Devido a isso, no dia 12 de setembro, o [Decreto Lei 11.697/23](#) foi publicado, convocando de maneira extraordinária a Conferência Nacional de Educação (Conae), edição 2024. Sendo assim, a Conferência Nacional de Educação (realizada entre os dias 28 a 30 de janeiro de 2024, em Brasília – DF - cujo tema central da conferência é "Plano Nacional de Educação 2024-2034: política de Estado para garantir a educação como um direito humano com justiça social e desenvolvimento socioambiental sustentável") deve ter recomendado ao Ministério da Educação o fim do Novo Ensino Médio.

Foram mais de 2 mil delegados participando, dentre eles: estudantes, trabalhadores, conselheiros, dirigentes educacionais, pais e responsáveis por alunos em um processo que veio de baixo para cima (Conferências Municipais e Estaduais) para culminar na aprovação dos sete eixos (metas) do PNE de 2024 a 2034:

Eixo 1 – O PNE como articulador do Sistema Nacional de Educação (SNE); Eixo 2 – A garantia do direito de todas as pessoas à educação de qualidade social; Eixo 3 – Educação, Direitos Humanos, Inclusão e Diversidade; Eixo 4 – Gestão Democrática e educação de qualidade; Eixo 5 – Valorização de profissionais da educação; Eixo 6 – Financiamento público da educação pública; Eixo 7 – Educação comprometida com a justiça social, a proteção da biodiversidade, o desenvolvimento socioambiental sustentável.

Será que a partir da Conferência Nacional de Educação e desses eixos definidos haverá algum avanço na educação de fato? É preciso estar em sala de aula para pensar e sugerir propostas. Refletir sobre a educação sem vivenciar o cotidiano de uma instituição pública ou privada é algo inadmissível, hipocrisia. Teoria e prática devem caminhar juntas. Urge vivenciar a docência para teorizar sobre a educação. Abaixo às teorias e às propostas educacionais sem vínculo com a sala de aula. “Só com pés no chão haverá boa educação!!!” Lutemos por avanços, abaixo os retrocessos!!!

## NA REVOLTA DE BECKMAN, HÁ EXATOS 340 ANOS, A PRESENÇA DO MEARIM

### WASHINGTON LUIZ MACIEL CANTANHÊDE

A rebelião conhecida como Revolta de Beckman (ou Bequimão), no Maranhão do final do século XVII, está intimamente ligada à região ribeirinha em que hoje se situa a cidade de Vitória do Mearim.



A pequenina cidade de São Luís do Maranhão, em desassossego pela pobreza crescente de seus moradores, negligenciados pela Coroa Portuguesa, amanheceu em polvorosa num dia como o de hoje, 24 de fevereiro, há exatos 340 anos.

Tarde da noite, no dia anterior, deflagrara-se o movimento que culminaria com a prisão do capitão-mor do Maranhão, a expulsão dos jesuítas e a instalação de uma junta governativa, composta por elementos representativos do clero, da nobreza e do povo, na qual figurava como principal o senhor de engenho e ex-vereador Manoel Beckman.

#### 1. Antecedentes da rebelião

No século XVII, muitos bens comercializados em São Luís pelos colonos eram obtidos nas matas da capitania do Maranhão. Portanto, a força de trabalho preferencial para angariá-los ou produzi-los era a dos indígenas, já acostumados a esse ambiente e a essas atividades, mão de obra de mais fácil obtenção pelos portugueses. Entretanto, os padres jesuítas, que vinham catequizá-los, opuseram-se a essa escravização do silvícola e o Rei de Portugal criou, em 1682, a Companhia de Comércio do Maranhão e Gão-Pará, cujos principais objetivos eram: introduzir na capitania, em 12 anos, 10 mil africanos escravizados, importar gêneros para a Colônia e incrementar a exploração comercial.

Com o tempo, os maranhenses viram-se enganados e prejudicados: a Companhia cumpria mal as suas obrigações, vendia suas mercadorias, de baixa qualidade, a preços altíssimos e em pequenas quantidades, além de sinalizar que não cumpriria a meta de introdução da escravaria negra. O descontentamento crescia. Fatos anteriores à instalação da Companhia contribuíram para isso, a exemplo da transferência da capital do Estado, de São Luís para Belém do Pará, em 1673, e uma lei de 1680 que proibia definitivamente a escravidão indígena, confiando sua jurisdição espiritual e temporal aos jesuítas.

No início do ano de 1684, em São Luís, pobres não tinham o que comer, ricos estavam empobrecidos e todos maldiziam o governo.

#### 2. Um rápido perfil de Manoel Beckman

Era Bequimão, como geralmente o chamavam, homem notável por seu trabalho profícuo e suas boas relações com a nobreza da terra.

Nascido em Lisboa por volta de 1630, filho de mãe portuguesa e pai alemão, jovem ainda chegara ao Maranhão e, assim como seu irmão Tomás, se casou com uma filha de João Pereira de Cáceres. Eram dois irmãos casados com duas irmãs, herdeiras daquele rico, famoso e respeitado ex-capitão-mor de Gurupá, ex-membro do Senado da Câmara de São Luís e dono de engenho no Mearim.

Casados, os irmãos passaram a dirigir o engenho da família, denominado de Vera Cruz, o primeiro do Mearim e um dos mais prósperos da época.

Em 1667, Bequimão foi escolhido vereador em São Luís, tomando posse em 1668, destacando-se como opositor aos desmandos do governo local.

Em 1670, tendo sido encontrado nas matas do seu engenho o cadáver do lavrador Manoel Correa, que ali vivia, acharam os maiores da terra o pretexto para levar Bequimão e o irmão à cadeia, como responsáveis pelo assassinato. Acusação infundada. Em meados de 1672, foram soltos.

Em 1677, Bequimão, novamente vereador, foi, por oposição à política reinante na Capitania, mais uma vez preso, levado para a Fortaleza de Gurupá. Em 1680, por determinação do rei de Portugal, D. Pedro II, que atendeu a uma representação sua, foi posto em liberdade.

Preso ainda, vira-se ele às voltas com acusações junto ao Santo Ofício da Inquisição, tribunal eclesiástico que julgava as heresias, uma vez que fora denunciado, entre outros, por Vital Maciel Parente, também senhor de engenho no Mearim, como praticante de rituais profanos na sede de sua fazenda, atentatórios à Igreja Católica, sendo ele considerado, inclusive, e assim a sua família e a de sua esposa, como de origem judaica (cristãos novos), o que documentos históricos atestam. Tais acusações, entretanto, não prosperaram, talvez porque a Inquisição de Portugal esteve interdita por ordem de Roma entre 1674 e 1681.

### 3. A revolta urdida no Mearim e seu ponto final

Em 1684, Bequimão, revoltado com as injustiças que sofrera, liderou o grupo dos descontentes com a exploração que o Maranhão vinha sofrendo. Com fortuna, prestígio, regular instrução e o dom da oratória, seria o chefe natural do levante contra o Estanco, como era chamado o monopólio do comércio na Colônia.

Funcionário da Coroa Portuguesa na Capitania do Maranhão, contemporâneo e adversário de Bequimão, Francisco Teixeira de Moraes afirmou em sua "Relação Histórica e Política dos Tumultos que Sucederam na Cidade de São Luís do Maranhão", extensa obra escrita em 1692, publicada em 1877, que os planos da revolta germinaram no engenho do Mearim:

"Formou a primeira junta no districto do Rio Meary, onde inda possuía algumas relíquias da sua antiga propriedade, convocadas não muitas pessoas com differente pretexto e fictício, manifestando sobre mesa o verdadeiro em uma accomodada prática, a qual se fundava para persuadir em semelhantes razões as que já nos passados capítulos escrevemos, concluindo: 'que elle e os mais todos viviam sem liberdade, sendo por natureza livres e por qualidade nobres; que o remédio de recuperá-la não havia outro que o de enviarem ao seu príncipe um procurador com uma copiosa informação do que padeciam, e das causas d'onde este tão grande damno se originava; ao que era infallível seguir-se da real benignidade bom despacho; mas que este único meio um só obstáculo continha na contradicção do governador, e para o declinar se devia, se fosse necessário, não lhe obedecer'. Este era o alvo a que todos os seus tiros se acestavam, este o ponto e polo fixo, a que guiava o todo o mareamento e fábrica da sua machinação, com a offerta de liberdade, desbaratar o real domínio, para logo também a ela perverter (...)"

Revisitando a narrativa de Teixeira de Moraes, o grande historiador João Francisco Lisboa diz que, tramada a revolta no engenho de Bequimão, ele e os outros rebeldes expediram aviso aos que ficaram em São Luís em cartas misteriosas introduzidas nos queijos fabricados naquela fazenda. Entretanto, o mesmo João Lisboa, autor que escreveu sobre o fato cerca de 150 anos depois, nega verossimilhança ao conciliábulo do Mearim, por considerar que o local seria distante e ermo.

Ousa-se afirmar, todavia: o maior historiador maranhense, um dos fundadores da história colonial brasileira, errou.

Com efeito, seria natural que daquela forma acontecesse o princípio do levante, visto que a grande maioria dos habitantes da Capitania se encontrava fixada no seu interior, deslocando-se para São Luís apenas por ocasião dos festejos religiosos. Além disso, era necessário conjurar longe das autoridades, que ficavam na cidade.

Ademais, documento do Arquivo Histórico Ultramarino, compulsado há não muito por mim, atesta o fato, como, oportunamente, será demonstrado.

Por motivos que excederam a heroicidade de Bequimão, a revolta fracassou e ele foi executado no dia 10 de novembro de 1685, após prisão comandada pela perfídia de Lázaro de Melo, seu pupilo, um dos membros da chamada nobreza da terra, o Maranhão.

Deixemos, contudo, a abordagem desse assunto (a traição se consumou em terras do Engenho Vera Cruz) para outro texto, talvez no próximo ano, quando dos 340 anos do fato.

#### 4. A localização do engenho de Bequimão

Em 1985, no tricentenário da morte de Bequimão, o Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão propôs ao Governo do Estado a criação do Parque Estadual de Bequimão, em Santa Cruz, então povoado ribeirinho do Município de Vitória do Mearim (hoje, de Conceição do Lago Açu), onde Olavo Correia Lima, professor de Antropologia na Universidade Federal do Maranhão e sócio da primeira entidade citada, declarou ter comprovado, "com visitas aos locais incertos", ser o ponto exato do engenho de Bequimão. Louvou-se ele no fato de ter encontrado nos arredores do povoado restos de cerâmica e outros vestígios de ocupação humana, muito acima da cidade de Vitória do Mearim (Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, nº 9, outubro de 1985), pertencentes, contudo, a antiga presença indígena, ou portuguesa do século XVIII, como seria demonstrado pelas fontes históricas que se abririam para consulta décadas depois.

João Francisco Batalha, autor de livros sobre Arari, sua terra natal, vem declarando em alguns desses trabalhos, mas sem indicar documentos sobre os quais possa assentar sua afirmação, que o engenho teria sido em Sítio Velho, antigo povoado do baixo curso do Mearim e que foi a primeira sede da Freguesia de Nossa Senhora de Nazaré por algumas décadas, paróquia criada em 1723 e há quase 250 anos sediada em Vitória do Mearim.

Registrei a primeira hipótese em meu livro "Vitória do Mearim dos Primórdios à Emancipação", de 1998, mas também deixei ali registrado que o grande pesquisador César Marques, em seu Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão (1870), no verbete Mearim (rio), percorrendo sobre a Vila da Vitória, que visitou na década de 1860, como na mesma obra declarou, disse:

"No largo da matriz atual existem alicerces de uma grande casa que indica ter sido de alguma fazenda, e um cano de tijolo, abobadado, que vai ter ao rio, como um canal por onde atravessasse a água do rio para alguma represa.

Achamos a tradição entre pessoas muito velhas, já recebida de seus maiores, que aí houve a fazenda Santa Cruz do infeliz Bequimão."

Ademais, igualmente, registrei naquele meu livro que "ainda é bastante viva a narrativa oral, existente na cidade de Vitória do Mearim, de que foi nos seus arredores, mais precisamente no lugar chamado Quem Diria, que se deu a prisão de Bequimão por Lázaro de Melo e seus sequazes. Há mesmo quem afirme que esse topônimo originou-se da exclamação proferida pelo líder rebelde ao ver seu pupilo consumando a traição ('Quem diria!', teria sido a expressão)." O lugar é, hoje, a extremidade do bairro Tapuitapera.

Posso sustentar com provas documentais que o Engenho Vera Cruz do Mearim não ficava onde foi, por alguns anos, chamado de Sítio Velho (nome que se devia a ter sido ali o primeiro sítio da Paróquia, como registrou Pereira do Lago em seu Itinerário da Província do Maranhão, de 1820) e hoje chamado, e isso há muito tempo, simplesmente de Sítio, como aliás o fora no passado longínquo, atualmente um lugar desabitado à margem do Mearim, muito abaixo das cidades de Vitória e Arari, mais perto da foz do rio.

Assim como também não ficava no ribeirão Santa Cruz, muito acima da cidade de Vitória, pelo Rio Mearim (chega-se ao povoado, viajando em embarcação motorizada comum, após muitas horas).

A documentação histórica disponível sobre o assunto e que já explorei (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo Histórico Ultramarino e Biblioteca de Nossa Senhora da Ajuda, em Portugal; e outros arquivos europeus), mostra, sobre a residência de Manoel Beckman no Mearim, que ele:

1º) não tinha residência no lugar chamado Sítio, pois ali compareceu em 1679 como testemunha da abertura de um testamento que então se procedia, sendo a localidade declarada como propriedade de terceiro;

2º) também não poderia ter residência na região onde se localiza o povoado Santra Cruz, pois, acima do lugar Arraial, então já assim denominado (e que fica de uma a duas horas, viajando-se em embarcação motorizada, acima da cidade de Vitória), tudo somente passou a ser explorado e habitado pelos portugueses após a ordem régia para a "descoberta" do Rio Mearim, de 1750, haja vista a forte resistência indígena à penetração portuguesa daquela parte das margens do Mearim até então (seguindo-se, por isso, a missão de catequese jesuíta dos índios Gamela, iniciada em 1751, e as incursões exploratórias dos remanescentes da bandeira de Jacinto de Sampaio Soares); e

3º) residia, entretanto, acima do Engenho Nossa Senhora da Conceição, de Vital Maciel Parente, que se comprova, por documentos da época, ter sido no lugar que passou a ser chamado de Engenho Grande, povoado existente até hoje com esse nome, pouco abaixo da cidade de Vitória do Mearim.

Então, em homenagem à memória oral vitoriense e a César Marques, que a encontrou viva na Vila do Mearim na década de 1860, como ainda hoje persiste, quedem-se todas as conjecturas e especulações ante as provas documentais: o Engenho Vera Cruz localizava-se mesmo onde depois surgiu, e ainda hoje está, a nossa cidade de Vitória do Mearim.

Em publicação(ões) oportuna(s), poderei transcrever e indicar tais fontes primárias.

De fato, como dito no início, nossa região sediou a gênese do importante movimento que inaugurou a resistência a Portugal no Brasil, e nela o líder de tal levante viu consumir-se o seu destino de homem rebelde que nascera para a força, deixando, apesar disso, seu nome inscrito na história pátria, como bem destacou o ilustre historiador e jurista Milson Coutinho, de saudosa memória (A Revolta de Bequimão, 1984):

"Na luta pela liberdade no continente americano, Manoel Beckman se antecipou a Thomas Jefferson, Tiradentes e Símon Bolívar".

## REVOLTA DE MANOEL BECKMAN COMPLETA 340 ANOS NESTE SÁBADO

### MANOEL SANTOS



Milson Coutinho afirma que Manoel Beckman se antecipou a Jefferson, Bolívar e Tiradentes

A Revolta de Beckman, insurreição popular que aconteceu no Maranhão, entre 1684 e 1685, motivada pela insatisfação da população com a administração colonial, completa 340 anos neste sábado (24).

Cabe frisar que diversos intelectuais abordaram em suas obras este importante episódio da História do Maranhão, entre os quais a poetisa Stella Leonardos, os escritores João Francisco Lisboa, Sabbas da Costa, Clodoaldo Freitas, Bernardo Coelho de Almeida e Milson Coutinho.

Sobre o tema, o poeta, jornalista e prosador Bernardo Coelho de Almeida escreveu o romance “O Bequimão”. Trata-se de um livro histórico que conta a saga de Manoel Beckman (1630-1685), líder da Revolta de Beckman e patrono da Assembleia Legislativa do Maranhão.

É importante lembrar que, além de brilhante jornalista, Bernardo Almeida tornou-se grande escritor. E chamou para si a difícil tarefa de escrever um livro sobre este ilustre desconhecido: Manoel Beckman.

De igual modo, é importante lembrar também que o historiador e jornalista Milson Coutinho consagrou sua vida ao estudo de nomes luminares como o de Manoel Beckman e lançou, no ano de 1984, “A Revolta de Bequimão” em homenagem ao herói denominado por ele como o primeiro mártir da independência do Brasil.

Por meio de um acurado trabalho de pesquisa, cuja edição original de 1984 coincidiu com o tricentenário da rebelião, deflagrada em São Luís no dia 24 de fevereiro de 1684, esta obra reconstrói todo o contexto histórico em que se deu o movimento liderado por Manoel Beckman.

“Na luta pela liberdade no continente americano, Manoel Beckman se antecipou a Jefferson, Tiradentes e Bolívar”, enaltece o autor, sem nenhum receio de revelar sua admiração pelo grande líder.

Em seu livro, Milson Coutinho conta que, na São Luís daquela época, “as desordens, as lutas e os escândalos em que viveu a terra desde que se expulsaram os franceses, foram tomando um caráter de violência crescente”. E é neste ambiente de agitação que estoura a notícia de que fora concedido a uma empresa de Lisboa, por 20 anos, o privilégio exclusivo do comércio no Maranhão.

Considerado mártir da luta dos maranhenses contra a exploração portuguesa, Beckman liderou a Revolta de Bequimão, também chamada de Revolta do Estanco, que aconteceu exatamente em 24 de fevereiro de 1684, dia da procissão do Senhor dos Passos, cuja imagem se trasladaria da Igreja do Carmo para o templo da Misericórdia.

Era a Semana Santa, no calendário litúrgico do Maranhão, um dos motivos do deslocamento de muitas famílias residentes no interior para suas casas em São Luís. Aproveitando a procissão, reuniu-se o povo num dos extremos da cidade, na chamada Cerca dos Capuchos, e foi ali que Manoel Beckman, com um discurso, sublevou a multidão. Era de noite, já tarde. A massa humana se deslocou para o interior da cidade, e foi despertando o resto da população, a gritar, a bater nas portas.

A onda humana cresceu, espalhou-se, tendo à frente Manoel Beckman, e dominou forças armadas, religiosos, autoridades. Diz-nos o padre Bettendorff, no relato do motim, que até os meninos das escolas engrossaram a turba, trazidos pelos pais. Foi nessa circunstância em que ocorreu o levante e a deposição do governador geral Francisco de Sá Menezes e do capitão-mor Baltasar de Sousa Fernandes.

Manoel Beckman criou um governo provisório. Enviou seu irmão Tomás a Portugal para negociar, em nome dos revoltosos, com as autoridades. Preso em Lisboa, Tomás voltou ao Brasil em 1685, na mesma frota que trouxe o novo governador, General Gomes Freire de Andrade. Com a chegada do novo governante, os revoltosos foram presos.

A captura do líder da revolução, por ordem expressa de Gomes Freire de Andrade, tornou-se possível graças à delação de Lázaro de Melo de Freitas, afilhado de Bequimão, seu protegido e pessoa influente no governo rebelde. Tomás foi condenado ao desterro e Manoel Beckman, condenado à forca.

Deu-se o fato na manhã de 10 de novembro de 1685. Bequimão morreu enforcado, aos 55 anos de idade, na antiga Praia do Armazém, local onde hoje existe a praça que o homenageia na Avenida Beira Mar, em São Luís.

Além de Bequimão subiu à forca Jorge de Sampaio de Carvalho, um de seus principais companheiros de revolta. Francisco Dias Deiró, por ter fugido, foi enforcado em efígie; Belchior Gonçalves, açoitado e proscrito; Eugênio Ribeiro Maranhão e Tomás Beckman, advogado, poeta e irmão do líder da fracassada revolta, foram mandados presos para o Reino.

Ao ser executado em praça pública, Beckman encarou a morte com serenidade. Como verdadeiro cristão, do alto do patíbulo, em voz alta, pediu perdão a quem acaso tivesse ofendido. Em seguida, ele proferiu altivamente a célebre frase:

“Pelo povo do Maranhão, morro contente!”

Leia mais: <https://jornalpequeno.blog.br/manoelsantos/2024/02/23/revolta-de-manoel-beckman-completa-340-anos-neste-sabado/#ixzz8SeqoKLyR>



Imperatriz (MA), Sábado, 24 de fevereiro de 2024

## ELES TORNARAM O BRASIL MELHOR

## MARANHENSES SÃO DESTAQUE EM CONFERÊNCIA NO RIO DE JANEIRO

— Jornalista e administrador Edmilson Sanches foi o conferencista. Palestra era pré-requisito para outorga de título de Doutor Honoris Causa em Administração e Desenvolvimento Humano, concedido para o jornalista e escritor maranhense em noite solene no Clube Monte Líbano, na capital fluminense.

## Alguns maranhenses que fizeram melhor o Brasil:



Gonçalves Dias



Teixeira Mendes



Coelho Neto



Aderson Ferra



Armando Maranhão



Ubirajara Fidalgo



Christina Cruz

com ele, o aumento ou intensificação da forma de se fazer literatura e de se escrever em Língua Portuguesa ao modo português, com a reinterpretação do assunto da mitologia grega e romana e outros assuntos, nenhum deles vinculados ao Brasil... e que iria estudar a partir da obra de Antônio Gonçalves Dias, maranhense de Caxias, que, em 1846, com sua primeira obra, não sem razão intitulada "Primeiro Conto", praticamente implantou os fundamentos no País o "jeito" brasileiro de se escrever em português, com temas que se referiam à terra e sociedade brasileiras.

**"EXPORTAÇÃO DE TALENTOS"** - A partir de Gonçalves Dias, que nasceu em Caxias (MA) em 1823, Edmilson Sanches discorreu sobre diversos outros nomes que, nos anos Oitocentos, saíram da terra natal, o Maranhão, e, como se fosse uma fuga de cérebros ("brain drain"), mudaram-se para outros Estados e regiões do Brasil, sobretudo Rio de Janeiro e São Paulo, onde tornaram-se verdadeiros "gigantes da cidadania", na expressão de Sanches, para quem "o 'brain drain' do Maranhão transformou-se em 'brain gain', ganho de inteligência para o Brasil". A exportação de talentos é parte do processo de migração, que, hoje, totaliza mais de 4 milhões e 600 mil brasileiros vivendo fora do Brasil e mais de 184 milhões de pessoas nascidas nos diversos países do mundo e quando se encontram em sua terra em que nasceram.

**RADEIRA, RELEGIÃO E LER** - Entre os nomes elencados por Edmilson Sanches, resultam o do filósofo e musicista cariense Raimundo Teixeira Mendes, classificado pelo conferencista como um verdadeiro "cérebro" na prestação de serviços que contribuíram para a formação, educação e ampliação da brasilidade ou nacionalidade ou identidade brasileira. Teixeira Mendes é mais conhecido — "quando f", condicioneira Sanches — por ser o autor da atual Bandeira do Brasil, que é a parte mais exposta, diz Sanches, pois o filósofo e musicista também foi o radote de depósito constitucional que separou a Igreja do Estado e declarou a liberdade de crença e culto para os brasileiros (pante, antilógico-cânica era obrigatória constitucionalmente). Teixeira Mendes também foi quem redigiu o texto de lei pioneira, como as que, também pela primeira vez no Brasil, protegiam a mulher trabalhadora, o menor trabalhador, o doente mental e os indígenas (a Fundação Nacional do Índio, antes Serviço de Proteção ao Índio, teria sido criada sob sua inspiração). Teixeira Mendes escreveu sobre tudo isso, tendo ditado mais de quinhentos livros e outras publicações sobre esses e outros assuntos.

**NOBEL, CAPOEIRA, CINEMA** - Outro nome destacado por Edmilson Sanches foi o cariense Henrique Maximiano Coelho Neto, o notável escritor, indicado ao Prêmio Nobel, autor mais lido de sua época, responsável pela dignificação da capoeira no Brasil e, entre tantos méritos de reconhecimento nacional, introdutor do cinema no Brasil, gênero cinematográfico do qual se originaram as novelas e as séries de TV. Coelho Neto era também cineasta, tendo roteirizado e dirigido filme.

**ODONTOLOGIA, ABOLICIONISMO E BIBLIOTECAS** - Outro nome lembrado por Sanches foi o do

odontólogo Aderson Ferra, que era empresário em sua cidade, Caxias, e tinha o sonho de ser dentista. Tornou-se por ele para a França, onde se formou em Arte Dentária e tornou-se o primeiro brasileiro a escrever um livro de Odontologia, publicado na última década do século 19, além de ser um dos introdutórios da anatomia odontológica no País. Além disso, com a vinda natural dos cariocenses, após retornar para o Brasil, tornou-se escritor e jornalista e um dos mais combativos abolicionistas, tendo criado jornais e diversas bibliotecas (denominadas "gabinets de leitura") no estado de Ceará, onde seu corpo está enterrado, na cidade de Itamaracá. Seu livro biográfico foi em Fortaleza, Aderson Ferra é considerado "Glória da Odontologia Nacional".

**TEATRO E CINEASTAS** - O ator, jornalista, antropólogo e professor Armando Maranhão foi outro maranhense de destaque. Considerado a "Pedra Angular do Teatro Maranhense", esse cariense esteve na Europa, onde estudou com "os maiores entre os maiores nomes do cinema mundial", na definição de Sanches, como os cineastas Federico Fellini, Luciano Visconti, Michelangelo Antonioni e Laurence Olivier. Após voltar para o Brasil, intensificou seu trabalho em prol do Teatro na capital, Curitiba, e no interior do estado do Paraná.

**DRAMATURGIA E AGRONOMIA** - Edmilson Sanches trouxe ainda diversos grandes nomes do talento maranhense, que desenvolveram trabalhos pioneiros e de excelência fora do Maranhão (e inauguraram mais brasilidade ao Brasil). Nomes como Ubirajara Fidalgo, considerado o primeiro dramaturgo negro do Brasil, que nasceu do Governo Federal e o "Ano Ubirajara Fidalgo da Cultura", pelo pioneirismo e pela luta em favor da profissionalização do negro no teatro profissional. Foi lembrado também João Christina Cruz, e cariense que, depois de estudar agronomia na Alemanha, França e Inglaterra, entre outros países, desenvolveu projeto pioneiro no Maranhão e, também, como deputado federal e presidente do Conselho, foi o responsável pela criação do projeto que criou o Ministério da Agricultura. Christina Cruz é o presidente de honra da Sociedade Nacional de Agricultura.

**EDUCAÇÃO, ANTHROPOLOGIA, MEDICINA E ETNOLOGIA** - Sanches falou também sobre o professor Tarquínio Silva, maranhense de Viana, que prestou grande serviço à Educação do próprio município paulista de Santos, onde é qualificado como "Mestre dos Mestres". Outros nomes foram Nina Rodrigues, criador da Antropologia Cultural e um dos patronos da Medicina Legal no Brasil, o Nomes Pereira, um intelectual sábio, médico veterinário e antropólogo, biólogo e etnólogo, cujo nome é dado a uma das alas do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, que, além da Língua Portuguesa, dominava o tupi-guaraní, o português, o alemão, o francês, o inglês e o italiano. O escritor Carlos Drummond de Andrade escreveu sobre Nomes Pereira, que era homem despojado e moçoim peludo: "Homem de ciência agudamente provido de sensibilidade e virido humanitário, eis o que é o caboclo maranhense Nomes Pereira". (CONCLUSÃO NA ÚLTIMA PÁGINA.)

Durante os maranhenses de excepcional talento contribuíram de modo positivo e permanente no século 19 para a formação da identidade brasileira.

Essa foi a tema e é o resumo da conferência "O 'BRAIN DRAIN' DO MARANHÃO E A FORMAÇÃO DA BRASILEIRIDADE", feita pelo jornalista, administrador, conselheiro e escritor maranhense Edmilson Sanches, que, com algumas interrupções, esteve por mais de um ano no Sudeste do País, onde participou de eventos e recebeu homenagens pelas atividades profissionais e culturais que desenvolve.

**BRAIN DRAIN** - O "brain drain" (em português, "fuga de cérebros"), em uma de suas definições, é a transferência de recursos na forma de capital humano, ou seja, seres humanos que saem de um lugar e se estabelecem em outro, onde desenvolvem ou exercitam e investem sua conhecimentos, qualificação e experiência.

A conferência foi realizada no Rio de Janeiro (RJ) há menos de 90 dias e transmitida ao vivo pela Internet, pelo canal do Instituto Internacional Cultura em Movimento (IICEM), entidade que organizou o evento. A conferência pública é um dos pré-requisitos do IICEM para a outorga do título de Doutor Honoris Causa, além da prova de títulos, produção acadêmica, técnica e cultural, e prestação de serviços sociocomunitários, análise de banca examinadora e investigação sobre o candidato.

Além da audiência via Internet, participaram ao vivo da conferência os professores doutores Aguilê Rose Nascimento, presidente do IICEM, que já esteve no Maranhão como professora convidada da Universidade Estadual (UEMA), e Jorge Eduardo Magalhães, coordenador editorial do Instituto.

**O "JEITO" BRASILEIRO DE ESCREVER EM PORTUGUÊS** - A exposição de Edmilson Sanches, aplaudida e muito elogiada ao final, fez um "passado" histórico a partir de 1808, com a chegada de Dom João ao Brasil e,

# MARANHENSES SÃO DESTAQUE EM CONFERÊNCIA NO RIO DE JANEIRO (2)

— Jornalista e administrador Edmilson Sanches foi o conferencista. Palestra foi pré-requisito para outorga de título de Doutor Honoris Causa em Administração e Desenvolvimento Humano para o jornalista e escritor maranhense

## Alguns maranhenses que fizeram melhor o Brasil:



Teófilo Silva



Nelson Pereira



Vispasiano Ramos



Eduardo Ribeiro



Rivaldo de Menezes

**TALENTOS DE NORTE A SUL** - Edmilson Sanches, ao final, disse que maranhenses criaram o Brasil do Norte a Sul, impulsionando seus talentos e força de trabalho em prol das tarefas que se acumularam. No Norte, Sanches referiu-se como ao exemplo de Eduardo Ribeiro, o-herói-que viveu 38 anos e foi jornalista, militar e governador da Amazonas duas vezes, tendo sido modelo de administração, a ponto de a capital do estado, Manaus, ficar conhecida como a "Paris dos Trópicos". Em Rondônia, Sanches lembrou o exemplo do ex-senador Vispasiano Ramos, escritor de grande talento que foi o precursor da Literatura naquele estado e em território, onde seu corpo foi sepultado. No Pará, Sanches lembrou que a progressista cidade de Marabá foi fundada por um carismático, Carlos Gomes Leitão, e o nome do município deve-se ao empresário Francisco Coelho, natural de Baura do Cardeal (MA), que tinha gosto pela poesia de Gonçalves Dias, que deu o título de "Marabá" a um de seus poemas, título que se tornou nome do estabelecimento comercial de Coelho, nas proximidades dos rios Tocantins e Tocantim, hoje centro histórico de Marabá. Segundo Edmilson Sanches, "são de gerar filhos para o Brasil, Como um filho que existe no momento de grandes cidades do País".

**DEMOGRAFIA, ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, CARDIOLOGIA, LEI** - No Sul e Sudeste do País, Sanches lembrou a participação de Mello e Albuquerque, carismáticos, que, a partir do Rio de Janeiro, foi o responsável pela realização da primeira contagem da população do Brasil (Censo Demográfico). Também, Rivaldo de Menezes, advogado, professor, escritor com volumosa obra poética traduzida em várias idiomas e considerado exemplo de administrador como prefeito de Vitória, no Espírito Santo. E mais, o médico José Eduardo de Souza, maranhense de Pedrinópolis, doutor em Cardiologia, pioneiro da chamada Cardiologia Intervencionista e realizador das primeiras angiogrameteriografias (exame radiológico das veias que irrigam o coração) no Brasil, criador da técnica de stents, com um produto farmacêutico chamado rapamicina, um stent (o "stent") a ser implantado na artéria, impedindo que esta novamente se estreite, o que tem salvado milhares e milhares de pessoas em todo o mundo e propiciou ao maranhense reconhecimento e homenagem no mundo todo. E an-

da, João Mendes de Almeida, escritor, jornalista, advogado, deputado, ex-presidente da Assembleia Legislativa do São Paulo, que fundou diversos jornais e foi autor da Lei do Voto Lívico, que garante que crianças nascidas de pessoas incriminadas não mais tenham, elas mesmas, incriminações. "São estes exemplos de dignificação legal dos seres humanos que vão nutrir e a conduta para que, adultos, continuem a viver já justificando a existência de uma ou mais pessoas", diz Sanches, que já tem relacionados e documentados cerca de quinhentos nomes lutas maranhenses de destaque nacional e, até, mundial, "muito mais", ainda Sanches - integrando um livro que praticamente já está escrito em minha mente - a "Enciclopédia Maranhense", de pelo menos mil páginas, em dois volumes, projeto já apresentado há anos a diversos agentes públicos e instituições privadas, de todos todos estados, o projeto, uma silênciosa negatividade ou um tomato silêncio - que é a forma mais coerente de dizer "não".

**MARANHENSES PELO BRASIL** - Edmilson Sanches lembra ainda: "A primeira missão sertaneja gravada no Brasil é de um maranhense. A ideia de honras privadas nasceu no Maranhão. Um maranhense foi o primeiro presidente do Banco do Brasil. O primeiro ministro de Cultura e Tecnologia foi maranhense. A primeira romancista brasileira é uma maranhense, Maria Firmina. A primeira tradução de obras de Shakespeare para a Língua Portuguesa foi um maranhense quem fez. A primeira gramática portuguesa no Brasil é de autoria de um maranhense. Um maranhense é o precursor do Positivismo. Outro, do Inducionismo. Aquela outra, de Modernismo nas Artes Plásticas. Um outro é fundador do União Nacional dos Estudantes. Mais outro, o pioneiro da Tradução Criativa. Um maranhense escreveu os primeiros livros de reportagem policial; e outro, o pioneiro na literatura de ficção. Maranhenses foram as primeiras missões brasileiras a sobreviver no palco do Rio de Rio. A Avenida Paulista, em São Paulo, deve muito sua existência a Haroldo Sabino, filho de Ricardo Leão Sabino, o maranhense que, em Casas, foi o professor de Gonçalves Dias e inventou a ilha de fo-



José Eduardo Souza



João Mendes de Almeida

tura poeta para Coimbra. A primeira companhia multi-lingua do Brasil foi criada por um maranhense, da cidade de Grajaú, daí o nome das linhas Grajaú, no Rio e em São Paulo, que eram de propriedade daquele maranhense pioneiro. E por aí vão as centenas de contribuições positivas de maranhenses para o nosso País..."

Edmilson Sanches considerou-se um grande brasileiro, uma grande língua e variedade dialeto, marcada por letras em suas variedades. Sanches começou a refletir: "Tudo isso era a missão de ser humano, fazer a descoberta do estudo, a exploração do implícito, a utilização do invisível, criando, inventando, inovando, criando, criando, criando, criando, criando. Em todo o mundo, seres humanos, de modo voluntário ou involuntário, por sua decisão ou forçadamente foram no caso dos refugiados, são milhares de seres humanos, milhares de estudantes e até, até, até de seres nacionalizados. Riscos melhores - para si e para os outros, que é sua comunidade, seu estado, seu país, seu país. Se, com sua audácia, deixam saudade ou se, em alguns casos, possuem alívio, não importa, importa o que os outros e o que, de modo positivo, engrandecendo eles foram para atender às pulcres e complexas de seu culto, fomentando e criando, de sua capacidade de pensar, projetar e realizar de todo modo colaborando para um mundo melhor, como no caso de "bravo Brasil" maranhense do século 20 quando homens e mulheres superaram as pré-condições adversas, culturais de um geral, uma origem humilde, e cresceram e fez superaram, tornando mais conhecimento, mais inteligência, mais ações e sendo boas exemplos, com uma larga prestação de serviços que, no mínimo, fizeram e fazem do Brasil um país com identidade, com brasilidade - no mínimo, para os parciais, um país melhor, um país melhor, um país melhor, um país melhor que merece que seu povo, o povo brasileiro, atinja estágio gradualmente mais avançado de qualidade de vida e, por que não?, de felicidade humana". (Para detalhes, verem, le-www.com/EdmilsonSanches - Site: www.edmilson-sanches.net.br/page - E-mail: edmilson@edmilson.com.br - fone: gen: 0055-11-3333-3333)



Edmilson Sanches

## EXPEDIENTE

O Espaço das Letras é uma publicação da Academia Imperatrizense de Letras - AIL

Raimundo Trajano Neto  
Presidente

Luís Carlos Porto  
Vice-Presidente

Marcos Fábio B. Matos  
Jornalista/Editor - DRT-1508

Edmilson Sanches  
Editor de Língua & Literatura  
Jornalista - DRT-MA 5588

As opiniões expressas nos textos de caráter informativo não refletem, necessariamente, as da diretoria da AIL, nem de editores.

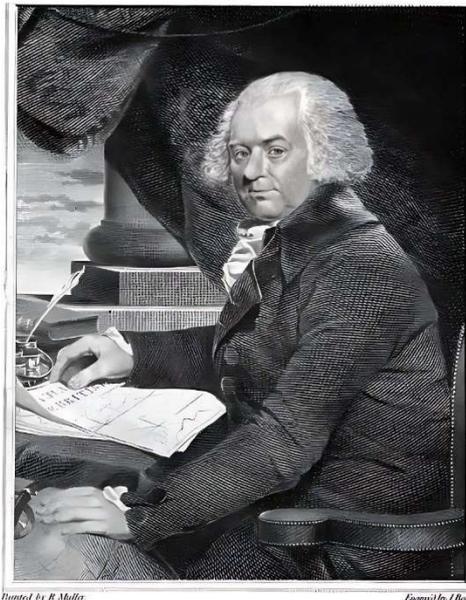
# ANIMAIS DO MARANHÃO NA ILHA DA COSTA NORTE DO BRASIL NA AMÉRICA DO SUL

## DIOGO GUAGLIARDO NEVES

Esta é uma das representações mais antigas e menos divulgadas da natureza da Ilha do Maranhão (que alguns erroneamente chamam de “Ilha de São Luís”). Ela tem, na legenda inferior, o mesmo título desta publicação, em inglês, e na parte superior, a informação de sua procedência: “Engraved for Moores Voyages and Travels”. No impresso, colorizado à mão, são vistas quatro espécies da fauna nativa da ilha: um bicho preguiça (Folivora), curiosamente no chão, onde é pouco visto, um porco-espinho que pela representação se assemelha à espécie africana (*Hystrix cristata*), um grande macaco que pela aparência julgo ser um bugio ou guariba (*Alouatta*) e ao fundo um quati (*Nasua*). A grande palmeira, que caracteriza nossas matas é o babaçu (*Attalea speciosa*).



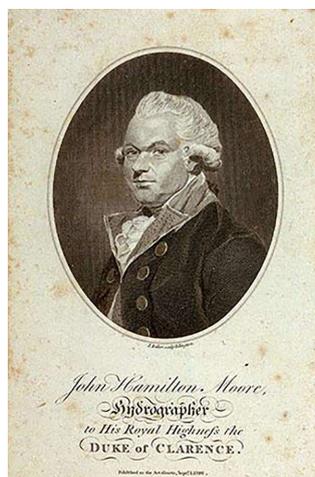
Trata-se de um livro publicado em 1778 cujo autor é um cartógrafo escocês chamado John Hamilton Moore (1738-1807). Duas coisas chamam a atenção: Moore jamais esteve no Maranhão e o fato dos animais possuírem expressões humanas. Esse último elemento não era raro, ao menos para as descrições dos primeiros descobrimentos, quando as novas descobertas impressionavam os registradores, ainda envolvidos pelo imaginário medieval, pela primeira vez viam aquelas “estranhas obras da Criação”. Curioso o fato de que, em 1778, tais figurações já serem bastante anacrônicas, pois a descrição da natureza possuía um nível superior de tecnicidade, como pode ser constatado pelos trabalhos dos naturalistas Gmelin (1748-1804) e Buffon (1707-1788).



*JOHN HAMILTON MOORE.*

Não era incomum, até o séc. XVIII, que escritores europeus escrevessem sobre o mundo sem saírem de seus gabinetes, produzindo publicações a partir de relatos de terceiros, a rigor, escritos ou desenhos da lavra de viajantes antigos, e isso pode explicar as imprecisões de espécimes e os exageros antropomórficos no livro de Moore. Especulo, portanto, que Moore deve ter pesquisado ou reproduzido relatos sobre a Ilha do Maranhão saídos dos primeiros descobrimentos, pela época ou mesmo antes da chegada dos franceses. Relatos esses que não conhecemos ainda.

Gravura original do acervo de Diogo Guagliardo Neves.



Moore, John Hamilton (1738 - 1807)

John Hamilton Moore (1738 - 1807) foi um professor escocês de navegação, vendedor de cartas e hidrógrafo ativo em Londres durante a última parte do século 18. Ele é mais conhecido como editor da Blueback Nautical Charts e fundador da empresa que um dia se tornaria Imary and Son. Moore nasceu em Edimburgo e foi educado na Irlanda antes de ingressar na Marinha Real. Depois de deixar a marinha, ele montou uma academia de navegação em Brentford, Middlesex. Por volta de 1772 publicou o livro de navegação *The New Practical Navigator and Daily Assistant*. A obra tornou-se o texto mais popular de sua época e teve cerca de 17 edições, estabelecendo firmemente as credenciais de Moore. Por volta de 1781, Moore estabeleceu-se em 127 Minories, perto de Tower Hill, Londres, onde ensinou navegação para um público seletivo, bem como negociou instrumentos de navegação e cartas náuticas. Moore começou a publicar suas próprias paradas. Estes estavam entre os primeiros gráficos blueback, chamados assim por seu distinto suporte de papel azul. Moore contratou o desenhista William Heather e John Noire, ambos futuros editores de cartas náuticas blueback por direito próprio, para desenhar e gravar suas

cartas. Pessoalmente, mas era conhecido por ser arrogante e um tanto controverso. Ele se descreveu uma vez como "tendo uma propensão para o gênio". Ele também foi acusado de 'debochar de um servo'. Na década de 1790, ele começou a se chamar "Hidrografo e Cartógrafo de Sua Alteza Real, o Duque de Clarence". Não está claro se sua alegação foi ou não baseada em fatos, mas certamente os muitos inimigos de Moore na indústria editorial o chamaram sobre o assunto, publicando um broadside declarando Moore um "Pretender". De qualquer forma, Moore abandonou essa reivindicação em 1804. Moore foi sucedido por um filho, também John Hamilton Moore, e várias filhas, uma das quais se casou com Robert Blachford, que se tornou um proeminente editor de paradas na esteira de Moore. Apesar da aparente prosperidade de seus negócios, Moore parece ter morrido em relativa pobreza em Chingford, Essex. No entanto, seu obituário na *The Gentleman's Magazine*, um sinal em si do significado social de Moore, ofereceu-lhe grandes elogios, "ele fez com que os melhores gráficos fossem publicados que já haviam sido feitos por qualquer indivíduo nesta ou em qualquer outra nação".

## 29 DE FEVEREIRO, UM DIA A MAIS, APROVEITE

LUIZ THADEU NUNES DE SILVA



Um dos maiores ativos que temos é o fator tempo. Além de ser extremamente democrático. A beleza não é democrática: uns são feios, a maioria; poucos são bonitos. A saúde não é democrática: uns morrem com cem anos, de velhice; outros, morrem jovem, com alguma doença. A inteligência não é democrática: a maioria é tapada, uns poucos são inteligentes. Sábios são aqueles que usam a inteligência a seu favor. O dinheiro, estão, não é nada democrático. Somente poucos sabem lidar com o vil metal, durante toda a vida. A grande maioria, no mundo todo, não conseguem encontrá-lo. Onde o dinheiro está, eles não estão. Para muitos “dinheiro na mão é vendaval”, canta Paulinho da Viola.

Mas, o tempo, esse, sim, é democrático. Caro leitor, amiga leitora, assim como eu, e o presidente dos EUA, segundo alguns, o homem mais poderoso do mundo, temos o mesmo tempo. Nosso dia tem 24 horas, 1440 minutos, 86400 segundos. Ninguém tem um segundo a mais. O que nos difere é como escolhemos gastá-lo.

Tenho visto algumas pessoas no meu entorno, dedicando parte de seu tempo para acompanhar um zoológico humano televisivo, que há 24 anos abre o calendário da TV brasileira. Segundo li, o reality show BBB, que durante 90 dias confina pessoas “na casa mais vigiada do Brasil”, é um ótimo caça níquel para a emissora Vênus Platinada. Na edição 23, o faturamento da Globo foi de um bilhão de reais com o programa. Do meu bolso não saiu um real, procuro gastar meus escassos caraminguás com coisas mais úteis. E, como gosto não se discute.....

Quando vejo alguém discutindo o comportamento dos que ali estão enjaulados, penso com meus botões, oh! coitado, estás desperdiçando o que você tem muito precioso, seu precioso tempo. O tempo não volta, só anda pra frente. Ontem, eu era um garoto: correndo atrás de papagaio, jogando bola na rua, colocando barquinho de papel para descer na enxurrada na sarjeta, em frente de casa. Hoje, aos 65 anos, vejo como o tempo escorreu entre os dedos da mão, sem poder pega-lo.

Esse dias li um ótimo artigo sobre o ditado popular, “a grama do vizinho é mais verde do que a nossa”. O autor, um psicólogo, falava sobre o fator tempo, e dizia: “A grama do vizinho é mais verde”. Sabe por quê? Por que ele não perde tempo com a vida dos outros. Ele gasta o tempo regando, aparando a grama de sua casa”. Perfeito! Simples, assim.

Como o tempo perdi o interesse em acompanhar a vida de parentes, amigos e conhecidos. Quanto menos sei da vida de alguém, melhor vivo. Isso se chama saúde mental. Estudos mostram que muitas pessoas estão depressivas porque acompanham a vida de parentes, amigos e conhecidos nas redes sociais, e por não terem uma “vida tão interessante”, se deprimem.

Cito o tempo, para falar de ano bissexto; o ano ao qual é acrescentado um dia extra, ficando com 366 dias, um dia a mais do que os anos normais de 365 dias, ocorrendo a cada quatro anos. Isto é feito com o objetivo de manter o calendário anual ajustado com a translação da Terra e com os eventos sazonais relacionados às estações do ano. Foi o ditador romano Júlio César que definiu que o calendário teria 365 dias, em 12 meses, e a cada quatro anos teria um dia extra. A inclusão desse dia extra tem o objetivo de corrigir o descompasso entre o calendário gregoriano, que é o mais utilizado no mundo atualmente, e o ano solar, ou seja, o tempo que a Terra leva para completar uma órbita ao redor do Sol.

“Tudo o que temos de decidir é o que fazer com o tempo que nos é dado”, Gandalf O Senhor dos Anéis – A Sociedade do Anel (2001)

“O tempo passa depressa demais e a vida é tão curta. Então – para que eu não seja engolido pela voracidade das horas e pelas novidades que fazem o tempo passar depressa – eu cultivo um certo tédio. Degusto assim cada detestável minuto. E cultivo também o vazio silêncio da eternidade da espécie. Quero viver muitos minutos num só minuto”. Clarice Lispector

Como temos um dia a mais, cabe a cada um de nós saber como gastá-lo.

Aproveite da melhor forma possível o 29 de fevereiro, o próximo só daqui a quatro anos.

## EM BUSCA DE ASCENSÃO SOCIAL: A TRAJETÓRIA MILITAR DE INÁCIO JOSÉ PINHEIRO E A OCUPAÇÃO DAS PARAGENS DO PERICUMÃ NO FINAL DO SÉCULO XVIII

**Samir Lola Roland**

Doutorando em História e Conexões Atlânticas (UFMA)  
Professor de História pela (UESPI - São Raimundo Nonato)  
Pesquisador do Grupo de Estudo e Pesquisa Amazônia Colonial

### A organização política e militar na segunda metade do século XVIII

Para compreendermos a trajetória qualquer militar de quem viveu na segunda metade do século XVIII, torna-se necessário ter conhecimento de que o Estado do Maranhão enfrentou várias transformações políticas e econômicas<sup>16</sup> nesse período que resultaram em alterações significativas na organização da produção e da distribuição de mão-de-obra; na circulação de mercadorias (em função, inclusive, da introdução da moeda metálica no Estado em 1749) e tributação decorrente, e na recuperação do aparato defensivo das capitanias (SANTOS, 2003, p. 157).

Esse contexto promissor que o Maranhão vivenciou atraiu uma grande leva de portugueses dispostos a se aventurarem nessas plagas. Uma das motivações principais para esse fenômeno pode ter sido a possibilidade de ascensão social decorrente das oportunidades de enriquecimento ofertadas aos participantes da colonização. Embora, a grande maioria dos lusitanos tivessem a intenção de conquistar riquezas para regressarem as suas terras de origem. Com o passar do tempo, os laços de parentesco e as sociabilidades foram responsáveis pela permanência destes indivíduos na Colônia, ao passado que foram construindo suas famílias. Dentre os fatores responsáveis por essa permanência, citamos o matrimônio que “pode ser considerado um indício de enraizamento destes oficiais imigrantes portugueses em sua maioria, no espaço colonial” (COSTA, 2008, p.20). E também “a longa permanência destes oficiais em postos militares pode ser considerada mais um indício de seu enraizamento nos trópicos, bem como de seu envolvimento com a própria história colonial” (COSTA, 2008, p.24).

A partir da segunda metade do século XVIII, a organização militar passou por algumas modificações, tendo em vista estabelecer a ordem e assegurar a defesa das fronteiras, de forma que “reiterando a ordem hierárquica e a consequente subordinação aos superiores [fosse] capaz de englobar amplas camadas da população”. (MELLO, 2006, p.38-39). Logo, tornou-se imprescindível definir “para todos e cada um seu lugar apropriado na hierarquia do corpo militar e, por conseguinte, seu lugar na República, subordinando, enfim, todos à univocidade da vontade do soberano” (MELLO, 2006, p.38-39).

Dessa maneira, tinha-se como objetivo fazer com que todos os súditos contribuíssem para a defesa do território, mantendo a ordem social por meio da subordinação e obediência. Nesse contexto, a “meta máxima era conseguir-se que toda esta população se apropriasse de tal concepção, interiorizando-a e a ela adaptando seu padrão de conduta, pois ‘fica sendo impossível o governar sem sossego e sujeição a uns povos semelhantes’” (MELLO, 2006, p.38). Para isso, as autoridades do governo ultramarino precisaram adotar algumas estratégias de incorporação/intervenção deste sistema: por um lado, a integração destes indivíduos aos corpos militares, estratégia essa que abrangia o conjunto de medidas a propósito dos recrutamentos; por outro, a repressão pura e simples de todo e qualquer evento, então, se considerava

---

<sup>16</sup> Dentre as medidas tomadas pela Coroa destacam-se: a criação do Diretório dos Índios, da Companhia Geral de Comércio do Grão Pará e Maranhão e dos esforços para a demarcação dos limites previstos no Tratado de Madri. Nesse sentido, ver: (COELHO, 2005); (ALVES, 2012); (MOTA, 2017); (BEZERRA NETO, 2012).

como desordens: o ataque a quilombos, a captura de presos foragidos e de soldados desertores, a prisão de criminosos, as providências contra as invasões de engenhos pelos gentios, etc. Em outros termos, o sistema manteria o controle sobre a população nas armas e pelas armas (MELLO, 2006, p. 39-40).

Essa política de defesa se generalizou na época, não sendo mais de responsabilidade apenas das autoridades militares, mas também de todo âmbito civil, visto que, na segunda metade do século XVIII assiste a um alargamento da concepção da disciplina militar, não mais reduzindo a esfera militar propriamente dita, mas atuando como paradigma que penetrava o âmbito civil, ampliam-se, as concepções da guerra e do soldado, não mais reduzindo a aquela conquista à conquista, mas sim estendendo-se a conservação dos territórios já conquistados, nem tampouco este ao exercício da força e da violência, mas sim abrangendo ao aprendizado da ciência em que se convertera em guerra (MELLO, 2006, p.37).

Os serviços de guerra e defesa da terra eram muito frequentes, incluídos “entre os mais enobrecedores e importantes para a concessão de mercês régias e neste sentido, constituíam um importante componente de incrementação da ‘qualidade’ dos colonos”, como afirma Almeida (apud COSTA, 2008, p. 26). Na verdade, ocorria que não só os colonos necessitavam de mercês para aumentarem suas qualidades, mas as instituições militares dependiam que nobres as integrassem, justificando o prestígio social dessas instituições. Assim,

*A entrada apenas de pessoas “de qualidade” seria essencial para a manutenção do prestígio das Ordens militares, de acordo com esta concepção. Haveria um ‘circulo virtuoso’: apenas nobres entrariam nas Ordens, de modo que esta manteria sua autoridade, e os cavaleiros receberiam ainda mais honra ao serem aceitos nestas instituições, tendo sua limpeza e nobreza comprovadas através das inquirições para admissão (KRAUSE, 2010, p.124).*

Numa sociedade de Antigo Regime, como também o era na América portuguesa, distinguia-se dos demais aqueles que estivessem em posições hierárquicas superiores. Por isso, as minorias sociais buscavam constantemente serem reconhecidas através de cargos administrativos, militares, jurídicos e/ou títulos em níveis cada vez mais elevados. Já que

*a hierarquia não é forjada apenas por aspectos econômicos, mas, sobretudo, políticos e sociais, os indivíduos se percebiam e eram percebidos por suas ‘qualidades’. Por isso, era primordial que os homens que vinham do reino, ou de outras localidades, se movimentassem nas teias sociais de seu cotidiano para que pudessem ocupar posições distintas em relação aos demais segmentos da população, e assim maximizar suas prerrogativas de mando e prestígio social (COSTA, 2006, p. 13).*

Deste modo, essa posição de prestígio social decorrente do “acesso a cargos na administração, em qualquer uma das instâncias citadas, conferia seu lugar social perante os habitantes locais” (MELLO, 2009, p.14), de modo que “na caracterização das elites coloniais, a nobilitação e o exercício de um cargo ou função pública aparecem como elementos fundamentais” (MELLO, 2009, p.14).

A Coroa sem recursos financeiros suficientes para empreender a colonização, teria incumbido às elites aristocratas desse negócio, com a condição de as concederem funções de poder e direitos através da política de distribuição de mercês. Em muitos casos, essa elite se aproveitou das posições ocupadas para alcançarem benefícios próprios. Pois, como assegura Mello (2009, p.16), “as possibilidades de enriquecimento que a ocupação de cargos” tanto administrativos quanto militares, “se incluem também entre os elementos que levavam a grande procura dos mesmos, além, é claro, do que proporcionavam em termos de prerrogativas políticas” (MELLO, 2009, p.16).

Assim, as instituições administrativas e militares foram extremamente importantes para a colonização do Brasil, uma vez que tinha a função de estabelecer povoamentos e fundar Vilas, o que significava implantar o Estado português por diversas regiões da província. Dessa forma,

*A criação de freguesias após a Restauração (1640) era expressão clara das intenções da Coroa portuguesa de povoar e enraizar a população em determinadas áreas com o intuito de resguardá-las frente a incursões estrangeiras, o que viabilizava ainda um maior controle sobre as regiões por onde a cidade paulatinamente crescia (MELLO; BICALHO, 2012, p.11).*

Nesse sentido, podemos dizer que ao passo que se ocupavam as áreas, formavam-se povoamentos subordinados aos centros administrativos de poder que ficavam incumbidos da administração do território e de toda população. Já que em uma sociedade hierarquizada a meta proposta pelo Estado era incluir aquelas partes consideradas pelas autoridades como

*imunes à lei, cujos braços não os alcançam, inatos e corruptores da unidade do bem comum. São os negros, mulatos, cabras, mestiços, e outras gentes semelhantes cujos delitos se tornam uns perigos políticos por perturbarem a engrenagem da máquina do governo [...] visava a uma adesão gradual destas partes, consideradas baixas, do corpo da República, à sua cabeça. (MELLO, 2006, p. 39).*

Ao passo que o povoamento se efetivava, houve várias tentativas de incluir todos os indivíduos ao corpo do Estado, o qual defendia a ideia de constituir uma unidade política, administrativa e social. Em uma sociedade com valores de pureza de sangue, entretanto, isso foi uma tarefa um tanto difícil, mas que foi defendida a “ferro e fogo”, tendo em vista a consolidação da colonização na Colônia. Por outro lado, devemos compreender que a atuação do Estado lusitano no Brasil, deveu-se principalmente ao funcionamento das instituições que foram implantadas sob a ordem da Coroa que representavam os interesses do Reino. Assim,

*A aplicação da justiça sempre foi uma das principais preocupações da monarquia desde o início da colonização portuguesa na América. Fazer justiça e promover o bem comum eram as principais funções do rei. A extensão territorial da América lusa apontava uma forte necessidade de se criarem diferentes instituições capazes de dar conta da administração de tão vasto território no ultramar. Para auxiliar o monarca a fazer justiça e, principalmente, a administrá-la, foram instituídos funcionários régios, com o objetivo inicial de representar a Coroa em terras distantes, exercendo a devida fiscalização e controlando as atividades dos moradores e dos demais oficiais de outras instituições (MELLO, 2012, p.17).*

Nesse sentido, Os Corpos Militares tratavam de instituições transferidas para o Brasil, representantes do poder do Estado Monárquico, com a intenção de estabelecer essa “nova ordem que garantisse a “paz social”, já que a “des-teologização” da política exigia uma nova mecânica de instauração da disciplina social, uma vez que, entre as autoridades seculares, já não mais estava em voga confiar à Igreja tamanha ingerência na sociedade civil” (MELLO, 2006, p.35). Com essa finalidade, o Marquês do Lavradio coloca em prática um sistema de governo no Brasil (1769-1779), operando “com precisas, regras hierárquicas e hierarquizadoras, cuja intervenção visava submeter a pluralidade de membros a um único fim, qual seja a felicidade do bem comum, postulada como a única força capaz de reunir, ou reduzir, todos os indivíduos a um só corpo”. (MELLO, 2006, p.38).

Além disso, “o sistema de milícias-Auxiliares e Ordenanças, enquanto princípio ordenador, visava a uma adesão gradual destas partes, consideradas baixas, do corpo da República, à sua cabeça” (MELLO, 2006, p.39). Esse sistema “se dividia em três tipos específicos de força: os Corpos Regulares (conhecidos também por Tropa Paga ou de Linha), as Milícias ou Corpo de Auxiliares e as Ordenanças ou Corpos Irregulares” (COSTA, 2008, p.111). Nessas instituições os militares recebiam pelo desempenho de suas funções uma série de vantagens e privilégios (sociais, econômicos, políticos e judiciais etc.) concedidos pela Coroa portuguesa. Para termos uma ideia, vejamos o caso dos auxiliares e o

*consequente prestígio social deles decorrentes, podemos citar, além das recompensas, com hábitos e tenças, àqueles que prestassem serviços militares, também, o privilégio que lhes garantiam a proteção contra injunções tributárias: ‘serão isentos de contribuir com fintas,*

*taxas, e outros encargos, ou tributos impostos pela Câmara’, a prerrogativa de usufruírem de ampliada segurança econômica: ‘estes não podem ser penhorados por bens do seu uso nem presos por dívidas’. Também nas questões judiciais desfrutavam de regalias: ‘só poderão prender imediatamente nos casos de flagrante delito’, não devendo ser ‘prezo na enchovia e dar-se-lhe-há sempre prisão decente’. Em casos criminais, deveriam ser julgados apenas em tribunais especiais (MELLO, 2005, p.163).*

De fato, não somente os Corpos de Auxiliares, mas também os Corpos de Ordenanças alcançaram vários benefícios da parte da Coroa que tinha como política de governo a recompensa de todos os súditos que agissem de acordo com os princípios de fidelidade e obediência as suas ordens.

#### Genealogia, matrimônio e carreira militar

Inácio José Pinheiro nasceu na freguesia de “Nossa Senhora da Encarnação, cidade e patriarcado de Lisboa, no ano de 1755”. Era filho de “José Antônio Pinheiro e de Feliciano Joaquina”, neto paterno de “Manoel Gomes Pinheiro e de sua mulher, Maria Teresa Pinheiro e neto materno de “Manoel Rodrigues e de sua mulher, Rosa Maria Ferreira” (COUTINHO, 2005, p.130). Segundo Coutinho (2005), ele pertencia às famílias mais importantes de Portugal, pois seus descendentes eram nobres de três grandes famílias lusitanas, os Pinheiro, os Rodrigues e os Ferreira.

As pesquisas nas fontes documentais apontam sua chegada ao Brasil por volta do ano de 1786, quando tinha 31 anos de idade. Provavelmente até o momento não ocupava nenhum cargo administrativo, militar ou político, nem exercia nenhuma atividade econômica. Pois, caso estivesse, teria declarado em carta de sesmaria requerida nesse mesmo ano. Afirmou, no entanto, ser apenas “morador e casado na Vila de Alcântara” (APEM. 02/05/1786, cx. 0006, maço: 33). Segundo Ribeiro (2012, p.32), “somente em casos de falta dessas qualificações’ o solicitante se limitará a informar apenas o lugar de residência no documento de sesmaria. Era quando se identificava como ‘morador em X’, ou simplesmente não preenchendo este locus textual”.

Ainda segundo Coutinho (2005), Inácio Pinheiro, viúvo de sua primeira mulher e recém-chegado à Vila de Alcântara, logo arranhou núpcias com a maranhense Isabel de Barros. Acredita-se que buscou desde cedo constituir alianças familiares importantes que pudessem lhes proporcionar apoio necessário para galgar patamares mais elevados socialmente. O que representa num contexto de adaptação, a oportunidade que precisava para se adaptar na vila, tendo o apoio de uma poderosa família, os Furtados de Mendonça<sup>17</sup>. A aliança com essa família foi imprescindível para a relação muito próxima que manteve com o irmão de seu sogro, Antônio Correa Furtado de Mendonça, o qual sendo uma influente autoridade militar prestou-lhe todo o apoio durante seus primeiros anos de carreira.

Entre 1789-1794, ingressou na função de Alferes Agregado na Companhia da Vila de Guimarães que atuava sob as ordens do Batalhão de Alcântara, comandado pelo mestre de campo Antônio Correa Furtado de Mendonça. Em maio de 1794, pretendendo ocupar uma posição mais elevada na hierarquia dos militares e podendo atuar mais próximo do lugar em que morava. Requereu ao governador do Maranhão, D. Fernando José de Noronha, o posto de Capitão do Batalhão de Infantaria Auxiliar da Vila “vago com a saída de Francisco Mendes de Araújo [o qual foi] (...) confirmado quatro meses depois” (ANTT, LISBOA, 28/02/1789, liv. 24, f. 288).

A partir desse momento, Inácio Pinheiro integrava as tropas de Auxiliares ou Milícias que eram “organizadas em terços, cada terço comandado por um Mestre de Campo e instruídos os homens oficiais hábeis e experimentados, vindos do exército de linha” como afirma Almeida (apud MELLO, 2005, p. 32).

---

<sup>17</sup> Os ascendentes de Antônio Correia Furtado de Mendonça, segundo Guimarães, entroncavam-se, ao longo dos séculos, com os ascendentes de Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal (apud COUTINHO, 1923, p. 296-297).

Inácio Pinheiro com poucos anos de serviço em que foi agregado ao Batalhão comandado pelo mestre de campo Antônio Correa Furtado de Mendonça, adquiriu reconhecimento pelo cumprimento de todas as obrigações “pertencente ao Real Serviço”, pois segundo seu mestre de campo, ele agia com “prontidão, desembaraço, atividade e zelo” (ANTT, LISBOA, 18/09/1794, liv. 21, f. 8v). Além disso, ele gastava seus próprios recursos financeiros para o exercício do posto, não adquirindo “soldo algum da Real Fazenda”, já que de acordo com a lei do Regimento de Milícias, o cargo que ocupava não era remunerado pela Coroa. No mais, recebia o direito de gozar “de todas as honras privilégios, liberdades, condições e franquezas”, atributos pertencentes à nobreza considerados muitos importantes na época (AHU, MA. 04/04/1799. cx. 103, doc. 8294).

Em 21 de janeiro de 1799, ele solicitou via requerimento ao príncipe D. João, o seu provimento no posto de tenente-coronel da 3ª Companhia do Regimento de Milícias da Vila de Alcântara. Essa patente pertencia a 4ª posição mais elevada na hierarquia dos Corpos de Auxiliares que estava organizado da seguinte maneira: “mestre-de-campo, coronéis, sargento-mores, tenentes-coronéis, capitães, tenentes, alferes, sargentos, furriéis, cabos-de-esquadra, porta-estandartes e tambor” (COSTA, 2006, p.111).

Nessa mesma oportunidade, esperava receber também a condecoração com o Hábito de São Bento de Avis ou a de Cristo que era um dos prêmios aos anos de participação nas guerras e defesa do território que frequentemente era invadido por povos estrangeiros. Como relatos de experiência, citou sua participação em 1797 como comandante do regimento “encarregado da defesa da Vila de Alcântara” e de toda e qualquer investida “que os Franceses tentassem contra a dita Villa” (AHU, MA. 21/01/1799. cx.101, doc. 8199).

Além do mais, alegou ter cumprido muito mais do que suas obrigações “não só no dito posto de Capitão mas igualmente no de Sargento”, tendo substituído outros militares quando houve necessidade, servindo “com grande fadiga, zelo e despesa da sua própria fazenda”. E disse mais, que ficou responsável pelo duro “serviço de Major” e ao mesmo tempo “do comando da fortaleza da Vila”, empregando-se também do serviço ordenado pelo “Regimento da Cidade de São Luís do Maranhão não se poupando do grande trabalho” (AHU, MA. 21/01/1799. cx.101, doc. 8199).

Inácio Pinheiro tinha o apoio de seus superiores que testemunhavam a seu favor. Nos documentos anexados em requerimento declararam que o suplicante era “zeloso por tudo quanto respeito ao Real serviço”, obtendo “aprovação de todos os seus Chefes”. Assim, além da experiência adquirida durante o “Tempo em que serviu na tropa de Antônio Correa Furtado Mendonça”, conquistou também a confiança e o reconhecimento de suas autoridades. Como fica bem evidente na afirmação do próprio Antônio Mendonça que diz o seguinte: “o capitão da 3ª companhia do Regimento de Milícias da vila de Alcântara do meu comando, Inácio José Pinheiro, tem satisfeito sempre com toda a honra, prontidão, satisfação as obrigações do Real Serviço e ordens Superiores relativas ao mesmo serviço” (AHU, MA. 21/01/1799. cx.101, doc. 8199).

Entretanto, quase três meses haviam passado e não tinha obtido resposta alguma sobre sua promoção ao posto de Tenente-Coronel. No dia 4 de abril de 1799, solicitou novamente ao príncipe D. João para que o concedesse o cargo tão desejado. Inácio Pinheiro requeria novamente “a Vossa Majestade a confirmação da sua Patente de graduação de Tenente Coronel das Milícias em que foi provido pelo Governador Capitão General do Maranhão”. Acontece que o cargo já tinha sido concedido a outrem pelo governador do Estado. Com o pedido, Inácio Pinheiro provavelmente ou não tinha conhecimento ou esperava que as autoridades da época voltassem atrás em suas decisões locais. Requeria diretamente a Sua Majestade que poderia emitir alvará em seu favor para que lhe concedesse o cargo pretendido que “para o fazer necessita que se lhe entregue a referida patente” (AHU, MA. 04/04/1799. cx. 103, doc. 8294).

No entanto, apesar do reconhecimento de parte das autoridades locais que o consideravam “merecedor” do cargo, tendo “aprovação não só do seu respectivo Coronel, mas igualmente do Coronel do Regimento da Cidade de São Luís do Maranhão”, ele não obteve a confirmação da patente de tenente-coronel como

esperava. Seu pedido foi negado em ofício expedido pelo governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Diogo de Sousa, ao secretário de estado de Marinha e Ultramar, dizendo que “Inácio José Pinheiro, Capitão do Regimento de Milícias de Alcântara e Comandante da dita Vila, empregou no Real Serviço com bastante desvelo: porém o Posto de Tenente Coronel daquele Regimento está provido, e a mim não me parece conveniente ao mesmo Real Serviço” (AHU, MA. 04/04/1799. cx. 103, doc. 8294).

Julgava necessário que ele empregasse mais tempo de serviço no seu cargo a fim de que pudesse merecer o posto solicitado, o qual provavelmente quem o recebeu, poderia ser sujeito mais reconhecido e relacionado na ordem militar da capitania que o Inácio José Pinheiro. Inácio Pinheiro não obteve o dito posto de Tenente Coronel, mas continuou tentando almejar cargos cada vez mais elevados dentro da hierarquia militar. Todavia era preciso tempo e serviço, e ele como militar sabia disso. Apesar de toda influência que tinha, não poderia garantir sempre vitórias, pois nessa época, quanto maior a patente mais concorrida ela seria. Era necessário se fazer merecedor dela a fim de que conquistasse a confiança de Sua Majestade.

Em análise ao conteúdo presente nas cartas patentes de Inácio José Pinheiro, encontramos elementos importantes para compreendermos a lógica da rede de relações e negociações estabelecidas entre Vossa Majestade e seus súditos. Estes últimos participavam das guerras de conquista e defesa do território, em busca de serem recompensados através de cargos cada vez mais elevados na hierarquia militar, havendo interesses de manter dos dois lados uma rede de relações e negociações, responsáveis pela sustentação dos vínculos entre a metrópole e a colônia, era regida por regras e princípios marcados pelos valores de uma sociedade estamental, valores esses que regulavam os interesses de ambas as partes, bem como a busca de um consenso (MELLO, 2005, p.162).

Essa rede de relações e negociações funcionou, de um lado, com a figura do rei que tinha poder de conceder honrarias aos seus súditos, contanto que os mesmos participassem da defesa do território conquistado, e de outro, com sujeitos interessados nessas recompensas. Contudo, como eram mais numerosos os requerentes que as honrarias ofertadas, tornou-se imprescindível que esses sujeitos se mostrassem merecedores desses privilégios. Mas, havia também algumas circunstâncias em que um súdito era considerado de “qualidade”, podendo reclamar o seu direito de ser ajudado pela Coroa, pois a participação na empresa colonizadora propiciou esse benefício.

Os termos “merecimento” e “circunstâncias” não devem ser interpretadas devem servir como suporte para entendermos a estrutura do discurso dessa documentação. Neste caso, auxiliando-nos na compreensão do conteúdo dos requerimentos de postos militares que Inácio José Pinheiro solicitou ao longo de sua carreira. No discurso de obtenção da mercê, a palavra “merecimento” e “circunstâncias” apareceram com frequência. Como exemplo, citamos a petição de 10 de maio de 1794, enviada ao príncipe regente D. João para a confirmação do cargo de Capitão do Batalhão de Infantaria Auxiliar na Vila de Alcântara, que diz o seguinte:

*Sua Majestade tendo consideração ao dito Inácio José Pinheiro se achar provido por D. Fernando José de Noronha Governador e Capitão General da Capitania do Maranhão no Posto de Capitão do Batalhão de Infantaria Auxiliar da Vila de Alcântara atendendo ao merecimento e circunstâncias ao que concorrem [...] Houver bem fazer sempre de o conformar como possa confirmar no dito posto (ANTT, LISBOA, 18/09/1794, liv. 21, f. 8v).*

Assim, como exposto no requerimento, esperava-se que Vossa Majestade pudesse atender ao “merecimento” e “circunstâncias” com que Inácio José Pinheiro concorria ao dito posto. Pois, tentava almejar uma patente mais alta através da declaração de feitos anteriores, já que era necessário se mostrar merecedor da mercê, como também em circunstâncias favoráveis para a obtenção do cargo. Acredita-se que tal discurso tinha a função de conscientizar os requerentes do não êxito dos pedidos com argumentos convincentes baseados nas “circunstâncias” ou contexto em que se faz o requerimento e o “merecimento” ou direito. Sobretudo, em situações onde o cargo solicitado já tinha sido ocupado por outrem, o discurso

do “merecimento” é utilizado pela Coroa a fim de não gerar descontentamento aos seus súditos. Neste caso, esse discurso funcionava como uma cobrança da Coroa aos seus súditos para que se empenhassem por mais tempo nas suas respectivas funções, dessa forma seriam recompensados elevando-se de nível na hierarquia militar.

Por outro lado, esses militares e súditos se apropriam do discurso do “merecimento” com a intenção de obterem recompensas pelos serviços prestados, os quais alegavam empregarem tempo e recursos financeiros. A ideia de “merecimento” aqui destacada se constitui como um artifício do discurso, não querendo dizer que Inácio José Pinheiro não desempenhou as atividades que dizia ter realizado. No entanto, cabe ressaltar que nenhum preceito era seguido à risca pelas autoridades seculares, pois geralmente esses oficiais do rei estavam preocupados mesmo em obterem benefícios próprios e para seus pares através de títulos e mercês, os quais disputavam a qualquer custo para obtê-los, formando grupos de solidariedade com interesses comuns a serem defendidos.

De fato, a ideia de “merecimento” que perpassava nos âmbitos da instituição militar, tratava-se de um discurso utilizado pela Coroa para justificar a concessão de títulos e mercês, assim como para incentivar a participação no processo de colonização, sendo utilizado inclusive para conter as insatisfações decorrentes dos conflitos por cargos e posições de poder que não eram suficientes para agraciar e satisfazer a vontade de todos os súditos. Desse modo, podemos dizer que o “merecimento” a que se refere poderia corresponder às eventuais experiências e feitos que o mesmo desempenhou nas suas funções anteriores. Essas experiências e feitos serviram para que lhes confiassem o título desejado, esperando as autoridades que o mesmo cumprisse com suas responsabilidades.

#### Inácio José Pinheiro e o processo de ocupação do Pericumã

Apesar da proximidade com os centros administrativos de Alcântara (Tapuitapera) e de São Luís (Ilha de Upaon Açu), a ocupação das terras da capitania de Cumã ocorreu, efetivamente, quase um século e meio depois da reconquista do Maranhão pelos portugueses, com a expulsão francesa do litoral. Os requerimentos de sesmarias concentram-se a partir da segunda metade do século XVIII, quando um grande número de colonos oriundos especialmente de Alcântara procuraram terras para o estabelecimento da lavoura e do gado. A presença desses colonos se intensificou após a expulsão dos jesuítas, consolidando pelos arredores do rio Pericumã a fundação de algumas vilas através da organização de núcleos populacionais, que mais tarde, constituíram-se em distritos como os de São Bento, Guimaraens, Santa Helena e Pinheiro etc. A análise do processo de sesmaria de Inácio José Pinheiro nos permite desvendar informações relevantes sobre sua participação na ocupação dessa região, assim como de outros sujeitos. Além de nos possibilitar compreender como funcionavam os processos de doações de sesmarias no período estudado.

Elaboramos uma tabela com base no processo de sesmaria de Inácio José Pinheiro com o objetivo de demonstrar os perfis de alguns colonos que ocuparam a região do Periassú, como era conhecida a região do atual município São Bento. Vejamos abaixo:

Tabela 1- Perfis das testemunhas do processo de sesmarias de Inácio José Pinheiro

Testemunhas	Estado Civil	Local de Nascimento	Local de Moradia	Local da terra	Atividade Econômica	Idade
Manoel de Arede	Casado	Alcântara	Alcântara	Periassú	Lavoura	54
Ricardo Barbosa	Casado	São Luís	Alcântara	Periassú	Lavoura	36
Francisco Araújo	Casado	São Luís	Alcântara	Periassú	Lavoura	38
Manuel Oliveira	Casado	Santa Maria de Âncora	Alcântara	Periassú	Lavoura	40

Arturio de Sá	Casado	Lisboa	Alcântara	Periassú	Lavoura	54
Antônio da Costa	Casado	Alcântara	Alcântara	Periassú	Lavoura	44
Francisco Chagas	Casado	Alcântara	Alcântara	Periassú	Lavoura	40
Raymundo Arios	Solteiro	Alcântara	Alcântara	Periassú	Lavoura	36
José da Mota	Casado	Alcântara	Alcântara	Periassú	Lavoura	39

Fonte: Processo de sesmaria de Inácio José Pinheiro. Fundo: Secretaria do Governo-APEM.

Ao analisar a tabela acima, percebe-se que todas as testemunhas do processo eram ocupantes de terras na região do Periassú, sendo possível constatar que: I) A maioria dos colonos era casado (sendo apenas 1 solteiro), II) Todos eram moradores de Alcântara (demonstrando que muitos colonos, apesar de possuírem terras em regiões interioranas, onde exerciam atividades econômicas, continuavam residindo nos centros urbanos), III) Todos eles mencionaram no processo de sesmaria apenas a prática da lavoura (o que assinala a predominância da agricultura na região em detrimento da pecuária, mas não descarta a prática desta última, até porque há documentos que descrevem a prática dessa atividade econômica na capitania); IV) No que diz respeito ao local de nascimento, constata-se que grande parte eram nascidos em Alcântara (correspondendo a 5 indivíduos), sendo 2 de São Luís e 2 de Portugal, estes últimos das cidades de Santa Maria de Ancora e Lisboa, o que demonstra a mobilidade dos colonos. V) no que se refere a idade, percebe-se a prevalência de colonos com idade entre 36 a 54 anos, ou seja, com certa experiência e geralmente com famílias constituídas.

Grosso modo, ao analisarmos um processo de sesmaria percebemos que primeiramente iniciava-se com o requerimento ao governador do Estado ou diretamente ao rei para a aprovação do pedido. Em seguida, o processo era repassado ao Chanceler Ministro da Junta da Real Fazenda que “precedendo vista ao Procurador Régio e passará as ordens necessárias à Câmara respectiva em conformidade das Reais Ordens de Sua Majestade” (AHU, MA. 20/10/1788. cx. 72, doc. 6253). Neste caso específico, a partir daí a Câmara<sup>18</sup> era incumbida de assumir todo restante do processo, devendo a instituição velar pelo cumprimento da carta de 7 de dezembro de 1696 e do alvará de 10 de fevereiro de 1745, como exposto pelo Chanceler Real:

*Ordena Sua Majestade de informar por carta de 7 de Dezembro de 1696, que as datas de terras de sesmarias, se concedam [...] de três léguas de comprido e uma de largo, e que se cultivem e povoem dentro do termo dadas, que pelo Alvará da mesma Senhora de 10 de Fevereiro de 1745, são cinco anos, com pena de que as não povoando no dito tempo se haverem as ditas terras por devolutas para se poderem dar a quem as povoem (AHU, MA. 20/10/1788. cx. 72, doc. 6253).*

Essa carta de 7 de dezembro de 1696, determinava o tamanho das sesmarias que não deveriam ultrapassar três léguas de comprido com uma de largo, tendo o sesmeiro a obrigação de cultivar e povoar as terras referidas documentalmente. Já o Alvará definia o prazo de aproveitamento do território, sendo no máximo de cinco anos. Desse modo, para que os sesmeiros conservassem suas terras, os mesmos deveriam cumprir esses regulamentos, podendo ser penalizados com a perda de suas terras que retornavam a Coroa.

<sup>18</sup> De acordo com Silva (2008, p.36), “Quanto à administração das terras coloniais, as câmaras tinham um papel fiscalizador imposto pela vasta legislação sesmarial publicada ao longo de todo o período colonial. Eram incumbidas da averiguação dos requerimentos de sesmaria (eram requisitados na secretaria do governo), de receber e posicionar-se sobre as reclamações ocorridas em relação a algum requerimento de sesmaria. Era também de sua competência indicar nomes para o cargo de juiz de demarcação de sesmaria”, dentre outras funções.

O processo de sesmaria era lento e burocrático, organizado em um segundo momento pela Câmara que tinha como função tornar a ação legal, verificando se as informações alegadas pelos interrogados também procediam e se havia algum tipo de complicação no efeito da doação das terras. Com esse objetivo era de praxe a publicação de um edital, pois

*havendo pessoa ou pessoas que saibam ou tenham as notícias que as terras pedidas não estão devolutas ou tem outro qualquer embaraço o venham declarar perante nos no termo de trinta dias que correram do dia da publicação desta em diante, e para que chegue a notícia de todos mandemos passar o presente que será publicado pelos republicas desta vila, e se passaram cópias depois de publicado este que se declaram no lugar mais público desta Vila (AHU, MA. 20/10/1788. cx. 72, doc. 6253).*

Para obter confirmação, tornava-se necessário cumprir com as “cláusulas e condições” expressadas pelas Reais Ordens, ou seja, àquelas exigências referidas no documento, a fim de ter a posse das terras. Nesse sentido, o sesmeiro deveria concordar de não fazer traições por meio algum em nenhum tempo, a pessoa alguma, religião ou constuidade, sem que primeiro de parte ao Ouvidor Juiz das Sesmarias, para se fazer presente e ver se deve ou não consentir no tal traspáço, sob pena de ficar nela esta data e se puder conceder novamente a outrem (AHU, MA. 20/10/1788. cx. 72, doc. 6253).

Assim, como exposto nesse documento, além de aproveitar o terreno economicamente, o sesmeiro não poderia tomar decisão em relação a sua sesmaria sem comunicar ao Ouvidor Juiz das Sesmarias que ficava responsável pelo controle da terra, pois caso fizesse uso de suas terras considerado indevido pela Coroa sem comunicá-lo, a exemplo de permitir o culto de outras religiões, receberia como pena a devolução de suas terras a Coroa, tornando-se devolutas.

Esses interesses estavam ligados a expansão territorial, estabelecendo atividades econômicas em diversas regiões da Colônia. A política sesmarial visava incentivar o aproveitamento econômico do território, arrecadando ao mesmo tempo rendimentos a Coroa portuguesa, sendo o pagamento “pensão e nem tributo algum mais que o Dizimo a Deus dos frutos que nela tiver e lavrar”. Na carta de sesmaria ainda encontramos a importância que se dava ao povoamento como forma de garantir o aproveitamento das terras deixando a vontade o sesmeiro que

*se nas ditas terras quiser mandar fundar alguma vila, reservando os paus Reais que nelas houver para embarcações [...] e dará caminhos públicos e particulares onde forem necessários para Pontes, Fontes, Portos e Pedreiras e havendo nas sobreditas terras Estrada publica que atravesse rio caudaloso que necessite de barca para sua passagem, não só ficará de ambas as margens do mesmo rio a terra que baste para o uso público, mas tão bem de uma delas meia légua de terra com quadra para a comodidade pública e de quem arrendar a dita passagem (AHU, MA. 20/10/1788. cx. 72, doc. 6253).*

Os documentos de sesmarias também deixam claro o incentivo a uma política de urbanização que deveria ser realizada durante o processo de ocupação das áreas, podendo ser considerada como as primeiras iniciativas portuguesas que efetivaram modificações consistentes no espaço geográfico, em muitas áreas onde se encontravam ainda florestas e matas exploradas apenas pelos diversos grupos indígenas que habitavam a região. Assim, as alterações no espaço foram acontecendo progressivamente, ao passo que os portugueses foram fundando vilas, dando caminhos públicos e particulares à população através da construção de pontes, fontes, portos, pedreiras e com a abertura de estradas que permitissem o acesso a outros lugares da capitania.

Na consulta aos registros de sesmarias do Arquivo Público do Maranhão referentes à capitania de Cumã, o nome de Inácio José Pinheiro sempre aparecia com destaque nas ações de ocupação e defesa do território. Em 1786, por exemplo, Inácio José Pinheiro solicitou uma sesmaria a Fernando Pereira Leite de Foios, governador e capitão-general do Maranhão, reclamando não ter terras ao ponto que “anda lavrando em terras alheias, pelas não ter próprias”, declarou ao mesmo tempo ter condições suficientes para implantar

o cultivo “por ter bastante escravos com que as faça”. Essas terras localizavam-se “na paragem do Periassú (...) correndo para as partes do Pericumã”, media o tamanho de “três léguas de terra de comprido com uma de largo”, nas confrontações das terras de sua sogra, a viúva de Inácio Xavier Correa (APEM, 02/05/1786. cx. 0006, maço: 33).

Apesar de Inácio José Pinheiro ter declarado em documentação que não era detentor de terras. A análise do seu processo de sesmaria pode nos levar a questionar essa afirmação, ao ponto de indagarmos o porquê da existência dessas omissões e contradições nos relatos documentais e como isso teria influenciado o processo de aquisição da sesmaria. Pois ao compararmos as informações declaradas por Inácio José Pinheiro no requerimento com os depoimentos das testemunhas do seu processo de sesmaria são evidenciadas contradições.

De acordo com duas testemunhas participantes dos autos de sua carta de diligência de terras<sup>19</sup> ele já detinha meia légua de terra nessas paragens, recebidas como herança pela morte de seu sogro. Essas mesmas testemunhas afirmaram terem conhecimento sobre essas terras, como relatou um deles: “disse ele testemunha que teve notícia que lhe coubera meia légua de terra por herança de seu Sogro Inácio Xavier Correa” (APEM, 02/05/1786. cx. 0006, maço: 33). Confirmando tal assertiva, declarou a segunda testemunha: “disse mais que sabe que o Suplicante tem uma porção de terra que lhe coube em partilha por falecimento de seu sogro Inácio Xavier Correa” (APEM, 02/05/1786. cx. 0006, maço: 33).

Mas, afinal, qual o motivo de em um processo de 9 testemunhas, apenas 2 declararem saber que o requerente possuía terras? É possível afirmar através do relato dessas duas testemunhas que o requerente realmente possuía essas terras? Esses dois relatos, por serem contraditórios em relação ao restante do conteúdo da carta, deveriam ser investigados pelo Juiz de sesmarias, e em caso de verdade, esta situação deveria ser um impedimento para o direito à terra, já que segundo a lei de sesmarias não era permitido doar sesmarias a quem já tinha terras (não importa de que forma tinha obtido, não era aprovado o acúmulo de terras). No entanto, na maioria dos casos, assim como neste também, as autoridades locais parecem fazer vista grossa a essa situação. Logo o requerente logrou êxito no processo.

No processo de Inácio José Pinheiro foram convocados nove indivíduos “para efeito de se perguntarem e inquirirem testemunhas na forma que manda a carta de diligência de terras”. Antes de serem inquiridas, as testemunhas faziam “o juramento dos santos evangelhos” prometendo dizer à verdade sobre o que fosse perguntado, informando seus “nomes os cognomes naturalidades, idades, estados, ditos e costumes” as autoridades. Os depoimentos estão organizados conforme a tabela nº 2 abaixo:

Tabela 2- Carta de Diligência de terras de Inácio José Pinheiro

Manoel Gomes de Arede	é lavrador e que tem bastantes escravos ele é morador nesta Vila. Em quanto disse que lavra em terras alheias por não ter próprias disse ele testemunha que teve notícia que lhe coubera meia légua de terra por herança de seu sogro Inácio Xavier Correa. [...] que as terras que o Suplicante pede, e com as confrontações que declara lhe não consta que outro algum as tenha pedido [...] naquela referida paragem há bastante terra devoluta.
Ricardo Barbosa	É morador e casado nesta Vila. E que tem bastantes escravos com os quais usa de suas lavouras as quais faz em terras alheias pelas não ter próprias. [...] na paragem em que pede o suplicante as mencionadas terras há bastantes devolutas por lhe não constar terem se ali pedido.

<sup>19</sup> Etapa do processo de doação de uma sesmaria, onde são inquiridas algumas pessoas a fim de saber se as informações declaradas pelo requerente são verídicas.

Francisco Barbosa de Araújo	É morador e casado nesta Vila e que tem bastantes escravos com que usa de suas lavouras nas terras de sua sogra disse mais que sabe que o suplicante tem uma porção de terra que lhe coube em partilha por falecimento de seu sogro Inácio Xavier Correa. [...] na paragem onde o suplicante pede sabe há terra devoluta por lhe não constar se tenha pedido.
Manoel Rodrigues Oliveira	É morador e casado nesta Vila e que tem escravos com quem fabrica suas lavouras. Em terras alheias e que não sabe que as são próprias. [...] na paragem onde [...] pede esta porção de terra há bastante devoluta das quais lhe não consta as tenham pedido.
Artúrio José de Sá	É morador e casado nesta Vila e que tem bastantes escravos com quem fabrica suas lavouras em terras alheias pelas não ter próprias suas. [...] as terras pedidas [...] se acham devolutas pois lhe não consta se tem concedido a outrem.
Antônio Pinheiro da Costa	É morador e casado nesta Vila e que tem escravos com quem fabrica suas lavouras, e que estas não consta [...] que as tenha próprias. [...] na paragem onde [...] pede a terra sabe [...] estarem devolutas por lhe dizer o mesmo Inácio José Pinheiro, e que lhe não consta que estejam pedidas por outrem.
Francisco das Chagas	É morador e casado nesta Vila e que vive de suas lavouras e que tem família e escravos com que as fabrica. Em terras de sua sogra pelas não ter próprias. [...] na paragem mencionada em que pede [...] não sabe se há terras devoluta por ele testemunha morar da dita paragem distante.
Raymundo José Arios	É morador e casado nesta Vila e que tem bastantes Escravos que digo escravos com os quais fabrica suas lavouras porém que não sabe se são suas ou não as terras em que lavra. [...] não sabia de certo se na referida paragem em que pede [...] há terra devolutas só sim por ouvir dizer que estão devolutas (grifo meu).
José Pacheco da Mota	É morador e casado nesta Vila e que tem escravos com quem fabrica suas lavouras porém não sabe [...] se lavra em terras próprias ou alheias. [...] parece não o haver na paragem que [...] pede terras devolutas por lhe constar terem se por ali vizinhos pedido as quais quando se ouvirem de demarcar viram a ficar compreendidas as que pede o suplicante.

Fonte: Arquivo Público do Estado do Maranhão

Com a análise desta tabela se pode atentar para duas questões principais: Inácio José Pinheiro possuía terras ou lavrava em terras alheias? As terras que ele solicita eram ou não devolutas? Sobre o fato de possuir terras, de acordo com as testemunhas Manoel de Gomes Arede e Francisco Barbosa de Araújo, o requerente possuía terras adquiridas por herança com o falecimento de seu sogro, diferentemente da alegação feita por Inácio Pinheiro no requerimento que diz que lavrava em terras alheias por não ter próprias. Não é possível afirmar com segurança o porquê das outras testemunhas não relataram essas informações. Pode-se supor apenas que essas testemunhas não tivessem conhecimento sobre essa questão ou que preferiram intencionalmente a omissão dessa informação talvez por serem muito próximas dele, mantendo interesses próprios do seu grupo social. Isso demonstra como os grupos formados dentro da elite local defendiam os interesses dos seus integrantes.

No termo de Juramento, Inácio Pinheiro foi interrogado por Manoel Antônio Leitão Bandeira, Doutor Ouvidor Geral Juiz dos feitos da Real Fazenda. Na ocasião declarou que “esta é a primeira data que pedia, e pretendia se lhe concedeu por data e Sesmarias e que não possuía outra” (APEM, 02/05/1786. cx. 0006, maço: 33). No entanto, é revelador o documento datado de 1784, dois anos antes de Inácio José Pinheiro pedir sesmarias, o qual faz referência das prováveis terras adquiridas por herança. Trata-se de um requerimento de sesmaria do padre Jorge Aires de Santiago enviado ao Governador Geral do Estado do Maranhão, que diz o seguinte:

*Diz o Padre Jorge Aires de Santiago morador na Vila de Alcântara, que ele, e seus irmãos tendo bastante escravatura não tem terras próprias em que lavrem; motivo porque recorre a [...] Vossa Excelência para que se digne conceder-lhe em nome de sua Majestade nas testadas de Artúrio José de Sá uma légua de terra de frente, ou o que na verdade se achar entre as testadas de Antônio Felipe Curvelo de Matos e as de Inácio José Pinheiro, e três de fundo correndo para o Centro Confrontando o Alvará (APEM, 08/06/1784, Caixa: 0008, Maço: 00048).*

Assim, é válido afirmar que essas terras cujo documento menciona Inácio Pinheiro como o titular correspondem provavelmente àquelas herdadas com a morte de seu sogro. Pois, como vimos acima, antes mesmo do requerimento de sesmaria de Inácio José Pinheiro, este já é mencionado pelo padre como referência para sua petição, visto que as terras solicitadas pelo padre estavam situadas “entre as testadas das terras do defunto Felipe Curvelo de Matos e as de Inácio Pinheiro”, permitindo-nos afirmar com segurança que ele possuía terras antes do seu pedido de sesmaria em 1786.

Cabe ressaltar ainda que o próprio Inácio Pinheiro foi uma das testemunhas inquiridas na Carta de diligência do processo de sesmaria do padre Jorge Aires, o qual é apresentado da seguinte maneira:

*Inácio José Pinheiro natural da Cidade de Lisboa morador e casado nesta vila de Santo Antônio de Alcântara que vive de suas lavouras nas partes do Periassú com idade que disse ser de trinta e três anos [...]. Disse que sabe que o Reverendo Padre Jorge Ayres de Santiago e seus Irmãos são moradores nesta Vila de Santo Antônio de Alcântara. Disse mais que sabe que os suplicantes tem escravos com quem usa de suas lavouras porém que não sabe se muitos ou poucos os ditos escravos. Disse mais ele testemunha que tem a notícia que o reverendo Padre Jorge Ayres de Santiago tem uma porção de terra em que lavra porém que não sabe se são muitas ou poucas as ditas terras e que nem sabe de que modo as ouve (APEM, 08/06/1784, Caixa: 0008, Maço: 00048).*

As alegações feitas tanto por Inácio Pinheiro como pelo padre Jorge Aires de Santiago de “não possuir terras próprias em que lavrem” corresponde em uma das estratégias utilizadas pelos colonos para obterem a sesmaria, pois ambos possuíam terras antes do pedido, sendo então falsas as afirmações. Nos dois casos, tanto de Inácio Pinheiro como do padre Jorge Aires de Santiago, as autoridades tendo conhecimento que os referendos já possuíam terras, parecem não terem levado isso em consideração, tanto é que no primeiro caso como no segundo foi passada carta de confirmação de sesmaria. O que há em comum entre o conteúdo da carta de sesmaria de Inácio Pinheiro e a do padre Jorge Ayres é o fato de ambos reclamarem não possuírem terras próprias, o que devia ser quase regra no que se refere aos pedidos dessa época.

Em 1788, Inácio José Pinheiro requereu carta de confirmação de sua sesmaria, sendo atendido logo no ano seguinte “por graça de D. Rainha de Portugal”, D. Maria I. No documento consta a seguinte declaração do governador, Fernando Pereira Leite de Foios: *Faço saber aos q esta minha carta de confirmação virem que por parte de Inácio José Pinheiro negociante lavrador assistente na capitania do Maranhão me foi apresentada [...] mandada [...] por Fernando Pereira Leite de Foios Governador Capitam General da Capitania (ANTT, LISBOA, 28/02/1789, liv. 24, f. 288).*

Como percebemos acima, esse documento apresenta um alto teor de importância para Inácio José Pinheiro, pois representava a confirmação da concessão de sua posse que tinha solicitado em 1786. Isso significa que ele conhecia o funcionamento dos mecanismos de doação de terras e procurou obedecer às regras desse sistema, adquirindo várias benesses. Sendo assim, podemos afirmar que ele teria efetivado uma ocupação nessa região, juntamente com vários outros colonos que também possuíam terras. Ele se apossou de mais terras além daquelas que já tinha por herança. A legalização das mesmas mostra que ele obteve o reconhecimento das autoridades locais. Desse modo, ele passou a integrar o conjunto das elites que acumulavam terras nessa região, aumentando seus cabedais políticos e econômicos.

Anos depois, em 1794, Inácio Pinheiro aparece novamente em um processo de doação de carta de sesmarias do seu filho Vicente Sátiro Pinheiro, em que solicitava terras na localidade do Pericumã, distrito da Vila de São José de Guimarães. Nesta ocasião, justificava Inácio Pinheiro que “andando seu filho Vicente Sátiro Pinheiro justificando neste Juízo das Sesmarias os requisitos necessários para se mostrar habilitado legitimamente a poder impetrar a data de uma sorte de terras devolutas”, pois o mesmo deveria provar no processo ter “possibilidade e escravos para a sua cultura”, decidia Inácio Pinheiro “abonar o dito seu filho com o número de dez escravos, e tudo mais que for necessário” para o estabelecimento da “cultura das ditas terras”. Isto porque “nesta Capitania, e se acha também justificado nesse mesmo Juízo por ter o suplicante suficientes posses, não só para ele lavrar mais ainda para ajudar seu filho” (APEM, 07/05/1796. Caixa: 0024, maço: 00160). Assim, com esta declaração, percebemos a dimensão da influência que exercia Inácio Pinheiro frente as autoridades da época não apenas agindo em seu benefício próprio, mas também em prol de sua família e do grupo social ao qual pertencia, sendo um homem de posses e com condições de contribuir no processo de colonização e aproveitamento econômico da terra.

A ocupação da Baixada Maranhense se fazia em diversos sentidos sob a coordenação de Inácio Pinheiro. Em 1808, por exemplo, Pinheiro solicitou terras novamente para o estabelecimento de uma povoação de índios que se formava nas “cabeceiras do rio Pericumã correndo com os fundos para os Campos de Cajari” (APEM, 26/07/1809. Liv. 17, fl. 27-28). Essa região compreende atualmente pelo município de Viana. Nesse sentido, podemos inferir que haviam diversos núcleos populacionais compostos de portugueses, indígenas e africanos, localizados na extensão do rio Pericumã. Neste caso específico, Inácio Pinheiro empreendia uma ocupação legitimada pela Coroa portuguesa através de cartas de sesmarias.

Inácio José Pinheiro veio a falecer em Alcântara no ano de 1820, após uma longa trajetória como militar, exercendo seu poder e autoridade em toda a Baixada Maranhense, mostrando diversos serviços e cumprindo as ordens de Sua Majestade como destruindo quilombos, combatendo a resistência indígena, dentre outras funções que o possibilitaram alcançar o topo da hierarquia militar da época. Além de empreender diversas ocupações localizadas ao longo de toda a extensão do rio Pericumã, que foram legitimadas por meio de diversas cartas de sesmarias passadas em seu nome, de seus familiares e das povoações de índios organizadas por ele. Em seu registro de óbito, o Vigário Colado Joaquim Almeida e Sá alega que o português Inácio Pinheiro foi sepultado na Igreja do Carmo, local em que se enterravam as pessoas ilustres e de maiores condições econômicas da época.

*Aos vinte e oito de Fevereiro de mil oitocentos e vinte anos faleceu repentinamente sem Sacramentos nesta Vila de Alcântara Inácio José Pinheiro Capitão mor dela, com idade avançada e testamento natural da Cidade de Lisboa, filho de José Antônio Pinheiro e de Feliciano Joaquina, viúvo da segunda mulher Isabel de Barros na referida Vila, envolto seu corpo no hábito Franciscano e sepultado na Igreja do Carmo dessa mesma. Para constar se lavrou o presente que assino (CÚRIA DIOCESANA, Certidão de óbito de Alcântara, (1819-1856), livro 25, fl. 13).*

Ao falecer, Inácio Pinheiro já era viúvo de sua segunda mulher com quem casou quando já morava em Alcântara. A narrativa sobre cerimônia de morte de Inácio Pinheiro nos permite compreender uma sociedade profundamente religiosa, tendo como base a prática dos costumes e da fé cristã que era a religião oficial da época.

O processo de doação de sesmarias na Capitania de Cumã, portanto, se desencadeou a partir da segunda metade do século XVIII, tendo sido feitos vários pedidos pelos colonizadores que buscavam legitimar suas posses e garantir a defesa de suas ocupações devido aos conflitos de interesses por causa de terras. A fertilidade dessas terras é quase evidente, dada a presença dos extensos campos úmidos da Baixada, sinal de solo rico e propício às atividades agrícolas e pecuaristas, o que deve ter feito crescer o interesse desses proprietários por essas paragens.

REFERÊNCIAS

## FONTES DOCUMENTAIS

### 1- Arquivo Público do Maranhão

CARTA Régia ao governador da capitania do Maranhão Joaquim de Mello e Povoas. São Luís, 28 de agosto de 1770. doc. 124, fls. 12-13. Fundo: Secretaria do Governo -APEM.

REQUERIMENTO de Teodoro Correia Azevedo Coutinho ao governador e capitão-general do Maranhão. São Luís, 09 de junho de 1775. Caixa: 0002, Maço: 00008. Fundo: Secretaria do Governo -APEM.

REQUERIMENTO de Inácio José Pinheiro ao governador e capitão-general Fernando Pereira Leyte de Foios. São Luís, 02 de maio de 1786. Caixa: 0006, Maço: 33. Fundo: Secretaria do Governo -APEM.

REQUERIMENTO do Padre Jose Ayres de Santiago ao governador e capitão-general Fernando Pereira Leyte de Foios. São Luís, 08 de junho de 1784. Caixa: 0008, Maço: 00048. Fundo: Secretaria do Governo -APEM.

REQUERIMENTO de Vicente Sátiro Pinheiro ao governador e capitão-general Fernando Antônio de Noronha. São Luís, 07/05/1796. Caixa: 0024, maço: 00160.

REQUERIMENTO de Inácio José Pinheiro ao governador e capitão-general Francisco de Mello Manuel da Câmara. São Luís, 26/07/1809. Liv. 17, fl. 27-28

### 2- Arquivo Histórico Ultramarino

CARTA do governador da Capitânia do Maranhão Fernando Pereira Leite de Foios ao padre Jorge Aires de São Tiago. 24/01/1788. AHU\_ACL\_CU\_099, Caixa 70, doc. 6119.

REQUERIMENTO de Inácio José Pinheiro à rainha D. Maria I. 20/10/1788. AHU\_ACL\_CU\_099, Caixa: 72, doc. 6253.

REQUERIMENTO de Inácio José Pinheiro ao príncipe D. João. 21/01/1799. AHU\_ACL\_CU\_009, Caixa: 101, doc. 8199.

REQUERIMENTO do Capitão Inácio José Pinheiro ao príncipe regente D. João. 04/04/1799. AHU\_ACL\_CU\_099, Caixa: 103, doc. 8294.

OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí D. Diogo de Sousa ao secretário de Estado Marinha e Ultramar D. Rodrigo de Sousa Coutinho. 10/01/1800. AHU\_ACL\_CU\_099, Caixa: 109, doc. 8564.

### 3- Arquivo Nacional Torre do Tombo

CARTA patente do Governador e Capitão General da Capitania do Maranhão Fernando Jozé de Noronha à Inácio José Pinheiro. 18/09/1794. PT\_TT\_RGM/E/100043, Liv. 21, f. 8v.

CARTA de confirmação de sesmaria do Governador e Capitão General do Maranhão Fernando Pereira Leite de Foios ao negociante e lavrador Inácio José Pinheiro. 28/02/1789. PT\_TT\_RGM/E/100043, Liv. 24, f. 288-289.

### 4 – Arquivo da Cúria Diocesana

CERTIDÃO de óbito de Alcântara, (1819-1856), livro 25, fl. 13

#### BIBLIOGRAFIA

ABREU, Josias de. Coisas de Antanho. São Luís: [s.n.], 2006.

ALVIM, Aymoré de Castro. Pinheiro em Foco. Pinheiro, MA: [s.n.], 2006.

BEZERRA NETO, José Maia. Escravidão negra no Grão-Pará (séculos XVII-XIX). Belém: Paka-Tatu, 2012.

BLOCH, Marc. Apologia da História ou O ofício de historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

CABRAL, Maria do Socorro Coelho. Caminhos do Gado: Conquista e ocupação do sul do Maranhão. São Luís: EDUFMA, 2008.

CAETANO, Marcello. As sesmarias no direito luso-brasileiro. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Brasília, DF, n. 348, p. 19-34, jul./set., 1985.

CARDOSO, Alírio. A conquista do Maranhão e as disputas atlânticas na geopolítica da União Ibérica, (1596-1626). Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 31, nº 61, p. 318-331, 2011.

CHAMBOULEYRON, Rafael. Povoamento, Ocupação e Agricultura na Amazônia Colonial (1640-1706). Belém-PA: Açáí, 2010.

\_\_\_\_\_. Plantações, sesmarias e vilas. Uma reflexão sobre a ocupação da Amazônia seiscentista, *Nuevo Mundo Mundos Nuevos* [Online], Maio 2006.. Disponível em: <http://nuevomundo.revues.org/2260>. Acesso em: 21 abr. 2014.

\_\_\_\_\_. Terras e poder na Amazônia colonial (séculos XVII-XVIII). In: CONGRESSO INTERNACIONAL PEQUENA NOBREZA NOS IMPÉRIOS IBÉRICOS DE ANTIGO REGIME, 1., Anais...2011, Lisboa. 2011. Disponível em: [http://landsoverseas.files.wordpress.com/2012/01/chambouleyron2011\\_iict.pdf](http://landsoverseas.files.wordpress.com/2012/01/chambouleyron2011_iict.pdf). Acesso em: 17 de mar. de 2014.

COELHO, Mauro Cezar. Do sertão para o mar. Um estudo sobre a experiência portuguesa na América, a partir da Colônia: o caso do Diretório dos Índios (1751-1798). Tese de doutoramento (USP), 2005.

COSTA, Ana Paula Pereira. "Homens de Qualidade": a caracterização social das chefias militares dos Corpos de Ordenanças em Minas Colonial. *Revista Militares e Política*, Rio de Janeiro, n. 2, (jan./jun.), 2008. Disponível em: [http://www.lemp.historia.ufrj.br/revista/ante/Militares\\_e\\_Politica\\_LEMP\\_n\\_02.pdf](http://www.lemp.historia.ufrj.br/revista/ante/Militares_e_Politica_LEMP_n_02.pdf). Acesso em: 16 de abr. 2014

\_\_\_\_\_. Organização militar, poder de mando e mobilização de escravos armados nas conquistas: a atuação dos Corpos de Ordenanças em Minas Colonial. *Revista de História Regional*, v. 11, n. 2, p. 109-162, Inverno 2006.

COUTINHO, Mílson. A revolta de Bequimão. São Luís: Instituto Geia, 2004.

COUTINHO, Mílson. Fidalgos e Barões: Uma história da nobiliarquia luso-maranhense. São Luís: Instituto Geia, 2005.

DINIZ, Mônica. Sesmarias e posse de terras: política fundiária para assegurar a colonização brasileira. *Revista Histórica*, São Paulo, n. 2, p. 1-5, jun. 2005. Disponível em: <<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao02/materia03/>>. Acesso em: 06 out. 2012.

FARIAS FILHO, Marcelino Silva. (org). O espaço Geográfico da Baixada Maranhense. São Luis: JK Gráfica editora, 2012.

FURTADO, Douglas Filho. Da povoação do Pinheiro à Princesa da Baixada: história cronológica do município de Pinheiro. São Luís: [s.n.], 2003.

FRAGOSO, J.; BICALHO, M. F.; GOUVÊA, M. F. (orgs). O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2001.

GINZBURG, Carlo. O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

KRAUSE, Thiago. Em busca da Honra: A remuneração dos serviços da guerra holandesa e os hábitos das Ordens Militares (Bahia e Pernambuco, 1641-1683). 2010. 232 p. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, UFF, Niterói, 2010.

LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. Jerônimo de Albuquerque Maranhão: Guerra e fundação no Brasil Colonial. São Luís: UEMA, 2006.

LEITE, Graça. Bem-te-vi Bem-te-conto: Crônicas pinheirenses. São Luís-MA: Estação Gráfica, 2007.

LOPES, Antônio. Alcântara: Subsídios para a história da cidade. São Paulo: Siciliano, 2002.

MARQUES, César Augusto. Dicionário Histórico Geográfico da Província do Maranhão. São Luís: [s.n.], 1970.

MARTINS, Rosa Mochel. Conheça o Maranhão. São Luís: Sioge. 1971.

MEIRELES, Mário Martins. Holandeses no Maranhão (1641-1644). São Luís: Ed. UFMA, 1991.

MELLO, Cristiane Figueiredo Pagano de Mello. A centralização política e os poderes locais ultramarinos: as câmaras municipais e os corpos militares. *História Social*, Campinas – SP, n.1, 153-172 p., 2005.

MELLO, Christiane Figueiredo Pagano de. Forças militares no Brasil Colonial: Corpos de Auxiliares e de Ordenanças na segunda metade no Século XVIII. Rio de Janeiro: E-Papers, 2009.

MELLO, Christiane Figueiredo Pagano de. Os corpos de ordenanças e auxiliares. Sobre as relações militares e políticas na América portuguesa. *Questões e Debates*, Curitiba, n.45, p.29-56, 2006.

MELLO, Isabele de Matos Pereira de; BICALHO, Maria Fernanda Baptista. O Governo das Almas, das Justiças e da Res Publica na cidade do Rio de Janeiro: circunscrições, instituições e jurisdições (séculos XVII e XVIII). Revista Ultramares, Rio de Janeiro, n.2, vol.2, jan./ jul., 2012.

MOTA, Antônia da Silva. Batismo, família e escravidão no Maranhão Colonial. Afro-Ásia, n. 55, 2017.

MOTTA, Marcia. História social da agricultura revisitada: fontes e metodologia de pesquisa. Dialógos, v.11, n.3, p.95-117, 2007.

NEVES, Eivaldo Fagundes. Sesmarias em Portugal e no Brasil. Vitória da Conquista. POLITEIA: Hist. e Soc., Feira de Santana, BA, v.1, n.1, p. 111-139, 2001.

NOVAIS, Fernando A. Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial. São Paulo: Editora Hucitec, 1995.

NOZOE, Nelson. Sesmaria e Aposseamento de Terras no Brasil Colônia. Revista Economia. Brasília, DF, v.7, n.3, p. 597- 605, set/dez 2006. Disponível em: <[http://www.anpec.org.br/revista/vol7/vol7n3p587\\_605.pdf](http://www.anpec.org.br/revista/vol7/vol7n3p587_605.pdf)>. Acesso em: 28 abril 2012.

PEDROZA, Manoela. Transmissão de terras e direitos de propriedade desiguais nas freguesias de Irajá e Campo Grande (Rio de Janeiro, 1740-1856). Revista de História, n. 160, p. 323-362. 1º semestre de 2009.

RIBEIRO, Roberto da Silva. A estrutura discursiva das datas de sesmaria na Paraíba. Revista de História, Bahia, v. 4, n. 2, 2012. Disponível em: [http://www.revistahistoria.ufba.br/2012\\_2/a02.pdf](http://www.revistahistoria.ufba.br/2012_2/a02.pdf). Acesso em: 22/04/2014.

RODRIGUES, Miguel Jasmins. Sesmarias no Império atlântico português. In: CONGRESSO INTERNACIONAL ESPAÇO ATLÂNTICO DE ANTIGO REGIME: PODERES E SOCIEDADES. Lisboa, 2005. Actas... Lisboa: [s.n.]. Disponível em: [http://cvc.instituto-camoes.pt/ear/coloquio/comunicacoes/miguel\\_jasmins\\_rodrigues.pdf](http://cvc.instituto-camoes.pt/ear/coloquio/comunicacoes/miguel_jasmins_rodrigues.pdf). [s.n.]. Acesso em: 25/06/2014.

SANTOS, Fabiano Vilaça dos. O governo das conquistas do norte: trajetórias administrativas no Estado do Grão-Pará e Maranhão (1751-1780). São Paulo: Tese de Doutorado (História Social), USP, 2008.

SANTOS, Fabiano Vilaça dos Santos. Os governadores do Estado do Grão-Pará e Maranhão: perfis sociais e trajetórias administrativas (1751-1780) Universidade de São Paulo, 2003. Disponível em: <http://www.humanas.ufpr.br/portal/cedope/files/2011/12/Os-governadores-do-Estado-do-Gr%C3%A3o-Par%C3%A1-Fabiano-Vila%C3%A7a-dos-Santos.pdf>.

SILVA, Rafael Ricarte da. Formação da Elite Colonial dos Sertões de Mombaça: Terra, Família e Poder (Século XVIII). Fortaleza, CE, 2010. 188 p. Originalmente apresentada como dissertação de mestrado, Universidade do Ceará, 2010.

SILVA, Vanda. Administração das terras: concessão de sesmarias na capitania de Mato Grosso (1748-1823). Cuiabá, MT: UFMT, 2008. Originalmente apresentada como dissertação de mestrado, Universidade Federal de Mato Grosso, 2008.

SOARES, José Jorge. Lugar das Águas. São Luís: L. Moreira. 2006.

SOUSA JUNIOR, José Alves de. Tramas do cotidiano: religião, política, guerra e negócios no Grão-Pará do setecentos. Belém: ed. UFPA, 2012.

VIVEIROS, Jerônimo de. Quadros da Vida Pinheirense. São Luís: Instituto Geia, 2006.

**DISCURSO DO PROFESSOR RAIMUNDO NONATO SERRA CAMPOS FILHO.**  
**INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO MARANHÃO**  
**SOBRE O PATRONO LUIS FIGUEIRA, 450 DE NASCIMENTO EM 2024**

Senhores e Senhoras,

Boa noite!

Primeiramente, gostaria de externar a grande honra de falar do meu Patrono, Cadeira n° 5, LUIS FIGUEIRA, ocupada por mim desde 12 de janeiro de 2011, integrando o seletivo quadro desta “Casa de Antônio Lopes”, que se configura como expoente da intelectualidade maranhense.

Momento que reputo grande significação em minha vida, por marcar a minha ocupação da Cadeira de n° 5, seguindo a praxe do ritual do IHGM, no Elogio ao patrono da Cadeira e data supracitada, prestando a ele, o ilustre Padre Luís Figueira, e ao seu primeiro ocupante, o também Ilustre Padre José Ferreira Gomes, as devidas e merecidas homenagens.

Assim, inicialmente, quero reafirmar a minha admiração e respeito pelo meu Patrono, Padre Luis Figueira e levanto alguns dados da sua biografia para que sejam enfatizados mais uma vez, através desta minha fala, os seus feitos.

Mas antes quero levantar algumas considerações sobre a Societas Jesu ou Companhia de Jesus, da qual o Padre Luis Figueira era missionário. A Societas Jesu ou Companhia de Jesus foi fundada em 1539, em Roma, por Inácio de Loiola e mais nove companheiros de sacerdócio.

Os primeiros missionários da Ordem começaram a chegar ao Brasil em 1549 e foram expulsos de Portugal e seus domínios em 1759. A trajetória dos jesuítas no Brasil é permeada por controvérsias a partir de depoimentos tais como:

A conhecida “Reforma Pombalina” tinha como intenção transformar Portugal numa metrópole capitalista, assim como outros países europeus já capitalizados. A escravidão dos índios foi extinta e eles até poderiam se [casar](#) com portugueses. A ideia de Pombal ao permitir isso, era a de que os índios se miscigenassem, houvesse um crescimento populacional e então o Estado contasse com mais força nas fronteiras do interior.

Quando os índios passaram a ser livres, isso chocou-se com os interesses dos jesuítas, que não deixavam que a autoridade real interferisse nos assuntos deles (Recuperado de <http://www.institutodoceara.org.br/> [Consulta: 01.11.2010]).

Ou ainda:

Os índios não conseguiam aceitar a destruição que estava acontecendo com sua cultura, já que os religiosos queriam impor a eles, por exemplo, técnicas portuguesas e o uso do latim (Recuperado de <http://www.institutodoceara.org.br/> [Consulta: 01.11.2010]).

Mas, em contrapartida, há depoimentos que parecem em defesa da não escravização dos indígenas, por parte dos jesuítas, a exemplo de:

Em fins de abril de [1640](#) voltou ao Rio de Janeiro o padre jesuíta [Francisco Dias Taño](#), na qualidade de «procurador dos índios e missionários do [Paraguai](#) e [Tucumã](#)». Trazia uma provisão do coletor [Alexandre Castracani](#) para o prelado [Pedro Homem Albernaz](#) que o incumbia da execução da bula de 22 de abril de [1639](#), em que o papa [Urbano VIII](#) ordenava mandar publicar no Brasil uma antiga bula em que o papa [Paulo III](#) declarava incorrer em excomunhão aqueles que cativassem e vendessem os índios (grifo nosso). (Recuperado de [www.filologia.org.br](http://www.filologia.org.br) [Consulta: 01/11/2010]).

O certo é que, segundo registros, a Companhia de Jesus enfatizou, desde sua fundação, as atividades pedagógicas. As Constituições, parte IV, escritas pelo próprio Sto. Inácio e, em vigor desde 1552, recomendavam que os religiosos se esforçassem para aprender a língua dos índios, pois só assim poderiam cumprir bem as suas missões. Conseqüência prática destes postulados foi o desenvolvimento de uma importante obra gramatical e entre elas uma de grande valor do Padre Luis Figueira.

Padre Luis Figueira é natural de Almodôvar – Portugal - nasceu em data incerta entre 1574 e 1576. Entrou, como noviço, em 22 de janeiro de 1592, no colégio do Espírito Santo, em Évora: uma escola de missionários, aberta às realidades ultramarinas sob as orientações neotomistas do Jus Gentium. Com a formação intelectual adquirida, embarcou em 1602 para a Bahia, inaugurando uma nova fase da sua vida e, sem o saber, dos destinos do Brasil setentrional.

Conforme registros em documentos diversos, o Padre Luis Figueira, acompanhado do Padre Francisco Pinto e de 60 índios, empreendeu uma célebre missão ao Maranhão, partindo de Pernambuco no dia 20 de janeiro de 1607.

Um dado peculiar é que o Padre Luis Figueira dispensou, demonstrando imensurável ousadia, a escolta militar, comum em empreitadas dessa natureza. Talvez porque quisesse realçar a natureza pacífica dessa missão. No entanto, eram muitos os riscos de vida para os dois missionários, advindos dos perigos próprios do território inóspito e das adversidades da natureza agreste da região (climática e geográfica) a ser percorrida; das nações de índios não conhecidas existentes nessas terras; e da presença de franceses, empenhados em fixarem-se nestes territórios.

Entretanto, essa decisão resultou na desistência da conclusão da missão, tendo o Padre Luis Figueira regressado a Pernambuco e depois à Bahia e, ainda, na trágica morte do Padre Francisco Pinto, em confronto com os Tapuias, tendo sido sepultado na Serra de Ibiapaba, no norte do Ceará.

O Padre Luis Figueira fez um “diário de viagem”, intitulado “Relação do Maranhão ou Certidão de Nascimento do Ceará”, documento de inestimável valor histórico, principalmente para o Estado do Ceará.

Essa expedição atendia a dois propósitos básicos, sendo um da Coroa Portuguesa, que se dirigia para a expulsão dos estrangeiros europeus daquela região e o segundo era da Igreja Católica que se voltava para a catequese dos “selvagens”. Ainda se propunha a conquistar os índios Tocarijus, denominados Tapuias, que habitavam as terras situadas a 15 ou 20 léguas da Serra da Ibiapaba. Esses índios tinham má fama e ainda eram aliados dos franceses que ocupavam o Maranhão. Portanto, inimigos dos portugueses.

Essa viagem foi acertada e planejada pelo 8º Governador Geral do Brasil, Diogo Botelho e pelo Superior da Companhia de Jesus, Padre Fernão Cardim, que escolheu o Padre Francisco Pinto, homem já maduro, de espírito desprendido e profundo conhecedor da língua dos nativos e o Padre Luis Figueira, mais jovem, também abnegado e que se tornaria, posteriormente, especialista em língua tupi, tornando-se autor de uma gramática desta língua.

Viajaram do Recife em um barco. A chegada ao Ceará ocorreu na foz Rio Jaguaribe, atual município de Aracati, no litoral leste do Estado. Seguiram a pé pela costa, reunindo alguns índios que viviam com medo dos brancos e dos tapuias. Chegando ao local denominado de Pará, na foz do rio Curú, onde se localiza a cidade de Paracuru, afastaram-se da costa e adentraram o interior do território totalmente desconhecido, sem imaginar, com base nos indícios iniciais, os perigos que este abrigava. Desse modo o percurso foi permeado por muito sofrimento, conforme as palavras do Padre Luis Figueira:

[...] as dificuldades do caminho q’ ao principio se mostrou facil e co isso nos emganou gastamos 12 ou 13 dias sem sabermos bem quãdo menham nem noite cõ os espessos e altissimos matos p.r baixo dos quaes hiamos rompendo a força de braço e ferro sobindo e decendo mõtes e rochedos q’ excedem toda a

exageração saltãdo de pedra em pedra hora para as nuvens hora p.a os abismos, nem conto aquy as quedas e cousas q'se quebrarão [...]

Nesta triste serra dos corvos parece q' se juntarão todas as pragas do brasil, innumeraveis cobras e aranhas a q' chamão caranguejeiras, peçonhetissimas de cuja mordedura se diz q' morrem os homens, carrapatos sem conta, mosquitos e moscas q' magoão estranham.te e ferem como lancetas fazendo logo saltar o sangue fora e assy parecião os indios leprosos das mordeduras [...] (Figueira, 1903, p. 102-103).

Assim, apesar de todas as dificuldades, como matos espessos e muito altos, o terreno íngreme e irregular, as pragas inumeráveis, como aranhas caranguejeiras, carrapatos, moscas, entre outras, transpuseram a Serra dos Corvos, denominada hoje, Serra da Uruburetama.

O percurso da expedição ainda foi agravado por muitas chuvas. O que intensificou mais ainda as adversidades, entre elas, trovoadas, travessias de rios a nado, passagem por lamaçais, e até muita fome. Mas, por fim, chegaram à Serra da Ibiapaba, onde encontraram a tribo dos Tabajaras, índios amigos que acolheram a todos e onde ficaram por alguns meses.

Ainda desejando chegar ao Maranhão, objetivo maior da missão, enviaram presentes e mensagens aos Tapuias, os quais matavam os mensageiros, queimando-os vivos. Para finalizar o malogro da missão, os Tapuias empreenderam um ataque frontal, no qual o Padre Francisco Pinto teve morte violenta, no local chamado Abayara, onde se localizava a cidade de Ubajara, no alto da Serra da Ibiapaba. (XIMENES, Expedito Eloísio. Relação do Maranhão ou certidão de nascimento do Ceará: necessidade de uma edição crítica. Recuperado de [www.filologia.org.br](http://www.filologia.org.br) [Consulta: 01/11/2010]).

Esse fato levou o Padre Luis Figueira a desistir da empreitada levando-o a retornar à Bahia. No entanto, antes permanecido alguns meses na tribo do Cobra Azul. Depois, partiu para a Capitania do Rio Grande do Norte. E, em seguida, para Pernambuco e finalmente chegou à Bahia.

As dificuldades da Missão do Maranhão, descritas pelo Padre Luis Figueira, forneceram relevantes dados sobre a extensão do território e dos índios que o habitavam, sobre as dificuldades dos caminhos, repletos de ameaças, entre as quais a dos franceses, que cumpria expulsar.

Em 1622, o Padre Luís Figueira foi escolhido (tendo, entretanto, se oferecido) para a tarefa de fundar a Missão do Maranhão. Apesar dos sofrimentos da primeira missão, Padre Luis Figueira desembarcou no Maranhão juntamente com o Padre Jesuíta Benedito Amodei, em março de 1622, e apresentou documento do Governador Geral do Brasil, para aqui permanecer, constituindo-se Conselheiro do jovem Capitão-Mor Antonio Muniz Barreiros, “[...] comprometendo-se por escrito a não se intrometer com os índios libertos, salvo se a consciência ou a obrigação o requeresse e que só em pedaços se apartaria da sua obrigação” (Canedo, 2005).

Logo surgiram as primeiras contestações da parte dos moradores, que queriam os jesuítas afastados dos índios, fato que deve ter pesado na entrega de vastos poderes aos franciscanos, na pessoa do Frade Cristóvão de Lisboa, que, em 1625, chegou como superior da custódia, com todos os poderes eclesiásticos sobre indígenas e colonos, vindo como visitador eclesiástico, com comissão do Santo Ofício. Mas, o Padre Luís Figueira, nos primeiros anos, inicia o seu ministério lançando as bases de uma presença que se fará sentir, no Maranhão, a partir do colégio de Nossa Senhora da Luz, em São Luís.

Assim, segundo vários registros, a missão jesuítica no Maranhão se iniciou com a chegada dos Padres Luís Figueira e Benedito Amodei. Posteriormente, em 1727, a Capitania foi transformada na Vice-Província do Maranhão, governada por superiores independentes da Província da Bahia. Ao que tudo indica, a aldeia de Ucaguaba (denominada Aldeia de Doutrina), situada à margem esquerda do igarapé do mesmo nome, na ilha de São Luís, teria sido o ponto de partida dessa missão, conforme escreve o Padre José de Moraes (1860).

O Padre Luis Figueira recebeu em doação efetuada à Companhia de Jesus, pelo casal Pedro Dias e Apolônia Bustamante, ratificada pela Câmara, um quinhão de terras, algo equivalente a uma légua de terras, em local denominado Anyndibá, hoje atual sede do Município de Paço do Lumiar. Ele pretendia fundar o Colégio dos Jesuítas Nossa Senhora da Luz, do qual construiu o corredor norte. Construiu também a Primeira Capela dedicada à Virgem Nossa Senhora da Luz, de quem era extremo devoto. Assim, fundou a fazenda que possuía o Colégio para o benefício das lavouras dos seus religiosos, construindo casas e erguendo capela, e com ele também estavam alguns índios que tinha trazido consigo de Pernambuco.

Segundo Bogéa; Ribeiro; Brito (2008), não se sabe ao certo como se desenvolveu a fazenda durante o século XVII. Porém, presume-se que, mesmo com a segunda expulsão dos inicianos, por dois anos (1684-1686 aproximadamente) prosperou, pois, segundo registros, em 1688, o Jesuíta Diogo da Costa e seu companheiro adoeceram gravemente e o primeiro. Depois de curado em São Luís, seguiu para a aldeia-fazenda ou roça de Anyndibá, onde se esmerou em preparar ornamentos para a igreja e animar o culto da padroeira. Num sinal de que, depois de sessenta anos, a fazenda ainda existia e a capela havia se transformado em igreja.

O Padre Luis Figueira foi a Portugal para negociar matérias e recrutar missionários para a Missão do Maranhão. Assim, veio para o Maranhão com amplos poderes e 16 religiosos em 1643. O momento era promissor em meios e em entusiasmo, mas à chegada ao Maranhão, então dominado pelos holandeses, desfez-se o navio (entre 29 e 30 de junho), salvando-se apenas 42 das 173 pessoas a bordo. O Padre Luis Figueira com mais nove jesuítas recusaram o convite do Governador para entrar no barco em que se recolheram alguns naufragos, preferindo assistir espiritualmente aos que ficavam. Conforme o relato de um sobrevivente, Nicolau Teixeira, morreram uns no mar, outros nas mãos dos índios; os dez jesuítas, chegando numa jangada, à ilha do Marajó, foram, com efeito, mortos pelos Aruãs, um a um, ao longo de vários dias.

Foi este o fim de uma vida que, pelo seu dinamismo, entrou na história da expansão territorial portuguesa no norte do Brasil, num contexto de forte concorrência internacional.

No tocante à aldeia onde se localizava a antiga fazenda da Companhia de Jesus, após a terceira expulsão dos jesuítas, em 1759, foi elevada à categoria de vila, em virtude da Carta Régia de 11 de junho de 1761. O local era aprazível e agradável, o que levou o Governador Joaquim de Melo e Póvoas a propor o nome de Paço do Lumiar, por ser igual a um sítio existente em Portugal.

A igreja, como a citada fazenda, estava em ruínas (como todos os bens dos jesuítas expulsos). Por esse motivo, o Governador da Província, Joaquim de Melo e Póvoas ordenou que fossem tiradas as telhas da igreja até então construída de pau-a-pique para evitar a perda total delas em caso de desabamento, ficando a esta coberta de palha.

Em 1764, foi criada a freguesia de Paço do Lumiar, sob a invocação de Nossa Senhora da Luz, quando se supõe ter sido realizada ampla reforma na igreja, para que esta tivesse condições de ser considerada sede da freguesia. Atualmente, encontra-se a igreja Nossa Senhora da Luz situada em uma ampla praça no centro da cidade, ladeada de acessórios, com suporte necessário para ministrar os ensinamentos religiosos da comunidade, bem como instalar uma excelente Casa Paroquial.

Ainda existe a Igreja em Paço do Lumiar. Embora não haja registro de reformas, presume-se que tenha havido, por ela apresentar ainda hoje elementos próprios da arquitetura jesuítica.

O Padre Luis Figueira na época em que viveu no Ceará foi considerado o principal agente da educação escolar pela experiência já alcançada em vários colégios, voltada para a formação de clérigos e leigos, sendo o colégio da Bahia o mais importante deles. Outras ordens religiosas também se dedicaram à educação escolar na colônia, como as ordens dos beneditinos, dos franciscanos e das carmelitas, mas não alcançaram a projeção dos inicianos. Apenas os oratorianos, instalados em Olinda, e depois em Recife, em 1683, tiveram alguma expressão.

Por essa passagem no Ceará, o Padre Luis Figueira recebeu homenagens, entre elas, a que foi determinada pelo Decreto nº 11.493, de 17 de outubro de 1975, publicado no Diário Oficial de 30 de outubro. A Escola de 1º Grau Padre Luis Figueira foi oficializada com o seu nome. A partir do Decreto nº 16.036, de 29 de julho de 1983, artigo 1º, com publicação do Diário Oficial de 02 de agosto de 1983, foi criada a Escola de 1º e 2º Graus Padre Luis Figueira. O Ensino Médio, com profissionalização para Magistério, foi ofertado até 1998 e a partir de 1999 passou-se a oferecer, além do Ensino Fundamental, o Ensino Médio Regular.

Atualmente, a Escola de Ensino Fundamental e Médio Padre Luis Figueira está localizada na Rua Professora Nanô, S/N, no bairro Cruzeiro. Pertence à rede de ensino oficial, vinculada a 18ª CREDE e mantida pela Secretaria da Educação Básica do Estado do Ceará – SEDUC.

Dentre as obras do Padre Luis Figueira, podem ser citadas: “Relação do Maranhão”, localizada (in Revista do Instituto do Ceará, Tomo XVII, 1903, pg. 97 a 138; in História do Brasil, de Galanti, São Paulo, 1911; in Biografia do Padre Luis Figueira, da autoria do Padre Serafim Leite, 1940; in Três Documentos do Ceará Colonial, Edição do Departamento de Imprensa Oficial do Ceará, Fortaleza, 1967, pg. 3 a 157); ARTE DA LINGVA BRASILICA, Composta pelo Padre Luis Figueira da Companhia de IESV, Theologo. (Manoel da Silua, LISBOA, 1621). 3 fls. prels. não nums., 1 fl. não num e a ARTE DE GRAMMATICA DA LINGUA BRASILICA, Do P. Luis Figueira, Theologo da da Companhia de JESVS. (MIGUEL DESLANDES, LISBOA, 1687) (4 fls. prels. não nums., 167 (+1) p. (Erro de paginação: 30 i. e. 130). [ ](4) A-K(8) L(4)).

O primeiro e único ocupante da Cadeira de nº 5, Padre José Ferreira Gomes, Sacerdote Secular, foi um dos fundadores do IHGM em 1926, Professor do Seminário Episcopal Santo Antonio em São Luís e Diretor da Escola de Radiotelegrafia do Maranhão. Também era jornalista e colaborou com jornais e revistas da capital maranhense com trabalhos sobre a literatura e religião. (Canedo, 2005).

O Padre José Ferreira Gomes pertencia à Congregação da Missão, e realizou vários estudos de literatura e religião em jornais e revistas (Revista IHGM 1, de 1926, p. 56).

Não foram encontrados dados precisos acerca das datas de nascimento e de falecimento do Padre José Ferreira Gomes, assim como das suas obras, ficando neste ato o nosso compromisso em continuar a pesquisa sobre ele e divulgar futuramente.

Finalizando, quero enfatizar a necessidade e importância dos registros históricos, lembrando, no entanto, a dificuldade da apreensão de todos os aspectos de cada objeto de pesquisa, principalmente aqueles das Ciências Sociais e Humanas. Isso se deve a múltiplos fatores, mas principalmente pela dimensão subjetiva, tanto do observador quanto do objeto observado, que, entre outras conseqüências, resulta em interpretações distintas e até mesmo antagônicas de diferentes observadores em relação à mesma situação, sociedade ou pessoa.

Assim, são muitos os escritos contrários à catequese ou à missão jesuítica no Brasil e no mundo. Mas existem aqueles que enfatizam o valor dessas missões.

Das nações indígenas existentes no Brasil à época do “descobrimento”, poucas sobreviveram. Na atualidade, o número de índios brasileiros é muito reduzido pela miscigenação, pela aculturação e pelo extermínio.

Por fim, quero reafirmar a alegria deste momento, prometendo dedicar-me também ao engrandecimento desta Casa. Todavia, necessito ainda fazer alguns agradecimentos: Em primeiro lugar, a todos aqueles que me ajudaram na tarefa de investigação dessas renomadas figuras da história, cultura e educação no Maranhão. À Senhora Maria Minolda de Paula Pinto Cruz, Coordenadora do Conselho Comunitário da Matriz Nossa Senhora da Luz, da Cidade de Paço do Luminar, Estado do Maranhão e à Senhora Maria da Luz Cruz Santos, Tesoureira da mesma entidade.

RAIMUNDO NONATO SERRA CAMPOS FILHO, Cadeira 5. Obrigado!

## REFERÊNCIAS

BOGÉA, Kátia Santos; RIBEIRO, Emanuela Sousa; BRITO Stella Regina Soares de. Arquitetura e arte religiosa no Maranhão. São Luís: 3ª Superintendência Regional/IPHAN, 2008.

CANEDO, Eneida Vieira da Silva O. Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão: Patronos e ocupantes de cadeiras. São Luís:PORTGRAF, 2005.

STUDART, Guilherme. A relação do Maranhão, 1608, pelo jesuíta Padre Luiz Figueira enviada a Cláudio Aquaviva. In: Revista do Instituto do Ceará. 1887, Tomo I, p. 97- 138. Recuperado de <http://www.institutodoceara.org.br/> [consulta: 01.11.2010].

STUDART, Guilherme. A relação do Maranhão pelo Pe. Luis Figueira. Dirigida ao Propósito Geral da Ordem de Jesus Cláudio Aquaviva. In: Documentos para a História do Brasil e especialmente a do Ceará 1608-1625. Fortaleza: Typ. Studart, 1904. Coleção Studart, v. I. Recuperado de <http://www.institutodoceara.org.br/> [consulta: 01.11.2010].

STUDART, Guilherme. A Relação do Maranhão, 1608, pelo jesuíta Padre Luiz Figueira enviada a Cláudio Aquaviva. In: Três documentos do Ceará Colonial. Fortaleza: Departamento de Imprensa Oficial, Coleção História e Cultura dirigida pelo Instituto do Ceará, 1967. Recuperado de <http://www.institutodoceara.org.br/> [consulta: 01.11.2010].

GALLANTI, Rafael. História do Brasil. 2ª ed. São Paulo: Duprat & Comp. 1911, tomo II e III. GALLANTI, Rafael. História do Brasil. 2ª ed. São Paulo: Duprat & Comp. 1911, tomo II e III. NUNES, Joaquim José. Compêndio de Gramática Histórica Portuguesa. 9ª. Lisboa: Clássica, 1989. Recuperado de [www.filologia.org.br](http://www.filologia.org.br) [Consulta: 01/11/2010].

FIGUEIRA, Luís. Arte da Lingua Brasilica, Composta pelo Padre Luis Figueira da Companhia de IESV, Theologo, Lisboa, Oficina de Manoel da Silva, 1621.

FIGUEIRA, Luis, p., 1573-1643 (1687) Século XVII. Arte de grammatica da lingua brasilica, Do P. Luis Figueira, Theologo da da Companhia de JESVS. (MIGUEL DESLANDES, LISBOA, 1687) (4 fls. prels. não nums., 167 (+1) p. (Erro de paginação: 30 i. e. 130). [ ](4) A-K(8) L(4)).

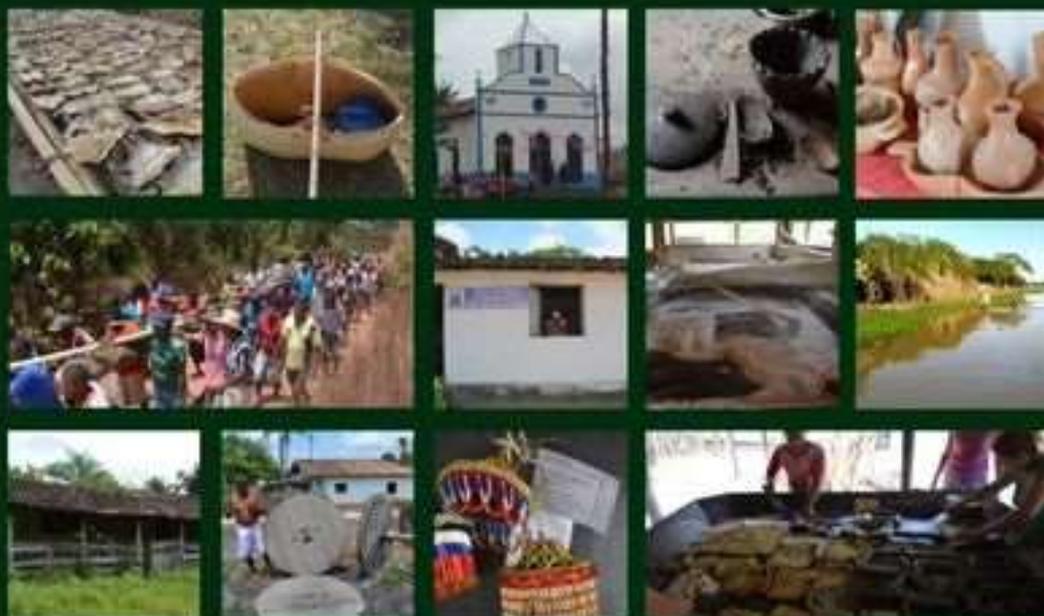
LEITE, Serafim, S.J., Luis Figueira. A sua vida heróica e a sua obra literária, Lisboa, 1940 (onde se publicam, à excepção da Arte da Lingva Brasilica, as obras referidas supra e outras). Recuperado de <http://www.institutodoceara.org.br/> [Consulta: 01.11.2010].

POMPEU SOBRINHO, Thomaz. Relação do Maranhão: Introdução, Notas e Comentários de Th. Pompeu Sobrinho. In:Três Documentos do Ceará Colonial. Fortaleza: Departamento de Imprensa Oficial, Coleção História e Cultura dirigida pelo Instituto do Ceará, 1967. Recuperado de [www.filologia.org.br](http://www.filologia.org.br) [Consulta: 01/11/2010].

XIMENES, Expedito Eloísio. Relação do Maranhão ou certidão de nascimento do Ceará: necessidade de uma edição crítica. Recuperado de [www.filologia.org.br](http://www.filologia.org.br) [Consulta: 01/11/2010].

**Organizadores**

**Arkley Marques Bandeira  
Conceição de Maria Belfort de Carvalho  
Kláutenys Dellene Guedes Cutrim**



**MOTIRÃO NA  
AMAZÔNIA  
MARANHENSE:**  
INVENTÁRIO DOS SABERES  
E FAZERES ANCESTRAIS NA  
BAIXADA E REENTRÂNCIAS



EDUFMA



JM 2  
19:40

**LEGADO HERÓICO**

Comitiva francesa cultua legado histórico de La Ravardière



JM 2  
19:39

**RAFAEL**



